

Católicas pelo Direito de Decidir
Yury Puello Orozco
(organizadora)

Religiões em diálogo: Violência contra as mulheres

São Paulo
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Religiões em diálogo : violência contra as mulheres / Yury Puello Orozco
(organizadora) . – São Paulo : Católicas pelo Direito de Decidir, 2009.

ISBN 978-85-87598-13-4

1. Feminismo 2. Impunidade 3. Mulheres – condições sociais 4. Mulheres
– Direitos 5. Violência 6. Violência contra a mulher 7. Violência religiosa I.
Orozco, Yury Puello.

09-12474

CDD-303.6082

Índice para catálogo sistemático:

1. Violência contra mulheres : Conflitos
sociais : Sociologia 303.6082

Capa

RENATA ALMEIDA

Católicas pelo Direito de Decidir- Brasil

Rua Martiniano de Carvalho, 71 - casa 11

Bela Vista - São Paulo - SP - BRASIL

01321-001

Fone: (55)(11) 3541-3476

<http://www.catolicasonline.org.br/>

Sumário

Apresentação	
MARIA JOSÉ ROSADO NUNES E YURY PUELLO OROZCO	5
Religião e Violência Contra as Mulheres: Diferentes causas, compromisso comum	
MARY E. HUNT	7
Budismo e discriminação de gênero	
MONJA COEN	21
Violência Silenciada e Abençoada	
ELIAD DIAS DOS SANTOS	35
Violência de gênero contra mulheres e meninas: desafio e compromisso das igrejas	
ARTHUR CAVALCANTE E ILCÉLIA A. SOARES.....	51
Frida Vingren (1891-1940): quando uma missão vale mais que a vida	
GEDEON FREIRE DE ALENCAR	69
O medo da escuridão: A história de minha avó e de muitas outras	
FRANCIMAR SANTOS JUNIOR.....	87
O que espero da religião? Palavras que me <i>tragam para a vida!</i> Mulheres tomam a palavra sobre religião e o discurso religioso na produção e na reprodução da violência sexista	
MARGA J. STROHER	101
Uma mulher de destaque	
JOEL DE CARVALHO VELOSO	119
Violência, religião e direitos humanos	
YURY PUELLO OROZCO.....	131

Apresentação

A religião, em suas diversas manifestações, é um componente muito importante da cultura brasileira. A cultura religiosa permeia a sociedade, moldando pensamentos e comportamentos, até mesmo de quem não se identifica com nenhuma religião. É preciso, porém, ressaltar a ambigüidade com que isso se dá no contexto brasileiro. As religiões congregam as pessoas, transmitem valores éticos, ajudam a criar laços de solidariedade e fortalecem a esperança necessária para que as pessoas superem adversidades. Por outro lado, muitas vezes as religiões podem ser responsáveis por limitar liberdades, especialmente quando falamos em direitos sexuais, direitos reprodutivos e igualdade de gênero. Essa ambigüidade, em muitos casos, reflete projetos políticos claros. Com isso, não sem intenção, acabam sendo agentes de opressão e culpa.

Infelizmente, a face mais visível das religiões no Brasil nos últimos quinze anos tem sido a dos conservadorismos ou, ainda pior, dos fundamentalismos. Os fundamentalismos religiosos têm sido foco de dificuldades para o avanço dos direitos humanos das mulheres, porque partem de uma ideologia em que tanto a vida familiar como a organização política encontram-se sujeitas a uma crença ultraconservadora de controle do sexo feminino.

Os fundamentalismos religiosos em nosso país refletem-se na atuação de grupos conservadores organizados, que interferem até mesmo na aprovação e implementação de leis e políticas públicas. Também são consequência desse tipo de ideário algumas demonstrações de intolerância entre algumas religiões e o constante desrespeito dos fundamentalistas religiosos em relação aos direitos das mulheres. A visão que os fundamentalistas têm da mulher e seu papel na sociedade acaba por favorecer a violência de gênero em suas várias formas. A religião, que pode ser uma dimensão facilitadora da vida das mulheres, tem sido para elas um obstáculo a mais a ser superado.

Buscando contribuir para modificar esse contexto tão desfavorável às mulheres, Católicas pelo Direito de Decidir – ONG feminista que há mais de 16 anos atua na defesa dos Direitos Humanos das mulheres, especialmente no que tange aos direitos sexuais e direitos reprodutivos e no enfrentamento da violência de gênero – realiza desde 2006, com apoio do UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, o projeto *Diálogos Inter-religiosos no Brasil sobre a violência contra as mulheres*.

Por meio deste projeto, lideranças de diversas religiões atuantes no Brasil vêm buscando soluções conjuntas para enfrentar a violência que é ainda muito presentes no cotidiano das mulheres brasileiras. Assim, pretendemos contribuir para divulgar uma visão positiva das religiões, mostrando não apenas que o respeito entre as diferentes denominações religiosas é possível, como também o respeito das religiões em relação aos direitos das mulheres.

O presente livro se configura como mais uma etapa deste rico processo, que vem alimentando a nossa esperança de que uma sociedade justa, democrática e respeitosa das mulheres é possível. Nele reunimos artigos sobre o tema da violência de gênero e religião escritos por lideranças expressivas de algumas das principais denominações religiosas presentes no Brasil, como Metodista, Budista, Anglicana, Igreja Betesda, Candomblé, Luterana, Batista e Católica,

Também apresentamos neste compêndio um texto de Mary Hunt, teóloga feminista norte-americana que esteve no Brasil a nosso convite para falar sobre o tema em novembro de 2008.

Convidamos você a fazer parte deste coletivo solidário, não apenas informando-se sobre o tema da violência e as formas de enfrentá-la a partir da religião, mas também por meio de um engajamento multiplicador, pois assim teremos mais possibilidades de levar essa discussão para todos os rincões desse nosso imenso e belo país, que ainda verá nascer o dia em que as mulheres serão livres de toda forma de injustiça, violência e opressão.

Boa leitura!

MARIA JOSÉ ROSADO NUNES E VALÉRIA MELKI BUSIN
Católicas pelo Direito de Decidir

Religião e Violência Contra as Mulheres: Diferentes causas, Compromisso comum

MARY E. HUNT¹

INTRODUÇÃO

Os objetivos que tenho para esta sessão estão bem orientados, embora o trabalho que faremos seja bastante amplo. Primeiro, vou demonstrar que o nexo entre religião e violência contra as mulheres é cada vez mais complexo. Apesar de sabermos muito mais sobre o assunto do que sabíamos há 30 anos, é importante não simplificar os pontos a serem discutidos, que agora são multi-religiosos e não apenas cristãos. Segundo, quero explorar como podemos realizar essa tarefa de uma maneira multi-religiosa. E, finalmente, propor estratégias que podem conduzir a um consenso, um compromisso e à erradicação da violência inspirada pela religião. Espero deixar-lhes algumas ferramentas novas e uma determinação renovada para uma luta eficaz contra este problema perigoso e fatal.

A. RELIGIÃO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UMA EQUAÇÃO COMPLEXA EM ASCENSÃO.

É um fenômeno relativamente novo na história das idéias combinar religião e violência na mesma frase e sugerir que podem ter uma relação negativa. A violência sancionada pela religião tem sido a norma, quer nas Cruzadas da Idade Média, que resultaram nas mortes de muitos muçulmanos sob a bandeira de Cristo, quer no jihad, que remete para as várias maneiras de proteger os muçulmanos de quem usurpasse os seus direitos. Essas são maneiras pelas quais pessoas religiosas demonstraram a profundidade da sua fé – estavam dispostas a morrer e/ou matar por ela. Hoje, ambas são consideradas duvidosas.

¹ Teóloga católica. Fundadora e integrante da WATER, Women's Alliance for Theology, Ethics and Ritual.

Como nota a teóloga Christine Gudorf, a maior parte da violência no mundo se realiza entre homens (ou seja, homem contra homem). Entretanto, a violência entre homens e mulheres – também conhecida como violência contra as mulheres, violência doméstica, violência de gênero, ou violência íntima – é generalizada e se apresenta de muitas formas: agressão física, abuso psicológico, crimes de honra, coerção sexual e estupro, violência contra lésbicas, controle das decisões econômicas e reprodutivas, entre outras. A análise detalhada da violência contra a mulher pode produzir conhecimento profundo da violência entre os homens, mas meu objetivo principal neste trabalho é criar um mundo mais seguro para mulheres e seus filhos dependentes.

A erradicação da violência contra as mulheres tem sido um aspecto de obras teológicas feministas de mais de trinta anos atrás. Em princípio, as teólogas feministas, encontravam mulheres espancadas em situações pastorais. Nos Estados Unidos, no final da década de 1970, clérigas protestantes foram as primeiras a investigar a relação entre religião e violência contra as mulheres, e as primeiras a reunir recursos para lidar com o problema. A aversão da Igreja Católica Romana à ordenação de mulheres e a epidemia Católica de violência sexual, incluindo a pedofilia e os encobrimentos consistentes e perniciosos de tal violência pelos bispos e autoridades do Vaticano, não são mera coincidência. Nos dias de hoje, quando as mulheres têm formação teológica e estão trabalhando em situações pastorais, não nos podem mentir e tampouco agüentaremos uma lógica teologicamente capciosa sobre este assunto ou outros. Mulheres protestantes formaram a vanguarda porque elas eram as pastoras de primeira instância para muitas mulheres.

O primeiro trabalho nesta área, e o melhor, é o da Reverenda. Dr^a. Marie Fortune Marshall, do Faith Trust Institute de Seattle, no Estado de Washington, nos Estados Unidos. Em 1977, Marie Fortune estabeleceu o Centro para a Prevenção de Violência Sexual e Doméstica – agora conhecido como a fundação Faith Trust Institute – com o propósito de ensinar, consultar e fornecer materiais educativos sobre a violência doméstica. A evolução do Centro demonstra como a questão tornou-se cada vez mais complexa, e talvez sirva como um modelo útil a ser considerado aqui no Brasil.

Marie Fortune começou seu trabalho como uma jovem licenciada da Faculdade de Teologia da Universidade de Yale, ordenada pela Igreja Unida de Cristo. Visualizou o Centro como um lugar onde aqueles que trabalhavam com mulheres espancadas em movimentos seculares poderiam obter ajuda de profissionais religiosos, que muitas vezes são os primeiros a quem uma mulher confia que foi vítima de abuso e que sua família está em perigo. Após muitos anos de serviços diretos e programas educacionais ensinando a clérigos e a trabalhadores religiosos como ser úteis a mulheres em sofrimento e em perigo,

a Rev. Fortune e seus colegas começaram a estudar mais detalhadamente a origem teológica dos problemas que enfrentavam.

Em conjunto com estudantes feministas da religião, investigaram questões teológicas fundamentais para explorar precisamente a relação entre religião e violência. Começaram com o cristianismo e a teoria da expiação – a idéia de que Deus lhe deu seu (masculino) único filho para salvar o mundo – se perguntavam se as mesmas doutrinas que constituem a base do cristianismo, por sua vez, contribuem para a violência. Outros alunos estudaram a linguagem e o imaginário exclusivamente masculino – por exemplo, Deus como pai, senhor, soberano e rei – procurando determinar se tal linguagem criou o contexto da violência. Mary Daly postulou famosamente: “Se Deus é homem, o homem é Deus” com toda a potência para o abuso que isso implica.

Esse trabalho se tornou mais amplo e profundo através das décadas, e quase todas as tradições religiosas, notadamente o judaísmo e o islamismo como também o cristianismo, têm examinado a fundo suas doutrinas. A muito útil Revista *Religião e Abuso* se difundira por quase uma década e incluiu artigos, resenhas bibliográficas e outras informações sobre o tema. Rita Nakashima Brock e Rebecca Parker, em seu novo volume chamado “*O Resgate do Paraíso: Como o cristianismo mudou o amor deste mundo para a crucificação e Império*” começou a oferecer alternativas construtiva. Exploram a evolução do cristianismo desde seu início com imagens de Jesus em um mundo rico e vibrante para conceitos de violência redentora. O cristianismo na era pós-colonial, argumentam elas, está cheio de terror e horror, em nítido contraste com suas belas origens. Por esta abordagem, elas propõem uma teologia do resgate da beleza, para restaurar o enfoque terreno na beleza e a relação correta. Grace Jantzen ofereceu uma análise semelhante em seu apelo para o uso de metáforas orgânicas da Bíblia, como o jardim, flores e água corrente, em vez de sacrifício, que só resulta na destruição, com as mulheres muitas vezes como as que a sofrem.

Em meio a todo este tumulto teológico, e enquanto ainda respondiam às sobreviventes de abuso, Marie Fortune e seus colegas começaram a descobrir os casos de sacerdotes e outras autoridades religiosas, que foram eles mesmos envolvidos no comportamento violento. Pastores, rabinos e padres envolvidos em atividade sexual com seus paroquianos, os imãs que aconselham mulheres a ter matrimônios abusivos, as freiras que violaram os limites das relações apropriadas, todas mostram que a violência não é simplesmente algo que as religiões condenam, mas algo em que seus próprios líderes estão envolvidos. Mais ainda, a violência cometida por líderes religiosos tem o elemento extra de violar não só as dimensões físicas e psicológicas, mas também a dimensão espiritual da pessoa.

Logo Marie e seus colegas foram citados como testemunhas periciais em processos contra profissionais religiosos. Eram muito demandados como professores nos seminários, escolas teológicas, igrejas e ambientes em que são ensinadas as regras de conduta profissional para evitar problemas futuros. Nas palavras da reverenda Fortune, “As ovelhas são intocáveis para o pastor”, que significa que nunca é apropriado que um profissional religioso tenha um relacionamento sexual com um paroquiano ou paroquiana. Claro que isso acontece muito, mas muitas vezes existem conseqüências desastrosas para todos os envolvidos.

O trabalho de Marie Fortune demonstra como, historicamente, o que começou como um esforço para assistir os que se confrontavam com a violência doméstica se tornou um desafio de grande escala para a tradição cristã em si e, finalmente, a outras tradições também. As denominações que apoiaram seus esforços iniciais para erradicar a violência doméstica nunca imaginaram que suas teologias estariam implicadas nas origens. Tampouco lhes ocorreu que suas estruturas, sobretudo as estruturas hierárquicas, se veriam como terreno fértil para o abuso sexual eclesiástico que na realidade eram. O estudo teórico avançado, combinado com o cuidado pastoral, foram instrumentos úteis para o trabalho.

Três aspectos fundamentais do trabalho de Marie Fortune são indicativos do tipo de análise necessária para lidar com a complexidade da religião e da violência contra as mulheres. Advirto que estas questões têm suas raízes na realidade estadunidense, e merecem uma nova consideração com base na experiência brasileira.

Chamando os problemas por seus nomes verdadeiros

Marie Fortune estabelece um padrão elevado para os discursos sobre a violência sexual. Ela insiste em chamar as coisas pelos seus nomes verdadeiros. Muito discurso sobre o abuso sexual e encobrimento de abuso dependem muito do que tenho chamado de “habla-ecclesia.” Esta é uma retórica suave, espiritualizada, que esconde as relações de poder das partes interessadas e suas agências “e usa a linguagem da religião para permitir que certos abusos existam sem ser capazes de ser reconhecidos e/ou incontroversos. Por exemplo, é fácil em termos religiosos ajudar as vítimas, é mais difícil nomear os perpetradores. Para Marie, a mudança do enfoque ao que fez o outro, e o cuidado religioso da pessoa passiva para a pessoa ativa, é um discernimento teórico crítico. Grande parte da literatura mais antiga, e com boas intenções, no tema da violência sexual, se ocupa das “vítimas”, posteriormente chamadas “sobreviventes”,

deixando de lado a agência dos envolvidos em atos de violência. Eles, e não suas vítimas, têm de estar “à frente e ao centro” na erradicação do problema. Embora essa mudança também tenha ocorrido na literatura secular, tem que acontecer na religião também.

Outra mudança no enfoque é do “sexual” ao aspecto de “violência”. Marie Fortune explica que o “pecado” envolvido na violência sexual não é contrário ao sétimo mandamento (“Não cometerás adultério”), mas ao oitavo (“Não furtarás”). Sem ignorar o aspecto sexual da injustiça, ela enfoca no fato de que não só aqueles que foram vítimas de abuso sexual que perderam alguma coisa. Pelo contrário, é que o agressor roubou a vítima. O que é roubado não é tanto uma coisa sexual, mas “a confiança em seu mundo, nos relacionamentos e em seu futuro.” A violência do roubo substitui a preocupação ética com o adultério ou outro enfoque sexual.

Várias décadas após o início do trabalho, isto nos parece um discernimento teológico óbvio. No entanto, um exame cuidadoso dos casos de pedofilia por padres na Igreja Católica Romana, um exemplo entre muitos outros, revela um foco quase exclusivo sobre questões relacionadas com a sexualidade – homossexualidade, a violação dos votos do celibato sacerdotal, a idade de consentimento, e outras questões sexuais. Há muito pouca atenção à perda de si mesmo, da fé, e o sentido de segurança que resultam do abuso sexual por um clérigo. Colocar os nomes reais para estas questões é um passo gigantesco em direção à justiça sexual.

O “fala-ecclesia” inclui o que temos de considerar como falseamentos premeditados. Marie dá o exemplo de Santa Maria Goretti sobre quem as meninas católicas tiveram uma lição equivocada. A jovem Maria foi morta em vez de submeter-se a um estuprador/assassino que perdoou em seu leito de morte. Essa inversão do valor e responsabilidade – a virgindade sobre a vida; a idéia de que a vítima é responsável por proteger-se a si mesma, em vez de o agressor ser responsável por seu crime – foi a lição para as mulheres católicas por muitas décadas. Muitas santas, como Maria Goretti, foram elevadas ao nível de santas por um processo teo-político que reforça a violência contra as mulheres. Elas são homenageadas por cortar seus seios, sacar os olhos, ou perder suas vidas antes de render sua virgindade. Em maio de 2004, Gianna Beretta Molla foi canonizada. Ela morreu em 1962 aos 39 anos, vários dias após dar à luz seu quarto filho. Avisaram-na que um tumor uterino complicava sua gravidez. No entanto, ela escolheu a vida de seu filho sobre sua própria vida. Sua canonização como santa teve como objetivo solidificar a posição anti-aborto da Igreja Católica. A violência contra mulheres não é fortuita, é parte do seu plano de ensinamento neste contexto religioso.

O Desenvolvimento Construtivo da Ética Sexual Clerical

Outra contribuição significativa de Marie Fortune está no campo da ética sexual clerical, uma categoria de ética profissional. Ela escreveu: “O contato sexual entre clérigos e conselheiros pastorais e seus paroquianos ou clientes solapa uma relação pastoral de outra maneira efetiva e viola a confiança necessária nessa relação”. Sua posição salva vidas. Também resultou em acusações de alguns sacerdotes e profissionais religiosos de que tem limites irracionais. Concordo com sua ênfase em limites apropriados e aplaudo sua coragem em insistir ainda que sob a oposição de alguns colegas altamente respeitados.

Ela oferece uma pauta construtiva para avaliar uma relação pastoral sexualizada – que leva em conta se tratar de uma relação entre pares; envolve consentimento genuíno, e é fiel às promessas e compromissos. Eu escrevi algo em *Sexo Bom: Perspectivas Feministas das Religiões Mundiais*, argumentando que a segurança, o prazer, a busca de justiça, e a fabricação de comunidade são as principais características do bom sexo. Há polêmica considerável, mesmo entre as feministas, de saber se deve, onde, e como demarcar os limites. A polêmica é mais complicada em relações entre pessoas do mesmo sexo, como descobriu Marie em extensa conversa com os clérigos das Igrejas Comunitárias Metropolitanas, que são pastores de congregações majoritariamente lésbicas/gays/bissexuais/transgêneros.

Acho muito útil esta metodologia clara e construtiva Marie. Reconhece que as relações sexuais devem guiar-se pelo dito paulino “o amor não causa dano” (Romanos 13:10) Assim, quando surge uma relação entre um pastor e um paroquiano, ela aconselha informou que o compromisso seja público e que a relação pastoral termine. Se deve atender as necessidades pastorais dos fiéis de uma forma alternativa, o que significa que o pastor pode deixar essa igreja, ou o paroquiano encontrar outra congregação. Uma ação tão decisiva, mesmo que muitas vezes dolorosa, é um método razoável para avaliar o valor do relacionamento: vale tanto para que perca o seu trabalho ou a sua reputação? Eu suspeito que se você seguir este conselho logo se põe termo a muitas transgressões pastorais. Outras tradições encontrarão os seus métodos, mas este modelo de relacionamento pastoral é um excelente ponto de partida para a conversa.

Formando novos entendimentos do Perdão

A reflexão teológica cristã sobre a violência sexual inclui a difícil questão do perdão. Outras tradições agarram-se ao mesmo assunto. Em vez disso, Marie Fortune sugere que o foco seja a reconciliação, o momento, “quando

a contrição encontra com o perdão.” Muitos têm participado desta conversa, resultando em muitas percepções pastorais e teológicas claras que têm ajudado muitos sobreviventes e deram nova forma a conceitos teológicos envolvidos. É raro que o autor admita a culpa e ofereça a restituição, raro é também oferecer o regalo do perdão (ele/ela não tem obrigação de fazê-lo) e continuar sua vida. Mas quando isso acontece, é uma impressionante exibição de justiça divina.

Em minha opinião, o mais inovador da análise de Marie é sua insistência em que se escutem os ofensores sexuais que dizem: “Não nos perdoem tão rapidamente.” Isso reflete sensibilidades pastorais gêmeas: inclui as experiências de todos os que estão envolvidos no cálculo complexo da violência, incluindo os seus perpetradores, e confia mais no senso comum do que na ideologia. Ela tem confiança de que as pessoas podem expressar o que querem dizer, mesmo que suas percepções contradigam a teologia tradicional que causa tantos problemas, tais como “perdoar e esquecer.” Como muitos perpetradores são ofensores recorrentes, seu pedido para que os profissionais religiosos evitem a mercê barata e os nomeiem responsáveis é ainda mais tocante, impressionante e estimulante. O senso comum diz que os profissionais pastorais reconheçam os limites das suas capacidades dirijam os sobreviventes para profissionais de saúde mental e a leis que muitas vezes são mais capazes de lidar com as questões pertinentes. Isso não significa que a direção espiritual e outros cuidados pastorais não são importantes. Significa apenas que, na maioria dos casos, esses cuidados não são suficientes para lidar com todos esses problemas. Estes incluem o perdão, do qual a terapia e a restituição são elementos integrais. A exigência de que os clérigos e religiosos profissionais reconheçam seus limites e estabeleçam laços com os profissionais de saúde mental e leis é um avanço teológico construtivo.

Em 1983, o Centro (mais tarde o Faith Trust Institute) reformou a sua própria missão de refletir o grave problema de abuso clerical. Existem hoje quatro categorias de programas: (1) Ética para os clérigos, que fornecem formação e materiais educativos para reduzir o número de incidentes de abuso sexual e instruir sobre os temas de limites, (2) Segurança e Saúde na Congregação para apoiar clérigos e líderes laicos na tarefa de criar e manter congregações seguras e saudáveis, com ênfase na prevenção do abuso sexual juvenil, (3) Famílias Sãs, para fornecer material didático impresso e vídeos sobre os temas de abuso juvenil, violência doméstica, e relações adolescentes, além de educar os líderes religiosos para envolver suas comunidades como parte de uma ação comunitária global contra a violência doméstica, e (4) Tráfico de Seres Humanos e Exploração Sexual, enfocando a questão do tráfico humano por meio de materiais educativos para clérigos e líderes laicos. Este último tema reflete os problemas estruturais ainda mais amplos de um mundo cada vez mais violento.

A complexidade da relação entre religião e violência contra as mulheres se complica ainda mais pela dificuldade de se saber, agora, o que é uma mulher... ou um homem, na verdade. Como explica Christine Gudorf, existem muitos desafios para a nossa compreensão do sexo, gênero e orientação / identidade sexual.

Apesar de estarmos habituados a pensar em sexo masculino e em sexo feminino, no gênero masculino e no gênero feminino, e nas orientações heterossexuais, homossexuais e bissexuais, a realidade é que surgem questões para esses conceitos binários nas experiências das pessoas transexuais, os/as que são intersexuais, e aqueles/as que não estão em conformidade com as normas da sociedade construída sobre os conceitos de sexo, gênero e orientação sexual.

Uma exploração mais detalhada deste tema seria material para outra palestra, mas é importante notar que uma compreensão do que são “mulheres” é fluida, dinâmica, e já não é clara. Se um homem se constrói como mulher, é mulher, em que ponto de sua viagem de transição nós assim o declaramos?

Para aumentar a complexidade, temos os casos da violência mulher-contra-homem e também a violência de mulher-contra-mulher. Mais inteligente parece ser entender como “mulher” tanto as mulheres que vivem em sociedades patriarcais, como as que são marginalizadas nos círculos femininos. Mas o ponto fundamental é que a relação entre religião e violência contra as mulheres não é simples.

B. COMO TRABALHAR NO ÂMBITO MULTI-RELIGIOSO EM TEMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A mudança mais significativa neste trabalho é a evolução do trabalho cristão ao trabalho multi-fé. A Reverenda Fortune e seus/suas colegas descobriram que as mulheres protestantes não eram as únicas preocupadas com a violência contra as mulheres. Na verdade, ao final o problema tornou-se evidente entre os católicos, judeus e, mais tarde, muçulmanos nos Estados Unidos. O Faith Trust Institute há muito tem trabalhado em conjunto com ativistas de todas essas tradições e também desenvolveu seus próprios programas para responder às diversas necessidades de uma população cuja diversidade religiosa vem aumentando.

Nos Estados Unidos, tal como no Brasil, há um pluralismo religioso que se expande muito. Por exemplo, agora há mais muçulmanos do que presbiterianos, talvez mais muçulmanos do que judeus. O Projeto de Famílias de Paz, lançado em 2000 pelo falecido Sharifa Alkhateeb, foi uma tentativa de fazer

nas comunidades muçulmanas o que tinha sido começado nas cristãs, ou seja, ajudar as mulheres abusadas por meio do estudo da doutrina e da prática muçulmanas, empregando os recursos do islamismo para prevenir futuros abusos.

Alguns versos do Alcorão – como “ou fiquem juntos em condições equitativas, ou separem-se de boa vontade” (2:229) e “Vocês que crêem! Declarem-se pela justiça (Decidam-se pela), como testemunhas de Alá/Deus, mesmo que o façam contra si mesmos, ou seus pais, ou parentes, e mesmo que o façam contra alguém que é rico ou é pobre.”(4:135) – foram oferecidos como sendo úteis para apoiar as decisões das mulheres. Tal como é difícil na comunidade cristã conseguir que muitas pessoas reconheçam o problema – já que se considera que não existe nas boas famílias – é difícil, nas comunidades muçulmanas, que as mulheres denunciem as suas experiências, seja por medo de represálias, por falta de opções para a sobrevivência econômica, ou por medo de trazer desonra para suas famílias.

A comunidade judaica passou por sua própria luta singular com grande aversão à discussão da violência doméstica. Os motivos incluíram os ensinamentos da Torá contra a calúnia e a difamação (Levítico 19:16) que reprimiam o falar mal de alguém. No entanto, se alguém é abusador, não se pode afirmar que dizer a verdade é falar mal dele e, talvez, se salve uma vida. Aliás, como regra os judeus não denunciam outros judeus, uma prática que é compreensível a partir de seu estatuto enquanto uma minoria perseguida.

Este já não é o caso em um mundo em que os judeus vivem sujeitos às leis civis de seus países de domicílio. Outro obstáculo para a denúncia da violência doméstica é que as mulheres judias são, por tradição, responsáveis por manter *Shalom Bayit*, relações pacíficas em casa. Esta interpretação, baseada no gênero, do que é uma responsabilidade universal mudou, e tanto as mulheres como os homens são responsáveis. Os desafios são muitos para que profissionais judeus possam manejar mais eficaz e sensivelmente dentro de suas próprias comunidades.

Os budistas, os hindus, os pagãos, os grupos indígenas e muitos outros estão começando a organizar os seus próprios grupos. Por exemplo, o trabalho de Shamita Das Dasgupta e colegas nas comunidades asiático-americanas demonstram os problemas específicos enfrentados pelas mulheres imigrantes. Muitas delas chegam ao seu novo país com compreensões do seu papel e lugar nas suas famílias que estão baseadas em seu gênero e que não se podem realizar em culturas muito diferentes. Isso as coloca em um risco que requer análise e aconselhamento cuidadosos e centrados na cultura. Os profissionais religiosos podem ser úteis se têm formação adequada para a nova realidade.

Já terminou o tempo em que uma única tradição atuava em temas como a violência. A equipe do Faith Trust Institute agora inclui colegas muçulmanos, judeus e de outras tradições, pois há dimensões ligadas a tradições específicas que só com muita experiência na mesma tradição é que se pode manejar. O modelo utilizado no livro *Sexo Bom*, com uma dúzia de participantes provenientes de oito países e seis tradições, é adequada para as necessidades de uma sociedade e um mundo multi-religioso. Devemos aprender a confiar nos outros com as nossas próprias histórias de fé e participar de um diálogo multi-religioso que é, ao mesmo tempo, crítico e construtivo.

Ainda que as necessidades pastorais estejam ligadas a tradições específicas, elas também transcendem essas tradições. Por exemplo, o “perdoar e esquecer” não é apenas um conselho cristão. Dada a natureza dominante do discurso cristão no Ocidente, podemos afirmar que ele também permeia o tecido cultural, apesar da diversidade religiosa existente, fazendo seu dano sem o respeito algum à tradição. Da mesma forma, ainda que em geral sejam os clérigos de cada denominação que ministram o cuidado pastoral, noto cada vez mais frequentemente o fenômeno do capelão multi-denominacional em cárceres, hospitais, *campi* universitários e lugares semelhantes. Para esse tipo de serviço pastoral, é necessária uma formação distinta da que se tem oferecido costumeiramente e também um manejo distinto para assuntos fundamentais, como a violência sexual.

Não estou convencida de que qualquer tradição de fé contenha as sementes mais poderosas para a sua própria transformação. Judith Plaskow articulou este ponto em seu ensaio *Sexo Bom*. Ela insiste em que a autoridade e a tradição são aspectos em relação aos quais é preciso perseverar para que se possa mudar sua própria tradição religiosa. No entanto, ela observa que há limites para o que se pode conseguir dentro de qualquer grupo. Há sempre a necessidade de críticas e criatividade externas aos limites de alguma tradição: “Nós buscamos não apenas energia e idéias – e não principalmente – na fibra das nossas tradições religiosas, mas em nossas comunidades de resistência e de transformação.” Como cristã, estou ativamente à procura de comunidades de resistência e transformação em outras tradições de fé, e também fora religiões. Nem as crônicas das igrejas, nem a velocidade da mudança teológica inspiram confiança de que alguma de nós pode fazer esse trabalho sozinha.

Outro desafio para nosso movimento é como lidar com as diferenças culturais específicas dentro das comunidades que influenciam as nossas experiências e estratégias. Mari Castellanos, em seu ensaio “Guerras de Fronteira: a Intimidade e a Distância em Relações de Cura”, apresenta o ponto importante

do que ela chama de “realidade cultural” em termos de relações culturais. Ela desenvolve uma posição bastante distinta da que Marie Fortune, eu, e outras pessoas têm sustentado, e que não aconselha manter intimidade pessoal e profissional com uma mesma pessoa. Em sua comunidade cubano-americana, escreve Mari Castellanos, “considera-se desejável fazer negócios ou, dizendo de outro modo, estabelecer uma relação profissional com pessoas amigas. Que a amizade possa ser considerada como um obstáculo ou um risco é culturalmente estranho, ‘uma coisa dos gringos’ ...“(p. 199). Ela descreve uma reunião da Igreja Comunitária Metropolitana em 1993, durante a qual Marie desaconselhou relações dualistas (onde se é simultaneamente pastor e amigo, especialmente amigo íntimo), observando que “Ela (Marie Fortune) e outros que assim preferem são livres para adotar esse critério, mas eu e outros que não o aceitam não devemos ser considerados menos éticos por isso”. O ponto cultural é válido e deve ser estudado em todas as suas implicações. Até que ponto todas as posições éticas são baseadas em experiências culturais específicas? Qual é a influência da raça, da orientação sexual, da injustiça econômica, do colonialismo, e de outros fatores sobre o que poderia ser considerado uma ética universal?

Eu vejo aqui um aspecto que requer nossa colaboração franca e aberta em grupos que incluem os colegas de uma variedade de comunidades raciais/étnicas.

Outra preocupação comum é a pornografia. Quando foi o último sermão que vocês ouviram falar sobre esse tema, embora ele seja muito mais comum do que o aborto? Embora a pornografia exista há muitas gerações, a rede internacional de computadores (conhecida como Internet) tem multiplicado seu alcance e disponibilidade, aumentando a sua cota de mercado. Marie Fortune diz claramente que a pornografia “é a propaganda de violência sexual... A pornografia é apenas um aspecto da nossa sociedade que contribui para criar um clima de tolerância à violência sexual, mas é um aspecto significativo, pois é muito comum e extensivo. Nossa tarefa deve ser a de criar um clima de intolerância à violência sexual.”

Dada a existência da indústria bilionária que é a pornografia, e a amplitude de sua infiltração nas áreas de publicidade e televisão, creio que é oportuno mudar nosso pressuposto de que a violência é episódica e a justiça é parte do tecido social, para uma hipótese mais realista que assume que a violência é contextual e a justiça episódica. Sugeri essa mudança há vários anos, mas eu vejo poucas evidências na literatura de que essa mudança na teoria e análise tenha ocorrido. Entretanto, o contexto tornou-se mais violento e os episódios de violência ocorrem com frequência crescente.

Dado o escandaloso tratamento de mulheres e de pessoas *queer* em minha própria tradição católica romana, só posso concluir que a pornografia teológica – como a doutrina que proíbe a ordenação de mulheres porque elas não se parecem naturalmente com Jesus na Eucaristia e que afirma que a orientação homossexual é “intrinsecamente desordenada moralmente”, tratando o ato sexual homossexual como “objetivamente mal” – é a propaganda teológica da violência sexual. Se a religião vai ser útil para se vencer a violência, proponho que discutamos essas questões de fundo e mudemos nossos pressupostos para que estejam mais de acordo com a realidade que nos confronta.

C. ESTRATÉGIAS QUE ACELERAM NOSSO CAMINHO PARA O CONSENSO, O COMPROMISSO E O FIM DA VIOLÊNCIA INSPIRADA NA RELIGIÃO

As nossas estratégias variarão no presente trabalho segundo nossos contextos. Mas eu sugiro que nós permitamos que nosso trabalho se guie pelas necessidades urgentes apresentadas pelas mulheres e seus filhos dependentes, cuja própria existência está ameaçada pelas estruturas violentas da pobreza, do racismo, do sexismo, do heterossexismo, do colonialismo e da destruição do meio-ambiente. Estas questões requerem a atenção multi-religiosa junto com o enfoque mais comum da violência sexual. Ainda assim, esses assuntos macros podem parecer abstrações se não os vemos nas vidas cotidianas das pessoas que pedem nossa ajuda em situações de violência doméstica.

Assim, uma dupla tarefa espera-nos: por um lado, temos de desenvolver as dimensões teóricas das nossas tradições que podem explicar e ajudar na erradicação da violência contra as mulheres e as crianças; por outro lado, temos de desenvolver respostas concretas que são necessárias em um país multi-religioso, como o Brasil ou os Estados Unidos.

Permitam-me compartilhar um modelo para esse trabalho que acho que ilustra como as nossas estratégias podem ser duplas e simultâneas. O Faith Trust Institute decidiu compor e distribuir uma *Declaração Nacional feita por Líderes Religiosos e Espirituais para Enfrentar a Violência contra as Mulheres*. Em 2006, quarenta e dois líderes religiosos assinaram uma declaração simples, mas forte para “distribuição para todo programa de mulheres presas nos Estados Unidos. As mulheres verão essa lista e verão se sua comunidade de fé as apóia na busca de segurança para elas e para seus filhos. Quando as pessoas de fé se unem com outros líderes comunitários no enfrentamento da violência doméstica, veremos a conversão de antigos obstáculos em recursos que salvam vidas e trazem a cura. “ A Declaração diz textualmente:

Declaração Nacional feita por Líderes Religiosos e Espirituais para Enfrentar a Violência contra as Mulheres.

Proclamamos a uma só voz, unindo-nos como líderes religiosos e espirituais, que a violência contra as mulheres existe em todas as Comunidades, incluindo a nossa, e que é moral e espiritualmente intolerável universalmente.

Reconhecemos que nossos textos sagrados, tradições e valores têm sido muitas vezes utilizados de maneira errônea para perpetrar e tolerar o abuso. Nós nos comprometemos a trabalhar para que um dia todas as mulheres estejam seguras e o abuso já não exista. Voltamo-nos para os nossos textos e práticas de cura para integrar nossas famílias e sociedades.

Entre os líderes que assinaram a declaração estão desde o Exército da Salvação e os Jainistas até a Associação Mundial de Rabinos Conservadores; do Centro Islâmico até a Igreja dos Irmãos; dos Ortodoxos Sirianos até a Universidade Yeshiva, os povos indígenas Lakota e Ojibwe, os Unitários, os presbiterianos, e qualquer tradição imaginável. É importante enfatizar que não se pôde conseguir a assinatura de qualquer bispo católico norte-americano, nem da Conferência dos Bispos Norte-americanos.²

Todos se opuseram à idéia de que os seus “textos sagrados, tradições e valores têm sido muitas vezes utilizados de maneira errônea para perpetrar e tolerar o abuso”, ainda que a declaração também afirme que essas tradições podem “recorrer a nossos textos e práticas de cura para integrar nossas famílias e sociedades”. Com essa forma de oposição, não é de se estranhar que a religião e a violência contra as mulheres permaneçam um assunto complicado. Muitos católicos, especialmente as feministas da comunidade Mulher-Igreja, assinaram a declaração com orgulho.

Essa declaração é o produto de muitos anos de colaboração entre as muitas tradições que buscam a erradicação da violência contra as mulheres. Sua promulgação demonstra que pessoas religiosas progressistas estão unidas em sua oposição à violência contra as mulheres e em seu compromisso com o uso dos recursos de suas tradições para vencê-la.

Vejo quatro fatores em jogo que podem ser úteis a Católicas pelo Direito de Decidir e a outros grupos no enfrentamento desse desafio no Brasil:

² Do original em espanhol: Los líderes signatarios de la declaración incluyeron desde el Ejército de la Salvación y los Jaines hasta la Asociación Mundial de Rabinos Conservadores; desde el Centro Islámico hasta la Iglesia de los Hermanos; desde los Ortodoxos sirianos hasta la Universidad Yeshiva, los pueblos indígenas Lakota y Ojibwe, los Unitarios, los Presbiterianos, y cualquier tradición imaginable. Hay que notar que no se pudo conseguir la firma de ningún obispo católico estadounidense, y menos la Conferencia Episcopal Estadounidense.

1. São necessários líderes que possam representar a sua própria tradição, mas que também sabem e aprendem o suficiente sobre outras tradições para poder trabalhar juntos. Isso parece bastante simples, mas se trata de se mover para além dos silos das nossas comunidades religiosas, para uma realidade cultural na qual sejam primordiais as necessidades de segurança de mulheres e crianças.
2. São necessárias pesquisas acadêmicas para “desempacotar” os vários ensinamentos, costumes e práticas dos diferentes grupos religiosos na cultura. Esse trabalho foi apenas iniciado no cristianismo, no judaísmo e no islamismo. Há muito mais a se fazer a esse respeito nessas tradições, e também nas muitas outras tradições no Brasil, especialmente nas religiões de matriz africana.
3. São necessários recursos para financiar este trabalho de formação do clero e profissionais religiosos que, muitas vezes, são os primeiros a encontrar as mulheres que precisam de ajuda. Mais uma vez, parece simples, mas não é fácil convencer os seminários e institutos teológicos a incluir essa formação em seus cursos. Isso significa reconhecer que a religião é parte do problema, tanto quanto é parte da solução, e pagar para a solução dos problemas causados por grupos religiosos.
4. Embora haja relação entre religião e violência, existem fatores para além da religião que contribuem para as culturas de violência. Sua identificação e avaliação é de responsabilidade de todos, religiosos ou não. Então, os religiosos têm de unir-se a todos os que trabalham para a erradicação da violência, dedicando-se às tarefas que fazemos melhor, mas com a compreensão de que fazem parte de esforços maiores para erradicar a violência.

CONCLUSÃO:

Religião e violência contra as mulheres é uma realidade cada vez mais complicada, com muitas causas e até agora poucas soluções. Mas esforços como os de Católicas pelo Direito de Decidir, que tentam analisar essas questões, são convites para aprofundar o compromisso e avançar de modo que nenhuma mulher jamais seja submetida à violência. Se as religiões desempenharem as suas responsabilidades – religare, enlaçar ou unir – nos unirão na causa comum de criar paz. Essa deve ser a nossa oração multi-religiosa de transformada em realidade.

Budismo e discriminação de gênero

MONJA COEN¹

Estaria o próprio Buda sujeito aos valores de sua época e do local em que foi criado?

Quando Mahaprajapati, a mãe adotiva de Buda, pede-lhe para entrar para a ordem monástica, ele não atende a seu pedido. Recusa-se aceitar mulheres na comunidade de renunciantes até que percebe seu posicionamento discriminatório e as inclui. Mas, nessa inclusão ainda se encontram elementos de exclusão. Às mulheres eram impostas regras especiais e um maior número de preceitos. Elas eram consideradas incapazes de se controlar, motivo por que não poderiam tornar-se Budas. Como apenas os homens poderiam alcançar essa condição, algumas mulheres oravam para renascer homens.

Será que ainda hoje se pode afirmar que tanto mulheres como homens são bem-vindos a este mundo? Que há realmente equidade e respeito, inclusão e harmonia? Comprova-se-ia na prática o preceito budista segundo o qual todos os seres humanos são capazes da mesma iluminação de Buda? Não foram as grandes religiões do mundo – grandes, no que diz respeito ao número de adeptos – fundadas por homens? Também os textos sagrados não foram escritos por homens?

Qual o papel da mulher nas ordens religiosas? Estariam elas predestinadas apenas a pertencer a grupos sem qualquer atuação política no interior das ordens e a serem aceitas como “puras e castas criaturas”, das quais se esperam preces, orações de fé e o desempenho de um papel secundário, mesmo nas liturgias? Predominaria a concepção segundo a qual as mulheres podem ser mães, consortes, filhas, irmãs, primas, tias, amigas de Budas, mas não podem ser Budas? Vem ao encontro deste ponto de vista o fato de os mosteiros de monjas no Japão serem significativamente menores em tamanho, em número de praticantes e em poder financeiro ou político. No meu curso de formação discutíamos todas as espécies de discriminação, mas as aulas sobre discriminações de gênero não aconteciam, pois o tempo se esgotava antes de se chegar a esse tópico.

¹ Missionária oficial da tradição Soto Shu - Zen Budismo com sede no Japão. Primaz Fundadora da Comunidade Zen Budista. Foi, em 1997, a primeira mulher e primeira pessoa de origem não japonesa a assumir a Presidência da Federação das Seitas Budistas do Brasil. Recebeu em 2008 o Prêmio Transformadores da Revista Trip, na categoria Sono - Silêncio.

Nós, as duas monjas que participávamos desse curso em 1992, nos sentíamos separadas dos colegas monges. Não apenas porque as salas de estudo ficavam muito distantes uma da outra, como também porque não éramos incluídas nas consultas e decisões do grupo. Éramos apenas acompanhantes. Aos poucos, minha primeira companheira, uma monja norte-americana, foi procedendo de modo a nos incluírem, e, já no terceiro ano, nossas mesas de estudo ficavam lado a lado, ou seja, muito próximas.. Também passamos a ser convidadas a participar das pequenas festas internas e a ser ouvidas em algumas situações. No entanto, durante os dez meses em que participei desse programa tive apenas uma aula sobre discriminação de gênero.

MULHERES NO BUDISMO

Mahaprajapati Daiosho, a grande mestra e primeira monja histórica, era tia de Sidarta Gautama. Foi ela quem criou o pequeno Buda, depois da morte de sua irmã. E, quando Sidarta abandona o palácio e se torna monge, ela anseia por reencontrá-lo. Entretanto, para que isso ocorra, muitos anos se passam..

Depois de sua experiência iluminada, Sidarta é reconhecido como o Buda Sábio da tribo dos Xáquias – Xaquiamuni Buda. É como um mestre iluminado que ele retorna ao seu palácio de nascimento e reencontra sua mãe adotiva. Mahaprajapati se encanta com seus ensinamentos e pede-lhe para ser ordenada monja. Mas Sidarta Guatama não a aceita e fundamenta sua recusa com o argumento que, se as mulheres sáíssem de seus lares, as famílias ficariam dilaceradas.

Voltemos no tempo e tentemos compreender a posição das mulheres na Índia dessa época. As mulheres só valiam se um homem as mantivesse – poderia ser seu marido, pai, filho, irmão, tio ou primo. Sem um homem a mulher não desempenhava nenhum papel social e nem possuía meios para se manter. Era marginalizada. Ora, Mahaprajapati, como diz seu nome, era líder de uma grande assembléia de mulheres. Por ser esposa do rei, era a orientadora de inúmeras mulheres cujos maridos, filhos, tios, primos, irmãos haviam morrido nas batalhas ou sido dizimados pelas pestes e doenças da época. Mahaprajapati as orientava no sentido de obterem recursos para sua subsistência por meio do artesanato.

Antes das invasões arianas, as mulheres pertencentes às castas elevadas eram letradas e tinham acesso aos templos, onde podiam entrar para fazer ofertas e orações. Depois das invasões, por terem gerado filhos com os invasores, foram proibidas de entrar nos templos e perderam o acesso à erudição. Outro dado relevante da condição das mulheres de modo geral era serem consideradas impuras, motivo por que só deveriam ser tocadas com a mão esquerda – a mão de se limpar após a evacuação.

É nesse contexto discriminatório que nasceu e viveu Xaquiamuni Buda, o que torna compreensível que negue à sua tia e mãe adotiva o pedido de entrar na ordem monástica. E justifica sua recusa com o argumento que a entrada das mulheres na ordem “seria o fim das famílias.” Porém Mahaprajapati não desiste, pois sabia que as famílias também se desfaziam sem a presença dos homens. Acompanhada por mais de quinhentas mulheres, ela seguia Buda. Suja, com os pés sangrando, insistia em seu pedido.

Finalmente, em certa ocasião, quando Buda transmitia seus ensinamentos, declarou que “todos aqui têm as mesmas condições para alcançar a mesma iluminação que eu alcancei”..Ananda, atendente pessoal de Buda, intercede, então, pelas mulheres ao indagar ao Mestre: “Senhor, todos os seres? Até mesmo as mulheres?”. Ao que ele responde: “Sim, Ananda, todos os seres. As mulheres também.” Amanda pergunta ainda: “Então, Mestre, por que não permitir que entrem para a vida monástica?”

Este é um momento importante na história do crescimento e ampliação da percepção do próprio Buda. É um momento de libertação de preconceitos, aquele em que aceita a inclusão das mulheres na comunidade budista. E a conclusão de nossos estudos é que seres iluminados também estão sujeitos a discriminar e a ter preconceitos. Entretanto, eles são capazes de perceber essa condição e de transcendê-la rapidamente, transformando as discriminações e preconceitos em compreensões e na inclusão de novos conceitos.

Xaquiamuni Buda permite a entrada de Mahaprajapati e suas acompanhantes, desde que se submetam a oito regras especiais. O conteúdo dessas regras é a subordinação das mulheres à comunidade masculina. Por exemplo, as monjas jamais devem admoestar um monge, mesmo idosa ou possuindo muitos anos de experiência; ela deve sempre dar seu lugar a ele, mesmo que seja recém-ordenado. Trata-se da imposição de regras masculinas, por homens preocupados em não se envolver com as mulheres. Mahaprajapati aceita todas as regras, “como um colar de flores perfumadas”, e a ordem feminina se instala.

Estudos recentes questionam as razões que teriam levado Buda a exigir submissão das monjas à comunidade dos monges: estaria tentando protegê-las de outros homens que, por acaso, pretendessem abusar das mulheres que abandonaram as famílias e renunciaram aos valores mundanos?

Há também a questão de os monges dependerem sempre das mulheres. Afinal, eram elas que davam esmolas e oravam. Eram elas também que sustentavam os monges, os quais, ao entrar para a ordem monástica e se sentir libertos do poder de suas mães e esposas, viam-se novamente dependentes das mulheres para sua subsistência. Assim, é de se entender que temessem criar laços

e relacionamentos de cuidados especiais com as monjas. Além da questão da sexualidade, pois a proximidade das mulheres certamente os encantava e seduzia. Entretanto, eles haviam feito votos de castidade e decidiram voluntariamente tornar-se celibatários. Tal opção desaparecerá da vida monástica no Japão somente há aproximadamente duzentos anos. Monges e monjas das tradições budistas japonesas podem casar-se e manter relacionamentos monogâmicos.

Outro aspecto importante a ser considerado é que os textos dos sutras – ensinamentos de Buda – e dos preceitos – regras de conduta comunitária – são quase todos escritos por homens. Todo o *Tripitaka* – literalmente três cestos, nos quais estão compilados os ensinamentos dos quarenta e cinco anos de pregações de Buda (sutras ou sastras, sermões; vinaya, preceitos; e *abhidharma* – comentários filosóficos) – foi escrito por homens. Como mencionei anteriormente, a maioria das mulheres não sabia escrever, e, quando procuramos textos escritos por monjas, encontramos o *Therigatha*, que se trata de uma série de poemas, em sua maioria muito trágicos, que falam de situações de grande sofrimento, as quais, provavelmente, teriam levado as mulheres a optar pela vida monástica.

Os monges deveriam considerar as mulheres em geral sedutoras, provocadoras, instigadoras da quebra de preceitos, ciumentas e raivosas, para as quais se fazia necessário que cumprissem regras severas e detalhadas. Até hoje há grupos de monges pertencentes às tradições mais ortodoxas, como os Theravada, que não podem tocar em uma mulher nem ficar a sós com ela em um aposento. Esta foi uma regra estabelecida pelo próprio Buda. Esta mesma regra foi quebrada pelo próprio Buda. E, quando Mahaprajapati estava morrendo, pediu a Buda que viesse até seu leito de morte. Os dois ficaram a sós. Ele cerrou seus olhos.

Tive a oportunidade de conhecer no Japão a reverenda monja Kojima Roshi, pioneira na inclusão das monjas Soto Zen Budistas. Após a Segunda Guerra Mundial, ela viajou por todo o Japão conversando e convencendo o alto clero a admitir a equidade entre mulheres e homens monásticos. E, hoje, graças à Mahaprajapati Daiosho e a todas as monjas e mulheres budistas da história – e, especialmente, a Kojima Roshi –, posso officiar todos os tipos de cerimônia, ordenar monges e monjas e transmitir o Dharma a futuras gerações.

Devo muito, especialmente à abadessa de nosso mosteiro de formação em Nagoia, Aoyama Shundo Docho Roshi, a primeira monja na história da Soto Shu do Japão a fazer parte do Conselho Superior do Mosteiro Sede de Sojiji, em Yokohama. Convivendo com ela por mais de oito anos, aprendi a respeitar e reconhecer a força que tem a prática de uma grande mestra Zen.

BUDISMO – RELEITURA DOS TEXTOS SOB A ÓTICA DA INCLUSÃO

Há mais de vinte e cinco anos um incidente ocorrido durante uma palestra na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, deu origem a uma série de estudos e pesquisas sobre as várias formas de discriminação e de preconceitos existentes no Japão e acerca das relações entre essas exclusões e as religiões. Todos os grupos religiosos, a partir desse incidente, desenvolveram estudos especializados e criaram departamentos para tratar de Direitos Humanos nas diversas ordens religiosas. A tradição a que pertencço, Soto Shu, em decorrência desses acontecimentos, atualmente baseia seus ensinamentos no seguinte círculo interdependente: Direitos Humanos, Paz e Meio Ambiente, pois, para que haja paz, é necessário que sejam respeitados os direitos humanos e preservado o meio ambiente; reciprocamente, preservar o meio ambiente é contribuir para a construção de uma cultura de paz, de respeito à vida e à diversidade. Respeitar os direitos humanos inclui a integração com a Natureza e o cultivo da paz.

Este incidente ocorreu quando um erudito monge japonês, depois de dar uma palestra na Universidade de Princeton, foi interrogado por alguém da platéia sobre a questão da discriminação no Budismo do Japão. Nessa ocasião, o monge respondeu que não havia discriminação alguma. Mas, quando essa resposta chegou aos ouvidos de um organizado movimento japonês que trabalhava há muitos anos contra as discriminações e as exclusões, houve um grande alarde e se exigiu que o monge-professor se retratasse publicamente, e, não só isso, que se passasse a estudar as questões envolvidas com as práticas discriminatórias no Japão. Era o início de uma série de pesquisas, encontros, estudos e trabalhos envolvendo todas as lideranças religiosas, com a finalidade de se compreender e erradicar qualquer forma de discriminação no país e no mundo .

O aspecto interessante foi o início da releitura dos textos sagrados com o objetivo de se identificar neles qualquer forma de discriminação. Nunca havíamos lido os textos nesta perspectiva... E as exigências não se limitavam ao estudo desses textos, porque se requereu também fosse estabelecido contato direto com os excluídos por meio de visitas a guetos onde eles eram obrigados a morar e, também, visitas e preces de arrependimento em seus túmulos – geralmente localizados nos cantos alagáveis dos cemitérios –, nos quais seus nomes eram escritos com erros propositais, com o intuito de identificá-los eternamente.

Monges e monjas, pessoas eruditas – sociólogos, antropólogos, historiadores, psicólogos e outros – iniciaram estudos e pesquisas com o intuito de compreender as origens das discriminações. Fez-se necessário ouvir testemu-

nhos, assistir filmes e representações dramáticas para que sentíssemos as dores, os terrores e os sofrimentos dos que são discriminados.

A exigência do Movimento de Libertação dos Excluídos estava diretamente ligada ao Movimento em Defesa dos Trabalhadores. Muitas pessoas tinham seus nomes de família e seus lugares de origem gravados em livros que eram vendidos a empresas para que estas não as aceitassem como colaboradores. Os excluídos deveriam contentar-se com as mesmas atividades de seus ancestrais, como se fossem castas, e não classes sociais.

Nas escolas as crianças eram discriminadas e excluídas das brincadeiras e as pessoas de outros grupos sociais eram proibidas de relacionar-se com elas. Essa manobra se escondia sob a falsa égide do carma, isto é, se respaldava na crença de que as condições desfavoráveis dos excluídos eram consequência de um renascimento infeliz, que, por sua vez, era resultado de alguma má ação praticada em vidas anteriores. Essa manobra chegava ao absurdo de identificar as atividades apropriadas para os excluídos, que eram as mesmas praticadas por seus ancestrais, como trabalhar em matadouros e na fabricação de tintas, pintar tecidos e confeccionar artefatos de couro. Também doenças como a hanseníase e a epilepsia eram consideradas cármicas. Nascer mulher, ao invés de homem, era considerado também um carma prejudicial.

Para lidar com tudo isso foram feitas grandes campanhas nacionais. A palavra de ordem era: "A discriminação não pode ser feita, recebida ou desculpada", que, na língua japonesa assim se exprime: "*Sabetsu shinai, sasenai, yurusanaï*".

Jornais, noticiários, revistas, filmes, novelas de televisão, panfletos, cartazes – todos esses veículos de comunicação mencionavam a questão dos Direitos Humanos. Nas escolas laicas ou religiosas, nas universidades e em toda esfera educacional das grandes tradições budistas japonesas, foram abertos departamentos especializados em Direitos Humanos. O assunto passou a ser tratado como prioridade nas conversas, palestras, aulas, ensinamentos aos fiéis.

Como sempre, os grupos mais progressistas e socialmente engajados logo abraçaram a causa e desenvolveram programas especiais de treinamento. Os mais conservadores, por sua vez, defenderam a posição de que não se poderia questionar a humanidade dos mestres fundadores, relutando muito em aceitar a revisão dos textos sagrados, considerando essa atitude uma profanação. Foi nesse clima de tensão que eu entrei para um programa destinado à formação de futuros professores de mosteiros.

Eu havia terminado meus primeiros cinco anos no convento de Nagóia, onde a questão da discriminação não havia entrado no currículo de nossa formação; passei a participar do treinamento especial para monjas da Soto Shu,

com duração de quatro anos. Ficávamos enclausurados três meses por ano em um mosteiro nas proximidades de Quioto, e vários professores vinham até nós para dar aulas. Este treinamento era o mesmo dos grandes mosteiros, com a diferença de que tínhamos de escrever relatórios e nos submeter a algumas provas de compreensão.

Nosso grupo era constituído por aproximadamente vinte monges e apenas duas monjas. A admissão de monjas nessa graduação era fato recente, porque durante muito tempo ela era destinada quase que exclusivamente a monges. Estávamos em 1991, vivenciando grande reviravolta numa sociedade fortemente estabelecida sobre valores hierárquicos rígidos, principalmente nos meios religiosos.

Fomos visitar os agrupamentos humanos chamados guetos. Os líderes do movimento contra a discriminação asperamente nos interpelavam com as seguintes perguntas: “Vocês têm amigos que pertencem a grupos discriminados?” “Vocês sabem o que é ser discriminado?” “Vocês discriminam?” “Vocês sabem o que é ser chamado de animal, isto é, de não-humano?” “Vocês sabem o que é ser apontado na rua com quatro dedos, querendo com esse sinal dizer que andamos de quatro, ou seja, que somos animais?”

Os jovens monges se encolhiam, porque fez parte de suas brincadeiras de infância contar piadas com a referida expressão e ela aparecia até mesmo nas aulas de alguns professores de religião, quando diziam: “Se vocês não seguirem os ensinamentos corretos, serão como os excluídos, isto é, não-humanos” – “*hi min*”, na língua japonesa.

Assistíamos a vídeos sobre o sofrimento, as tentativas de suicídio, as dificuldades em arranjar empregos e se casar com pessoas consideradas “diferentes”, ou seja, que não fossem excluídos.. Entretanto, constatávamos nessas visitas que a aparência física dos “excluídos” era absolutamente idêntica às dos outros japoneses, o que nos levava a indagar por que eles eram chamados de não-humanos e de onde viria essa nomenclatura absurda...

Começamos a perceber que, nos textos sagrados, nos ensinamentos de Buda, escritos há mais de 2 mil e 500 anos por seus discípulos, eram mencionados os não-humanos – referindo-se aos intocáveis, aos párias do sistema de castas da Índia. Esta constatação nos fazia perguntar se, junto com a tradição religiosa de não fazer o mal, de fazer o bem e o fazê-lo a todos os seres, teria sido importado, também, um pensamento discriminatório.. Só as pessoas fracas discriminam. Discriminam e segregam por medo e ignorância. Os pobres são muitos, são inteligentes, mesmo sem ter acesso à educação formal. Podem tornar-se competidores nos ambientes de trabalho. Os discriminados são, portanto,

excluídos, pois não lhes é permitido o acesso aos estudos e a bons empregos. ... Forçados a morar em áreas demarcadas, casam-se apenas com seus pares.

Visitamos túmulos, com maravilhosas imagens de Budas e Bodisatvas esculpidas nas pedras e, na parte de trás, o nome da pessoa cujas cinzas ali eram guardadas, ao qual se acrescentava a marca da discriminação: “fulano de tal, ‘não-humano’”. Como puderam fazer isso? Ao entrar em contato com essa prova irrefutável da discriminação, nossa emoção era intensa. Perguntávamos “que crimes monstruosos podem ser cometidos em nome da fé?”

Oramos em inúmeras dessas pedras mortuárias. Fizemos cerimônias de arrependimento por todas as insuficiências dos monges e das monjas do passado que colaboraram com um sistema absurdo de segregação e exclusão social tanto na vida como na morte. Teria sido isso o que Buda ensinou? Definitivamente não.

Buda era aquele que cortara seus cabelos e seus laços com as divisões de castas. Ele afirmava que somos tão nobres quanto o forem os nossos gestos, palavras e pensamentos. Argumentava que a ação nobre faz um nobre, e não o local e a família de nascimento.

Xaquiamuni Buda, fundador histórico do Budismo, que viveu na Índia há mais de 2 mil e 500 anos, contradizia as crenças hinduístas da época que postulavam ser o sistema de castas determinado pelo carma e pela vontade divina. Só a morte e um fortuito renascimento nos livrariam dos sofrimentos. A esperança era renascer em uma casta superior. De preferência renascer homem.

Certa ocasião, Buda caminhava pelas estreitas ruelas da Índia antiga, quando um pária – o sem castas, o excluído que limpava as latrinas – vinha caminhando em sua direção com um recipiente cheio de fezes. Ao ver Buda se aproximando, o jovem ficou apavorado, pois, de acordo com a lei local, sua sombra nem mesmo poderia tocar uma pessoa qualquer que fosse a casta a que pertencesse. E Buda se aproximou dele. Tremendo de medo, tentando afastar-se, o jovem acabou escorregando e caindo. Neste momento Buda se aproximou e, oferecendo-lhe a mão, ajudou-o a levantar-se. Esse homem tornou-se um de seus seguidores mais devotos e foi ordenado monge.

A Sanga de Buda – a comunidade de praticantes leigos e leigas, monges e monjas – era composta por pessoas de todas as castas e também por aquelas consideradas fora de todas as castas. O que surpreendeu em nossos estudos foi verificar que, no Japão, cuja sociedade não incorpora o conceito de castas, mas, sim, de classes sociais, este preconceito houvesse se instalado, se mantido por muitos séculos e ainda perdurasse na época atual.

Visitamos também os matadouros. Um de nossos professores comentou durante uma palestra que, ao passar por um matadouro, havia fechado a janela do carro por causa do mau cheiro. Um dos jovens monges que, para cursar a universidade, trabalhara meio período em um matadouro, levantou-se indignado e explodiu: “Mestre, o senhor está discriminando!” Instalou-se na sala aquela tensão própria do silêncio grave. Não se permitia aos jovens monges fazer perguntas ou comentários durante as aulas. Muito menos acusar o mestre de praticar a discriminação. Resultado: o mestre foi levado a um matadouro para conhecer a realidade das pessoas que ali trabalhavam, para saber que os filhos e filhas dessas pessoas são discriminados nas escolas. Da mesma maneira que são discriminados, hoje, no Brasil e no mundo, as crianças portadoras do vírus HIV, as pessoas deficientes e os doentes terminais. Será a discriminação alguma coisa do passado, alguma coisa que precisa ser revista desde os primeiros textos sagrados?

Em nosso grupo, a questão dos matadouros levou a uma pesquisa mais profunda sobre a relação entre alimentação e práticas religiosas. Buscamos respostas para as seguintes perguntas: Do que se alimentavam no passado e de que se alimentam atualmente os monásticos? Quanto mudaram, nestes dois últimos milênios, a alimentação, a longevidade e a saúde? O que é mais adequado para o ser humano? Será que não comer carne de qualquer espécie é melhor para os religiosos enclausurados? Será que, nos mosteiros e conventos cristãos, onde se come carne, os monges e monjas sentem muita dificuldade para manter as práticas religiosas?

Os grupos se dividiam. Alguns defendiam a posição de que o ser humano está no topo da cadeia alimentar por ser capaz de comer uma grande variedade de alimentos – animais e vegetais, frutas e nozes, ervas e grãos. Outros defendiam a tese de que nossos dentes não são assim tão afiados para nos alimentarmos de outros animais.

A discussão se encaminhou, desse modo, para os preceitos budistas, especialmente a respeito de suas origens. Tentávamos responder a seguinte questão: “Quando Buda recomendava que não colocassem seres vivos nas tigelas dos monges mendicantes, não teria ele levado em conta aquele episódio vivido por um jovem monge que encontrou um feto humano no caminho e, sem saber o que fazer com ele, o levou até seu mestre para pedir instruções? O monge foi visto pelas pessoas do campo, que teriam começado a dizer que monges comiam fetos? Não foi assim que apareceu a primeira determinação para não se colocar seres vivos na tigela? Em que consiste o preceito de não matar? Matamos cenouras e alfaces também? A vida alimenta-se de vida. Há diferenças

entre os seres vivos em níveis de compreensão e consciência ou nós humanos somos capazes de apreender apenas o que é mais parecido com nossa espécie?

Essa discussão ainda continua e temos em nossas ordens monásticas grupos vegetarianos e grupos não-vegetarianos. O budismo não é centralizado. Ele não dispõe de um órgão controlador, mas da consciência de cada líder e de seus adeptos.

Visitamos também os aglomerados humanos que alguns chamam de favelas. Quando nosso ônibus se aproximava de uma delas, ao meu lado um monge apontou para as pessoas que ali estavam e se entreolhavam surpresas com nossa chegada. O monge me disse: “São eles, são eles, os excluídos.” Percebemos que eram semelhantes a qualquer outra pessoa japonesa. Talvez um pouco mais pobres. As casas eram como as outras casas de qualquer bairro de periferia, com televisores, geladeiras, telefones, isto é, como tudo isso que a sociedade japonesa tem a oferecer para o conforto e o bem-estar material. As ruas eram calçadas. Mas faltava a seus habitantes a inclusão social, o reconhecimento da nossa semelhança com eles, ou seja, o reconhecimento de sua humanidade.

O contato – é imprescindível entrar em contato direto. Um meio hábil para romper as barreiras das diferenças e das separações é colocar as pessoas em contato umas com as outras, comendo e bebendo juntas e compartilhando suas dificuldades. Ríamos e chorávamos juntos. Orávamos e nos arrependíamos por um passado que tornava o presente ainda insustentável. Como criar um futuro de inclusão? Como romper as barreiras invisíveis da discriminação?

Visitamos a Ilha do Amor, nome de uma ilhota onde os pacientes com hanseníase eram levados para de lá nunca mais sair. O cemitério também é na ilha. A hanseníase fora supersticiosamente considerada uma doença cármica ou espiritual: doença causada por algum mal que a pessoa cometeu em uma vida anterior. Mas o que sabemos sobre as vidas anteriores? Como podemos dizer que alguém sofre deste ou daquele mal por ter sido uma má pessoa em uma vida anterior? Então fomos estudar a lei do carma ou lei da causalidade ou da origem dependente, que é a base dos ensinamentos de Buda. Ensino que acabou sendo poluído pelas mentes preconceituosas.

Segundo o ensinamento de Buda tudo o que existe é o co-surgir interdependente e simultâneo. Nada existe por si só. Causas, condições, conseqüências formam uma teia incessante e simultânea.

Carma literalmente significa ação. Ações, gestos, pensamentos que deixam marcas, impressões, assim como hábitos de impaciência ou de tolerância, de sarcasmo ou de esperança. Bom carma, mau carma, carma neutro. Há vários tipos de carma – fixos, não-fixos, individuais, coletivos, do presente, do futuro

e do passado. Mas ninguém pode afirmar que alguém sofre de uma doença causada por um carma prejudicial trazido de vida anterior. Sabemos que doença é doença. Ela existe. Nós seres humanos estamos sujeitos a todas as espécies de doenças, quer genéticas quer adquiridas. O que fazemos nas diferentes situações por que passamos é o que gera carma. Podemos aprender através das dificuldades e das perdas e manter uma atitude de contentamento com a existência, mesmo na dor; ou então podemos cultivar a raiva, o rancor, a vingança, a descrença e nos tornarmos tristes e inconformados.

Nosso corpo humano está sujeito a doenças. Elas não decorrem de um julgamento pessoal ou de uma condenação individual. Pelo contrário, devemos perguntar-nos sobre o que fazemos com as dificuldades e problemas que encontramos em nosso caminho. A discriminação está muitas vezes em locais profundos de nossas mentes. Se não chegarmos até esses locais, teremos apenas atitudes superficiais de equidade e aceitação.

Iniciávamos o processo de ler o trabalho de nosso fundador, Mestre Eihei Dogen (lê-se Dooguen), que viveu no período entre 1200 e 1253. Agora a leitura também incluía o ser humano Dogen, o monge que era produto de uma era, de um contexto social, econômico e cultural. Estaria o ser iluminado sujeito às discriminações de sua época?

Seu neto sucessor na linhagem, o Mestre Keizan Jokin, que viveu no início do século XIV e foi co-fundador de nossa escola Soto Shu poderia também estar sujeito aos preconceitos locais? Muitos professores dos mosteiros-sede de Eiheiji e Sojiji se enfureciam. Como dizer que os Grandes Mestres Zen, fundadores da Escola Soto Shu, tivessem falhas humanas, uma vez que eram seres iluminados, santos, grandes monges sábios? Como ver neles o humano e procurar falta em seus textos sagrados? Por outro lado, nossos estudos sobre discriminação apontavam lapsos de linguagem nos quais o preconceito era evidente.

Em alguns momentos, quando veementemente clamavam contra aqueles que distorciam os ensinamentos verdadeiros, estes eram comparados a animais. Eram severos com outras formas de pensamento e tradições religiosas, chegando até ao extremo de dizer que apenas a sua visão e o seu caminho eram verdadeiros e levariam à completa extinção do sofrimento. Perguntávamos sobre a realidade dessa época, acerca do modo como viviam as pessoas e se considerávamos correto hoje em dia dizer que alguém é não-humano.

Mesmo o crime mais hediondo, se cometido por um ser humano, não faz com que ele perca sua condição humana. E nos envorganhemos ao saber que somos tão sórdidos quanto o mais sórdido ser humano. Também nos alegramos ao lembrar que somos tão puros e santos quão puras e santas podem ser as criaturas humanas.

Hoje, quando trabalhamos em encontros inter-religiosos com o propósito comum de construir culturas de paz, justiça e cura da Terra, não consideramos apropriado rebaixar outras tradições e pontos de vista. Não consideramos adequado rebaixar nem elevar as mulheres. Hoje falamos em equidade de gênero.

Fundada nos Estados Unidos da América do Norte, a Ordem Zen dos Fazedores da Paz (*Zen Peacemaker Order*) é capaz de transcender as limitações do passado e incluir em suas regras os seguintes Quatro Comprometimento, quais sejam:

- 1º) *Uma cultura de não-violência e reverência à vida.*
- 2º) *Uma cultura de solidariedade e de ordem econômica justa.*
- 3º) *Uma cultura de respeito e uma vida baseada na verdade.*
- 4º) *Uma cultura de direitos iguais e companheirismo entre homens e mulheres.*

Quando nos integramos a grupos interreligiosos, como a Iniciativa das Religiões Unidas – URI, criando redes e círculos de cooperação por todo o Planeta para cultivarmos o respeito e a compreensão das diversas manifestações do sagrado, temos de reconsiderar as palavras de nossas tradições. Não podemos apagar o que foi escrito e transmitido, mas, sim, compreendermos as questões sociais e os valores da época e adequá-los à nossa realidade. Temos de procurar a essência dos ensinamentos de Buda e até mesmo do nosso fundador original Xaquiamuni Buda e colocá-la sob o prisma de uma visão clara e nítida do contexto histórico, político, sociológico, antropológico e cultural no qual ela surgiu. A partir dessa ótica, percebemos que a mística, a experiência do inefável nos revela um mundo além das discriminações.

Tendo-se acesso a esse estado é possível alterar condutas, regras, maneiras de falar e de ser no mundo. É o que temos presenciado com a mudança da fórmula Budas Patriarcas, usada até há poucas décadas, para Budas Ancestrais ou Ancestrais do Darma, a fim de incluir as mulheres Budas, as mulheres Ancestrais do Darma em nossa tradição.

Vivemos uma época em que precisamos rever, reler – de *relegere*, ler de novo, que é uma das origens da palavra religião – nossos textos, procurando esclarecer o essencial e também perceber a origem das discriminações preconceituosas. É uma das maneiras de colocá-las em perspectiva e deixá-las nos anais da história como formas de pensar e de se relacionar arcaicas e absurdas. Seres iluminados, pessoas despertas são capazes de perceber e corrigir erros do passado, do presente e quem sabe, também do futuro – para o bem de todos os seres. Que assim seja feito por todas nós.

Mãos em prece

BIBLIOGRAFIA

- Abe, Masao. *Zen and Comparative Studies*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1997.
- Arai, Paula. *Women Living in Zen: Japanese Sôto Buddhist Nuns*– Oxford, Oxford University Press 1999.
- Bodiford, William. “Zen and the Art of Religious Prejudice: Efforts to Reform a Tradition of Social Discrimination” em *Japanese Journal of Religious Studies* 23,1-2 ;1996.
- Gonçalves, Ricardo Mario. “O Budismo Japonês no Brasil: Reflexões de um Observador Principiante”, em *Sinais dos Tempos: Diversidade Religiosa no Brasil*, ed. Leila Landim, Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Religião, 167-180; 1990.
- Gross, Rita M. – *Buddhism After Patriarchy :A Feminist History, Analysis and Reconstruction of Buddhism*. Albany: Suny Press, 1993.
- Heisig, James W. e John C. Maraldo, eds. *Rude Awakening: Zen. The Kyoto School and the Question of Nationalism*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1994..
- Ishii, Kenji. “Urbanization, Depopulation and Religions” no *Religion in Japanese Culture*, Ed. Noriyoshi Tamaru e David Read, Tokyo: Kodansha International, 156-170; 1996.
- Kawahashi, Noriko e Kuroki, masako, eds. “Feminism and Religion in Contemporary Japan. Special Issue” *Japanese Journal of Religious Studies* 20.3-4; 2003..
- Reader, Ian. “Transformations and Changes in the Teachings of the Soto Zen Buddhist Sect”; em *Japanese Religions* 14.1, 28-48; 1985.
- Murcott, Susan. *The First Buddhist Women* – Parallax Press; Berkeley, Califórnia: 1991.
- Paul, Diana Y. *Women in Buddhism* – Asian Humanities Press; Berkeley, California: 1979.
- Rocha, Cristina. *Zen in Brazil, The Quest for Cosmopolitan Modernity* – University of Hawaii Press, 2006
- Uchino, Kumiko. “The Status Elevation Process of Soto Sect Nuns in Modern Japan”, em *Japanese Journal of Religious Studies* 10.1-2; 177-194; 1983.
- Williams, Duncan. *The Other Side of Zen: A Social History of Soto Zen Buddhism in Tokugawa Japan*. Princeton, NJ: Princeton University Press: 2005

Violência Silenciada e Abençoada

ELIAD DIAS DOS SANTOS¹

Num certo fim de semana, assisti a um filme de animação *UP*, que, no Brasil recebeu o nome de *UP – Altas aventuras*, antecedido por um curta metragem – o *Partly Cloud – Parcialmente Nublado*, que mostrava cegonhas trazendo filhotes que eram criados pelas nuvens. A maioria das nuvens – que possuíam características masculinas, diga-se de passagem – era criadora de bichinhos fofinhos. Um encanto! Mas o que de fato me chamou atenção foi uma nuvem que criava animais mais feios e perigosos, os quais, aliás, eram a “graça” do filme: uma nuvem escura, de nariz chato, assessorada por uma cegonha, também diferente das outras, porque tinha asas escuras e era totalmente desengonçada.

Fiquei pensando no que estava vendo e como essas mensagens seriam interpretadas e introjetadas pelas crianças. Pensava, também, que o senso comum e a suposta democracia racial não veriam nada de mais em alguns “detalhes”, como a associação, por um lado, da pele branca ao bom, ao belo e ao correto, e, por outro lado, da pele negra com aquilo que é mau e feio e, no mínimo, perigoso. Impressiona a perpetuação tão paradoxalmente subliminar e explícita bem debaixo dos nossos narizes – sejam eles afilados ou chatos.

E, por falar em perpetuação, não me faço de rogada porque tenho vasta experiência, pois já se vão quase dez anos durante os quais a fogueira da Santa Igreja Metodista no Brasil e de sua inquisição têm-me perseguido, e, também, já se vai quase um ano da realização de um culto, uma celebração proposta por mim, por meio da qual busquei a reconciliação junto a seus líderes e o fim da perseguição. Passados todo este tempo e os eventos que detalharei em seguida, constato que a inquisição não terminou.

Escrever este artigo implica debruçar-me sobre fatos muito dolorosos, um exercício difícil para mim, pois ainda sofro as conseqüências por acreditar na minha dignidade, por ter reagido contra o mal, a calúnia, a indiferença e os preconceitos. Mas, ao mesmo tempo, esta constitui uma preciosa oportunidade de denúncia, ainda que ela não seja lida e ouvida por todo mundo. Acredito

¹ Brasileira, solteira, uma filha. Pastora metodista. Mestre em Ciências da Religião – na área de Teologia e História – Universidade Metodista de São Bernardo do Campo –SP

ser importante elucidar que existe uma violência praticada pela Igreja, apoiada em sua livre interpretação do sagrado, contra seus e suas fiéis, contra pastoras e pastores, ou seja, contra seus mais fiéis colaboradores.

Gostaria de iniciar contando que nasci Metodista. Meu pai e minha mãe se casaram no ano de 1964 na Igreja Metodista da Luz, da qual já eram membros fiéis minha avó e avô, que ajudaram na construção do templo e na manutenção da igreja vendendo doces e cuscuz para seus vizinhos e, também, nas ruas da região central de São Paulo, onde moravam com seus nove filhos.

Cresci acreditando que somente Deus nos castigava e, claro, minha mãe ou meu pai, pois ambos sabiam o que seria melhor para mim. Não poderia imaginar que a igreja, onde passei quase todos os domingos de minha vida, se tornaria minha inimiga e que eu chegaria a sentir por ela apenas indiferença. Acreditem que, mesmo quando viajávamos, minha mãe fazia questão de procurar uma igreja Metodista para levar suas crianças. Ela morreu acreditando que a igreja era um santo lugar.

Quando terminei o colegial, queria ser radialista. Adorava rádio, ouvia quase todas as estações e em casa fazia de conta que era locutora: meus planos já estavam traçados. Minha vida mudou quando conheci o novo pastor da nossa igreja, que logo nos primeiros domingos teve a coragem de chegar a nossa tradicional e *pequeno-burguesa* congregação com uma camiseta da campanha das “Diretas Já”. Minha família ficou escandalizada, afinal de contas, mesmo sendo negros, éramos malufistas e meu avô foi capitão do Exército.

O novo pastor falava de pobres, de um Jesus que eu não conhecia, pois estava ao lado dos marginalizados. Eu trabalhava como professora na Escola Dominical e o pastor propôs a mim e às demais professoras que ampliássemos nossa área pastoral e começássemos a convidar crianças dos cortiços próximos da igreja. Nunca havia entrado em um cortiço, mesmo sendo negra. Fui criada acreditando ser diferente das demais pessoas e abençoada por não ser nem católica nem pobre.

Nunca esquecerei o horror que se apoderou de mim e de minhas amigas cristãs e metodistas ao entramos nos cortiços. Havia famílias inteiras morando em pequenos quartos e a casa possuía apenas dois banheiros para atender todos os moradores. As crianças sequer tinham o que comer aos domingos, a não ser chá ou café com fubá, farinha ou um pequeno pedaço de pão. Contamos o que vimos às nossas mães e às demais pessoas da igreja e, em solidariedade, começamos a preparar para as crianças um café da manhã com leite, chocolate e pão. Insistia em saber de onde o pastor tirava aquelas idéias intrigantes, porque, durante todo o tempo em que freqüentei a igreja, nunca ouvira falar que Jesus não se

preocupava apenas com o fato de meu coração ser preto e pecador, mas, também, com a vida das pessoas: se elas tinham ou não moradia, comida e liberdade.

Descobri que meu pastor possuía alguns livros interessantes sobre a Teologia da Libertação, e um dos autores era um homem chamado Leonardo Boff. Logo comprei o livro *Teologia do Cativo e da Libertação*.

Nasci de novo, como diz a Bíblia. Resolvi renunciar ao sonho da locução de rádio para cursar a Faculdade de Teologia da Igreja Metodista. Tinha certeza de que havia sido escolhida por Deus para participar da construção de uma nova sociedade. John Wesley, fundador do movimento metodista, dizia “o mundo é minha paróquia”: eu acreditei nas palavras de Deus que estavam na Bíblia e nos sermões e lições da Escola Dominical.

Na faculdade conheci professores e professoras incríveis, que a cada dia me mostravam um mundo novo. Como servos “escolhidos e escolhidas de Deus”, nossa missão era mostrar ao mundo e às pessoas, embasados nas doutrinas e dogmas da igreja, que aquele era o único caminho possível para total felicidade dos seres humanos.

Por minha própria conta busquei compreender em que consistia a Teologia Negra e o feminismo, e me apaixonei. Reconheci que já era feminista antes de entrar na faculdade, pois freqüentava reuniões nas quais eram discutidas questões como a liberdade das mulheres e a opressão que sofríamos. Lembrome que era a única negra que participava dessas reuniões, mas, para mim, isso não fazia diferença.

Ainda na faculdade, entrei para o mundo ecumênico, participando de encontros e reuniões, e foi neste contexto que conheci o trabalho que a Pastoral da Mulher Marginalizada realizava com prostitutas. Na minha formatura, prometi a Deus que o mais importante na minha vida seria estar entre os/as marginalizados/as e com eles/elas construir o mundo novo.

Meu sonho até que durou! Formei-me em 1990, trabalhei como pastora em igrejas locais, mas sinceramente minha paixão era a rua, principalmente o Parque da Luz e as casas de convivência. Nunca me sentira tão próxima de Deus como nas ocasiões em que distribuía preservativos nas ruas da cidade e conversava com as mulheres. Juntos, meus colegas seminaristas e irmãs católicas e eu, enfrentamos a Polícia para defender essas mulheres. Em 1998 concluí o mestrado dizendo para o mundo acadêmico teológico que era possível estudar e trabalhar uma Teologia Negra Feminista.

Com certa freqüência, era convidada a pregar em igrejas, como, por exemplo, nas igrejas Católicas das periferias da cidade durante a Semana de Oração pelos Cristãos, e era convidada também para falar nos cursos de teolo-

gia sobre o trabalho que desenvolvia com as mulheres. Embora a própria igreja Metodista não concordasse muito com a minha opção pela rua e pelas pessoas marginalizadas, quando comissões estrangeiras vinham conhecer “o trabalho profético” dos Metodistas brasileiros com os pobres, eu era convidada e louvada por essa atividade que desenvolvia, principalmente porque ela constitui significativa fonte de financiamento para qualquer igreja com atuação no Terceiro Mundo. Estava consciente das contradições da instituição a que pertencia, mas acreditava que, apesar de feminista e ecumênica, estava seguindo o “Evangelho” e que não havia nada a temer.

Porém, em 2001, ao organizar uma das reuniões semanais com as mulheres que frequentavam um projeto da Igreja em parceria com a Prefeitura de São Paulo, para o povo da rua, havia colocado um tecido colorido sobre o chão e, sobre ele, um bolo de laranja e chá com cravo. Nesse dia conversamos sobre a inquisição e acerca do início do processo de subordinação da mulher, partilhando textos e livros sobre mulheres e um livro de poesias. Fui acusada de bruxaria.

Sem qualquer diálogo e sem ser ouvida, fui julgada e condenada publicamente em uma carta arbitrária escrita pelo bispo, na qual ele afirmava que eu era incompetente e praticante de bruxaria. Durante os sete meses que se seguiram busquei justiça dentro da Igreja e junto ao colégio episcopal, mas a resposta que obtinha era sempre a mesma: que eu aguardasse. Foram tirados de mim o trabalho que realizava e o salário.. No entanto, não perdi nem a determinação nem a fé, pois sabia ser aquele um momento difícil, mas que eu não podia abrir mão de minha dignidade e da crença na justiça. No entanto, além de não ter acesso à justiça da Igreja, foram completamente ignorados pelos bispos os apelos que fiz ao seu colegiado. Uma amiga advogada aconselhou-me a entrar na justiça comum por danos morais: acolhi seu conselho e, depois de mais de um ano, ganhei a causa.

Depois disso, eu achava que tudo estaria resolvido. Voltaria ao meu trabalho, às ruas e estaria tudo bem de novo. Eu acreditava que a reconciliação viria, que o amor e perdão pregados pela Igreja seria um exemplo aos metodistas. Doce engano. A seguir trecho de um artigo que pode ser encontrado na internet:.

ELIAD DIAS DOS SANTOS, PASTORA METODISTA.

A Inquisição, que durou do século XII ao XIX, foi instituída pela Igreja Católica para julgar os hereges – entre eles, os que praticavam magia. O caso mais famoso do período medieval foi o da francesa Joana D’Arc, queimada viva. Mas a caça às bruxas não se restringiu aos católicos. Tribunais protestantes,

como o dos anglicanos de Salém nos Estados Unidos do século XVII, perseguiram e mataram feiticeiros com igual empenho. 'A mística do saber feminino e a sexualidade indomável entram como uma questão programática do movimento feminista', aponta Laura de Mello e Souza, professora da Faculdade de História da Universidade de São Paulo. Ela acrescenta: 'Mas a caça às bruxas é um fenômeno histórico mais amplo, que não se restringe à perseguição das mulheres. Entretanto, hoje, acusar alguém de bruxaria é sem pé nem cabeça'.

Eliad pertence a um grupo ecumênico de mulheres que se dedica ao que se convencionou chamar de teologia feminista: incorporar ao estudo da Bíblia a experiência das mulheres. Foram elas que trouxeram ao debate religioso temas incômodos como o aborto e a sexualidade. Suas teses tiveram mais força nos anos 80 e parte dos 90, mas, assim como a Teologia da Libertação, perderam espaço no confronto com as correntes pentecostais e carismáticas que cresceram entre protestantes e católicos. Para as teólogas feministas, Eliad é a vítima extrema de um embate mais profundo travado no coração das igrejas cristãs. Ao se levantar contra uma decisão arbitrária da igreja, ficou sozinha, expondo as fissuras do movimento.

'A Eliad sofreu uma inquisição moderna', diz a teóloga Yury Orozco, do Católicas pelo Direito de Decidir, o mais importante grupo religioso feminista do país. 'Sua heresia foi confrontar sua igreja com temas novos.' Em 1995, a freira Ivone Gebara foi condenada ao silêncio pelo Vaticano por ter-se manifestado publicamente em favor da descriminação do aborto. 'Vivemos um retrocesso e muitas de nós, que foram ativas no passado, recuaram e silenciaram, a ponto de se negar a testemunhar em favor de Eliad', diz a pastora luterana, mestre em Ciências da Religião, Haidi Harschel. 'Hoje estamos na marginalidade, em nome de uma religião de mercado, individualista, que demoniza o corpo e os movimentos sociais', aponta a doutora em Bíblia e pastora metodista Nancy Cardoso Pereira. 'A Eliad teve mais coragem que a maioria de nós'."

(Página da Internet-Caio Fábio)

Depois disso, eu achava que tudo estaria resolvido. Voltaria ao meu trabalho, às ruas e estaria tudo bem de novo. Eu acreditava que a reconciliação viria, que o amor e perdão pregados pela Igreja seria um exemplo para os metodistas. Doce engano!

A coisa ganhou volume e foi parar na revista *Época*, com um artigo da jornalista Eliane Brum. Dias depois da publicação do artigo recebi convites para a TV. Eu estava decepcionada e desesperada; o grupo de mulheres do Conselho Mundial de Igrejas e minhas companheiras da igreja conseguiram meios para

que eu me distanciasse de tudo e saísse do Brasil por quarenta dias. Elas temiam por minha sanidade física e emocional, por minha vida e a de minha filha.

Fui para Inglaterra, onde tenho amigos, e amigas e tentei por lá encontrar um pouco de paz e sossego. Vi que meu caso havia até saído na revista *Leros*, uma publicação para brasileiros que vivem em Londres.

Estar na Europa ajudou-me somente a matar saudades e a sair da fogueira por alguns dias. Ferida e abalada em minha dignidade, voltei da Europa ainda sem trabalho e verifiquei que poucas pessoas tinham coragem de enfrentar a igreja e relacionar-se comigo ou me ajudar. Temiam por seus empregos na instituição ou de serem tachadas como “amigas” da bruxa. Porém muitas outras pessoas ajudaram-me com mantimentos, dinheiro, palavras de coragem, gestos de amor e carinho. Foram pessoas que ajudaram a acreditar que minha luta não era em vão. Terminado o processo tive uma nomeação pastoral para o CENACORA – Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo. Fui nomeada apenas para dar uma satisfação social; tive uma ajuda de custo e nada mais. Logo depois, a Igreja Metodista do Brasil declarou oficialmente que não era mais ecumênica, e eu, de novo, estava sem trabalho ou nomeação, pois o órgão no qual eu trabalhava era ecumênico.

Amigas conseguiram um trabalho para mim em Porto Alegre, na Universidade Metodista. Fui correndo acreditando que em outro Estado, em outro lugar, as condições seriam melhores. Esquecera de que trabalhava para igreja e nem sequer sonhava que ela não só não perdoaria, como também faria retaliações. Devo confessar que o bispo do Rio Grande do Sul tentou ajudar-me no que pôde. Trabalhei na Sede Regional cuidando dos projetos sociais e ali acreditei que seria possível reconstruir um pouco a minha história com a igreja Metodista a quem tanto amei.

No entanto, não era mais possível uma relação entre nós. Eu ousara demais, denunciara a arbitrariedade de um homem, enfrentara um bispo, processara a igreja, concedera entrevistas, e, portanto, na ótica “deles”, havia difamado a igreja. Assim foi disseminada minha imagem entre as pessoas que congregam na igreja metodista, e uns a acolheram por ingenuidade, e outros...

Muitos só conhecem a história oficial forjada nos gabinetes episcopais. Quase ninguém ousou perguntar o que de fato aconteceu, por que eu “chegara a tal ponto”.. A dúvida pairava entre muitas pessoas. “Será que a Igreja não estaria certa? “Mas, afinal de contas, não é a Igreja o sinal, a representação de Deus no mundo? “

“Eliad, por sua vez..... Bem, ela é negra e mulher, alguma coisa errada ela deve ter feito... “Negro, quando não erra na entrada, erra na saída”. “Negro só

faz bobagem” e tantos outros ditados e expressões do pensamento preconceituoso reforçaram a idéia de que, afinal de contas, eu não poderia ser tão vítima assim. Ainda mais sendo a minha opção pastoral trabalhar com pobres e pessoas na rua. Uma pastora de verdade se dedica integralmente apenas aos fiéis da igreja, os verdadeiros filhos e filhas de Deus.

Para muitas pessoas da igreja o conceito de dar certo na profissão pastor/pastora consiste no número de igrejas em que se trabalhou e quais foram elas. Esse negócio de trabalhar com pobres, com projetos, é moleza, coisa de gente preguiçosa que não anuncia as “verdades” estabelecidas por Deus e não chama as pessoas para o verdadeiro “arrependimento”. Afrontei um bispo, afrontei Deus e seus desígnios. Processei os que me deram algo - eu era pastora - e para uma mulher negra que congrega uma igreja protestante isto já é muito.

Eu não estava me colocando no meu “lugar”. Meu lugar era limpar, cozinhar... somente servir: cantar no coral ou divertir as pessoas com nosso gingado, com nossa destreza em arrumar as coisas. Foi-me dada a “graça” de ascender dentro da igreja e eu ainda confrontei meus dadivosos superiores? Como ousei eu voltar-me contra o próprio Deus?

Continuei crendo no amor de Deus e confiando, apesar de tantas dores e lutas.. Insisti em continuar na igreja como pastora. Consegui uma oportunidade na Igreja Metodista da Inglaterra. Pensei que, do outro lado do oceano, as coisas finalmente seriam melhores. A Igreja Metodista da Inglaterra para mim parecia o paraíso, o lugar onde Deus havia finalmente preparado um banquete. O lugar onde eu poderia exercer meu ofício, minha fé, minhas crenças e tudo mais.

Mas eu ingenuamente acreditei em Deus e em seus bispos. Acreditei no perdão, mesmo sem ter feito nada de errado. Acreditei no amor que é pregado diariamente pelos meus colegas pastores e pastoras. Cinco meses depois, morando em Birmingham, Inglaterra, onde me preparava para ser pastora, minha vida se torna um inferno novamente. Na Inglaterra aparecem rumores, dúvidas, e, novamente, vou para Inquisição. Como ousei sonhar tão alto? Inglaterra? Por que não Afeganistão ou África? A Europa, não! A mim foi perguntado diversas vezes por que eu queria ser pastora na Inglaterra.

Apareceram “supostas cartas” através das quais a Igreja do Brasil queria que eu voltasse e o quanto eu era importante na minha igreja. Chorei de novo, muitas pessoas choraram comigo, me ajudaram, mas no dia 21 de agosto de 2009 meu sonho acabou de vez.

Enquanto escrevo vou pensando não só nas minhas dores, mas também nas minhas opções e escolhas. Não me arrependo um minuto sequer de ter feito teologia, de ter-me tornado pastora. Estou em casa de amigos, sem casa

e sem trabalho. Novamente tenho minha dignidade abalada, minha fé, e o que restou dela. Meu sonho, ainda consigo sonhar, é ver minha filha crescer.

A igreja mostrou-me o quanto de poder terreno ela juntou e o quanto ela e o seu deus desejam para mim: a morte, a insignificância. Por eu ser feminista, ter consciência sobre o que é ser negra, por acreditar que aborto é um direito das mulheres e que Deus nunca foi masculino, pago um preço caro, porém consciente. Ainda sonho com um mundo mais justo para mim e para os demais seres humanos. Ainda sonho com o dia em que as mulheres poderão escolher de verdade se querem sofrer por amor, questionar e denunciar as religiões que as subordinam aos homens e ao mundo. Quero pensar que a escolha é o destino de cada uma e de cada um de nós. Estou tentando encontrar um “outro Deus” que não seja tão surdo e tão cego.

Como diz Ivone Gebara, sei que Deus é um grande mistério. Mas esse Deus que ajudei a pregar e que me levou acreditar que tudo seria possível para aquele que crê, nesse não consigo mais acreditar. A igreja e seus desígnios fazem parte do meu passado, porque duramente tive que reconhecer que nunca fiz parte deste mundo. Na verdade nós - negras e negros - nos empenhamos muito para pertencer ao mundo dos cristãos, assim como para nos situar e fazer parte dele, deste mundo hegemônico. Todos os dias nós, as “minorias”, enfrentamos a dureza do “fazer-se pertencer” ao mundo branco e masculino.

E, por favor, não venham me dizer que isso é discurso e lamentação. Em pleno século 21, são as negras a maioria das empregadas domésticas e são minoria nos comandos de empresas ou de quaisquer outras organizações. Sabemos que não é por falta de mérito ou estudo apenas. Todos os dias temos que lutar para cuidar e educar nossas crianças e ensinar-lhes que existe algo chamado autoestima. Quem já não ouviu ou mesmo não se referiu àquela negra bonita ou àquele negão bonito, como se falasse de uma exceção ou uma raridade.

Quero pensar enquanto mulher e negra e - como muitas vezes ouvi - feia, como a violência contra nós se perpetua ainda hoje. Já ouvi e li que devemos parar de lamentar e nos considerarmos vítimas. Mas não posso parar de lamentar e chorar enquanto sofro diariamente preconceitos e injustiças e enquanto meus irmãos e irmãs são assassinados pelo simples fato de serem negros/as e pobres. O empoderamento precisa ser algo concreto: temos de ter fé em nós mesmas/mesmos e acreditar que poderemos criar as bases para que as injustiças sejam superadas.

Para esta breve análise, me apoio na obra de Ivone Gebara, *Rompendo o Silêncio: uma fenomenologia do Mal*².

² GEBARA, Ivone. *Rompendo o Silêncio: uma fenomenologia do Mal*, Editora Vozes, 2000.

“As questões de raça certamente não estão isoladas das questões econômicas. Basta observar que as mulheres que trabalham como domésticas no Brasil são na maioria mulheres originárias da África Negra; as favelas e os bairros mais pobres das periferias das cidades são habitados pela população negra; os meninos e meninas de rua são na maioria negros, e que a presença de jovens negros nas universidades é mínima. A desigualdade social, a miséria e a opressão também estão ligadas à cor da pele” (GEBARA, ano, p.75)

Penso na histórias de minha mãe, avó e tias, que dedicaram suas vidas e seu dinheiro às igrejas. Nos aniversários da Igreja onde crescemos, as pessoas citavam os nomes, havia placas para aqueles e aquelas que contribuíram para o crescimento da igreja. Lembro-me sempre de minha mãe ou tia recordando ao pastor o nome dos meus avós, que jamais receberam uma placa. Eles eram negros e pobres. Parece que lhes permitir estar no “meio” dos brancos como iguais e filhos/as de Deus já era o suficiente para eles.

O sofrimento por causa da cor da pele jamais foi considerado como um sofrimento propriamente teológico. [...] A existência dos escravos (homens e mulheres) de pele negra jamais foi motivo de grande preocupação para a ética cristã. Foi preciso esperar o século XX para escutar a voz das teologias africanas e das teologias afro-americanas em sua sede de liberdade, de respeito e reconhecimento... (GEBARA, p 73 e 74)

Eu ouvi do membro de uma igreja na qual fui pastora que, para ele, era difícil ter uma mulher pastora e era ainda mais difícil o fato de esta mulher ser negra. Não tive raiva ou ódio deste homem. Achei o gesto dele coerente: afinal de contas ele era um dos “donos” da igreja e eu destoava do seu modelo de fé e daquilo que ele acreditava ser adequado para um representante de Deus.

As coisas para nós negras e negros não caminham como o progresso tecnológico e científico, como citei no início do artigo; personagens negros das peças de multimídia – como do curta *Partly Cloud* – são associados àquilo que é mal feito, errôneo e perigoso.

Ivone chama a atenção ainda para o fato de que nós, negras e negros, infelizmente muitas vezes introjetamos a questão negativa da cor de nossa pele. Realmente é muito difícil acreditar que se é bonito e bom tendo a pele escura.

Na escola desde criança aprendemos que aquele menino ou menina loiro de olhos azuis é lindo, o mais lindo da escola, e que, com certeza, fará o papel de príncipe ou princesa nas peças escolares. O mal nos será reservado: já observaram que as bruxas geralmente são mulheres de cabelos negros e olhos escuros? Na peça da escola de minha filha na Inglaterra, para ela e para a outra menina

negra foram destinados os papéis de presidiárias, malandras e engraçadas. Os papéis principais e de destaque ficaram para os brancos e “bonitos”.

Como lembra Ivone, os padrões de beleza estão sujeitos às leis do mercado, ao lucro e aos conflitos étnicos. Mesmo com o aumento de grupos nos movimentos negros, ou de teologia negra, ainda estamos longe de nos sentir à vontade neste mundo, neste país, nas religiões.

O modelo branco é o único digno de ser chamado humano, bom e educado. Mesmo no nível das expressões religiosas comuns nos bairros populares, esta diferença manifestou-se às vezes com força. Por exemplo, ouve-se dizer que Deus ama todo mundo, mas que tem piedade dos negros. Por que acrescentar esta piedade ao amor? Sabemos que esta piedade tem raízes históricas: introduziu-se na cultura depois da escravidão. Deus permitiu a existência dos escravos negros e teve piedade deles, convidando-os a serem cristãos. Neste sentido, podemos falar de uma teologia, de uma ética e de uma catequese diferentes para os brancos e para os negros. (GEBARA, p.76).

Enquanto escrevo estas linhas a primeira frase da citação não sai da minha cabeça, pois a cada dia minha consciência negra, de mulher, se defronta com a realidade. O modelo hegemônico branco e humano. Para mim, parece aquele antigo discurso dos pregadores nas ruas e praças: este é o único caminho. Ou você a ele se conforma ou enfrentará as dificuldades de ser um grande pecador.

Em nossa casa havia aquele famoso quadro dos dois caminhos. Minha mãe o comprou e fez questão de nos apresentar o mundo e seus caminhos. Ir a bailes, teatros e cinemas aos domingos, ou seja, trocá-los pela igreja, significava estar no caminho largo, longe de Deus.. Porém Ele, com seu grande olho, estava nos vendo. No caminho estreito havia pouca gente, mas eram mulheres e homens brancos que estavam em família e que, na igreja, posicionavam-se na direção que os levaria aos céus e a tudo de bom que aquele caminho significava.

Diante do modelo branco e masculino escolhi o caminho largo, enfrentei os olhos de Deus, de seus bispos e de sua igreja. Descobri que o pintor que fez o quadro talvez não tenha tido a oportunidade de refletir melhor e saber que estar no mundo é a melhor coisa. Ser uma pessoa – mesmo com as limitações que implicam ser negra e pobre. Ser uma pessoa que busca viver digna e livremente e que, assim, confere sentido ao seu caminhar.

Uma vez estive na igreja Metodista da Alemanha em época de carnaval e fui convidada a falar algumas palavras. Comecei elogiando a cidade e o quanto me sentia feliz em ser uma cidadã, mesmo por poucos dias. Podia atravessar a rua sem medo de ser atropelada ou caminhar pelas ruas da cidade à noite sem medo de assalto. Mas o que não entendia é como um povo que possui tudo,

saúde, segurança, comida e casa, não sorria. Disse-lhes e nisso comecei a chorar, porque no Brasil, no momento em que estava indo para o aeroporto, crianças brincavam nas ruas com bolas rasgadas e descalços. E que as mulheres com as quais eu trabalhava, mesmo na extrema miséria e situação deplorável, se esforçavam para ser feliz, muitas vezes sem um único dente na boca.

Não estou elogiando o humor brasileiro, muitas vezes esconderijo para o conformismo, mas aquela alegria, a vontade de viver que nos faz caminhar e acreditar que amanhã será outro dia, que nada como um dia atrás do outro. Isso é esperança e é isso o que me move diariamente. A vontade de saber quem sou, os caminhos que possuo, e que, se for necessário, enfrentarei bispos, igrejas, exércitos, mas nada me impedirá de ser quem eu sou e o que quero ser. Não quero submeter-me ao modelo branco de ser humano. Não quero ser branca ou perto disso. Não quero a piedade, quero o respeito, a democracia, quero ter minha opinião respeitada, assim como meu jeito de encarar a vida.

Decidi, como qualquer pessoa que muitas vezes para ter conforto é necessário pagar caro, que pago diariamente em minha vida esse preço. Sou mulher e negra e ando ereta. Não me submeto ao modo de ser negro estabelecido pelo mundo branco e cristão.

Não sou boazinha, não sorrio o tempo todo, cozinho para mim e também para os outros, por prazer. Não nasci para ser o bobo da corte e só animar festas com meu gingado e voz. Não sou mulher para servir pratos e lavar cuecas e achar que esse é o meu papel e que ter um homem ao meu lado é o melhor que poderia acontecer na minha vida. Por isso, muitas vezes sou odiada ou mal interpretada, não faço o papel estabelecido.

Algumas mulheres de origem africana sofrem também uma desvalorização dentro do seu próprio meio, pelo fato de serem mulheres. As mulheres servem os homens. São educadas para servi-los e esta educação se torna fonte de submissão e de infelicidade. Tentar compreender de outra forma e mudar as regras estabelecidas por uma cultura de dominação masculina é um dos desafios mais importantes para restabelecer o valor e a autonomia das mulheres de pele negra. (GEBARA, p.77)

Sim, este também é o problema, lá e cá, muitas vezes. Fugir desse “destino” na maioria das vezes é motivo de dor e de angústia. Se você é mulher, negra e independente, é difícil sobreviver fora do mundo branco e difícil de ser digerida pelo mundo negro. Não tenho dados ou pesquisas em mão, mas basta olhar para o mundo *funk* e para os *vídeo-clips* estadunidenses, nos quais o papel da mulher negra é um só servir: sexualmente e com seu corpo, cuidar e dar prazer ao seu homem e se devotar aos filhos dele.

Para um dos meus primos, por exemplo, seus cinco filhos são grande motivo de orgulho, pois todos têm filhos: um, dois e até três, com diferentes meninas. Elas muitas vezes disputam entre si pela “preferência” do pai de seu filho ou filha. Minhas primas muitas vezes olham para nós solteiras com grande piedade. Não temos marido “pra chamar de meu”, a quem possamos nos referir como “meu homem”, mesmo que isso signifique parar na delegacia por ter apanhado do “seu homem”. Nessa lógica: ao menos se possui um homem, não se está sozinha.

Muitas vezes existe uma generalização sobre a “situação” das mulheres e de sua independência. As mulheres de classe média ou universitárias podem ter esse discurso, mas a realidade é bem diferente. Basta ver as revistas femininas nas bancas de jornal para saber que independência, realização profissional e pessoal passam por se ter seguido o modelo estabelecido. Afinal de contas, por que tanta preocupação com as celulites e a dupla jornada de trabalho, se o amor vem primeiro e, conseqüentemente, um homem lhe fará pertencer ao mundo das mulheres normais e normalizadas.

Alguém já deve estar pensando: coitada, além de negra e pobre, lésbica. Não, não sou e nem tenho problema em relação à homossexualidade. O problema é que, do mesmo jeito que existe a cobrança em se ser magra e bonita vinte e quatro horas do dia, existe a exigência de se ter um homem ao seu lado.

Uma vez minha filha me perguntou: Mãe você é gay? Ri muito e perguntei por que ela achava isso. Veio a resposta: porque você não tem namorado e nem se casou. Expliquei a ela que quero sim ter alguém para compartilhar comigo a vida, e tudo que ela oferece, mas que ainda não encontrei um homem que cozinhe, passe e lave sem reclamar e que respeite a mamãe como ela é!!!

Para nós, negras, um relacionamento é difícil quando somos independentes e temos uma profissão que nos satisfaça. É aprender a ser equilibrista, não cair no modelo servil e submisso no trabalho e nos relacionamentos. Todos os dias temos de provar nossa competência, que sabemos o que estamos dizendo ou fazendo. Pois, se saímos da cozinha ou nos livramos da vassoura, algo não está no lugar certo.

*O mal de **não ter** desencadeia o mal de não poder e o mal de não valer, tudo se encontrando no mal antropológico de ser mulher e, mais ainda, no mistério do mal humano. Existe, não apenas um desprezo de si que forma, mas uma falta de poder para mudar de maneira mais ou menos estável as situações penosas. Eis porque o mal de **não ter** se entrelaça com outros males e exige o olhar de misericórdia e exige a vinda da justiça. [grifos meus] (GEBARA, p.79);*

O mal vivido por mim e por outras mulheres negras não-faveladas, não-domésticas, que não estão nas ruas catando lixo, que não estão se submetendo ao ser branco para se valorizar, é afrontar e enfrentar a decisão de forçar diariamente o seu espaço social. Parece que roubamos algo e que somos “culpadas” por não estarmos onde deveríamos estar.

Elas fazem mal desejando o saber e, como resposta a este mal, tenta-se restaurar a harmonia social em forma de castigo, de silêncio, de tortura e de morte. Mantém-se assim a hierarquia do mundo e da humanidade. Mantém-se os papéis sociais reconhecidos por um tipo de organização social. (GEBARA, p.81)

Por isso precisamos entender quando muitos negros e negras e mulheres não querem ter consciência de ser o que são. Ser “ignorante” de si mesmo e do que acontece ao seu redor é menos doloroso. Para que pensar? Não é melhor ir à igreja e aceitar como verdade absoluta o que se diz sobre nossa vida e destino. Para que ir ao cinema e refletir que somente as mulheres brancas, de preferência as loiras, vivem romances maravilhosos com homens bons, sensíveis, amorosos e companheiros. Não é melhor assistir às novelas e não pensar que, mesmo com o fim da escravidão, ainda são as negras as domésticas, os negros os bandidos ou motoristas e os pobres da novela?

De vez em quando aparece uma protagonista negra, mas ela não será a mocinha inteligente e batalhadora. Ela será a empregada linda que se casa com o filho racista do patrão ou será um modelo que sempre será lembrada de que ali não é o seu lugar.

Para que pensar que você, enquanto mulher, está sendo explorada, oprimida em casa com a não-divisão de tarefas e dos cuidados com as crianças. O problema com as mulheres atualmente foi criado pelo “movimento feminista”, como ouvi uma psicanalista dizer na TV. Elas inventaram esta história de libertação e o que sobrou foi mais trabalho para as mulheres.

Ainda por cima temos que ser magras, bonitas, supermulheres na cama! Não era melhor o tempo em que teologia era assunto de homens e as mulheres somente eram religiosas que cuidavam dos pobres e doentes e das escolas?

Infelizmente estes e outros pensamentos estão inculcados no nosso dia-a-dia e encontram respaldo e as bênçãos das igrejas que reproduzem os discursos legitimando-os com as bênçãos de Deus. Basta você perder um pouco do seu tempo e assistir aos programas religiosos veiculados pelas TVs ou prestar atenção aos sermões e discursos das igrejas.

A violência abençoada e consentida será aclamada por todos as/os fiéis que entenderão que este não é o meu papel ou lugar.

Os humanos são, entre todos os seres, aqueles que foram capazes de produzir obras do mal mais sutis e, o que é mais espantoso, pretender que elas sejam boas. (GEBARA, pg 82)

Infelizmente não sou a única a passar por esta experiência de violência por parte de uma igreja e nem serei a última. Nem todas as pessoas terão o apoio que tive, muitas terão medo de enfrentar Deus e seus representantes terrenos. Muitos terão vergonha e acreditarão que de fato fizeram algo errado. Mesmo no momento, não possuindo nada material – não tenho casa, carro nem sequer uma geladeira –, tenho o orgulho de olhar no espelho e estar feliz com o que eu sou, com minhas conquistas pessoais e minha autoestima. Tudo o que aprendi com as mulheres nas ruas, com minhas irmãs e amigas de luta feminista, é muito mais importante que qualquer outra coisa que eu possa ter.

Minha alma e consciência são felizes por todas as conquistas conseguidas até agora. Medo eu tenho de lagartixa, de bala perdida, de acidente de avião, mas de viver e lutar pelo que acredito e enfrentar seja o que for para ser uma pessoa digna, disso eu não tenho não. Que a vida me permita ser Eliad dentro deste mundo, ser como minha digital, única e especial.

Concluo este artigo na esperança de novos dias para nós mulheres, negras, e para todos aqueles e aquelas que desejam viver em abundância de pão, dignidade, amor, solidariedade e esperança. Que nunca desistam!.. Somos sempre recordados sobre o amor de Jesus para com os marginalizados, e das curas pelo seu sofrimento por nós. Nunca somos recordados de Jesus irado com as injustiças dos sacerdotes e ambiciosas pessoas no templo. Este também é um bom exemplo.

Que não tenhamos medo de falar contra as injustiças do mundo, mas também contra aquelas cometidas por quem mais deveria amar o próximo como Jesus amou: a própria igreja e seus homens, que insistem em arrogar para si a última palavra e que, em nome de Deus, promovem novas cruzadas e perseguições contra aquelas e aqueles que não se submetem ao seu modelo sexista e racista de ser no mundo.

Como no filme *Up – Altas aventuras* –, em que a personagem principal conclui que para que sua casa e vida alçassem vôo e a vida de uma criança fosse salva era necessário lançar fora e deixar para trás móveis e objetos, mesmo aqueles com as mais caras recordações de sua vida – e, ao escrever estas palavras, vou soltando as cordas da minha casa (igreja) que carreguei por tantos anos, acreditando estarmos juntas no paraíso. No final do filme, a casa fica no seu lugar e o personagem segue para viver outras experiências, com outras pessoas, em outra casa. Eles encontraram seus caminhos e construíram sua felicidade.

O grande mistério que nomeamos Deus está e sempre esteve presente para mim em forma de pessoas, gestos de solidariedade, carinho, mãos que se estendem, ombros que são oferecidos para se chorar, mãos que se unem não só para orar, mas para caminhar juntas rumo a uma vida mais digna e livre de “preceitos morais cristãos” que nos aprisionam e nos tornam tão infelizes.

Como diz Ivone Gebara, é preciso refletir sobre alguns aspectos do *mal* atribuído ao fato de ser negra, pobre e mulher, num mundo hierarquizado e hegemonicamente masculino, em que elas valem pouco ou nada, e onde a última palavra não lhes pertence. Para mim como diz a música:

*“Tudo é uma questão de manter a mente quieta, a espinha
ereta e o coração tranqüilo”
(Walter Franco)*

BIBLIOGRAFIA

GEBARA, Ivone: *Rompendo o Silêncio: uma fenomenologia do Mal*, Ed.Vozes: 2000.

Violência de gênero contra mulheres e meninas: desafio e compromisso das igrejas

ARTHUR CAVALCANTE¹

ILCÉLIA A. SOARES²

RESUMO

Propõe-se tratar neste artigo da violência de gênero contra Mulheres e Meninas na sociedade brasileira, em especial no contexto das Igrejas Cristãs. Tal situação é atestada pelos índices das delegacias da mulher e na vivência no ambiente eclesial. Entende-se que a violência de gênero se apresenta de diversas formas, não só física, como também sexual, psicológica, material e simbólica. As Igrejas Cristãs convivem diariamente com essa realidade com seus fiéis, espelhando a violência encontrada na sociedade. Neste sentido, as Igrejas aos poucos vêm reagindo através de posicionamentos com o objetivo de mudar esse quadro lamentável: ações de sensibilização sobre o tema entre sua liderança e os fiéis, entre outras a realização de seminários e de parcerias com entidades não-eclesiásticas que trabalham com a temática. O grande desafio de muitas das Igrejas Cristãs é tratar desse tema e trazer para si argumentos que desconstruam a lógica da violência dentro do espaço religioso. O uso indiscriminado dos textos bíblicos para justificar as diversas formas de violência de gênero é uma barreira a ser superada por pastores/as e teólogos/as.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Igrejas, Pastoral.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem sido palco de injustiças e desigualdades sociais e de gênero, assim como das diversas manifestações de violência que vêm-se ampliando intensamente em virtude do con-

¹ Mestrando em Ciências da Religião (UMESP) Sacerdote ordenado pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, e Reitor da Paróquia da Santíssima Trindade na Cidade de São Paulo. E-mail arthur@trindade.org

² Mestre em Psicologia Clínica (UNICAP); Especialista em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente; Ativista em HIV/AIDS pela ONG Espaço Vida – Evida. Leiga. Membro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. E-mail ilcelia2007@hotmail.com

texto sócio-político e religioso que aviva desequilíbrios, dos mais variados, em nosso país.

Uma dessas manifestações é a violência de gênero e/ou violência doméstica, considerada hoje pelas pesquisadoras – Azevedo e Guerra (1995, 2001), Minayo (2002), Santos (2004) – um problema social de grande dimensão que abala toda a sociedade, e que atinge, de forma continuada, especialmente mulheres, crianças, adolescentes, idosas e pessoas com deficiência.

Pesquisa realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE, s/d) revela que 63% das vítimas de violência no espaço doméstico são mulheres, e que, destas, 43,6% têm idade entre 18 e 29 anos, e 38,4%, entre 30 e 49 anos. Demonstra também que os autores da violência, em 70% dos casos, são os próprios maridos ou companheiros. Segundo informações colhidas nas Delegacias de Mulheres, em 1993 ocorreram 11 mil estupros em doze grandes cidades brasileiras e 1 agressão à mulher a cada 4 minutos. De acordo com o Ministério da Saúde (s/d), a violência nas relações de casal é tão ampla que assume caráter endêmico.

De acordo com o dossiê de 2006 realizado pelo Fórum de Mulheres, Articulação de Mulheres do Brasil e Juventude Feminista, nos últimos quatro anos foram assassinadas em Pernambuco 1 mil e 193 mulheres, e que, somente em 2006, aconteceram 55 homicídios de mulheres com faixa etária variando entre 24 e 37 anos. Este dossiê informa também que os autores desse tipo de violência são geralmente homens conhecidos das vítimas e com os quais elas mantêm relações de proximidade, como maridos, namorados, vizinhos e/ou parentes. Já os dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE) demonstram que, das 4 mil e 514 vítimas de homicídios no ano de 2008, 279 eram mulheres, e que, de junho de 2000 a janeiro de 2009, o Disque Denúncia desse Estado registrou 5 mil e 308 ocorrências de violência contra a mulher. Este órgão também informou que 45% dos casos registrados ocorreram em Recife, que detém o maior índice de violência no Estado, seguido dos municípios de Jaboatão dos Guararapes, com 16%, Olinda, com 13%, Paulista com 8% , distribuindo-se os 18% restantes pelos demais municípios do Estado de Pernambuco, que é recordista em casos de violência contra a mulher no Brasil.

Quanto à violência contra os idosos no Brasil, a experiência de alguns serviços de denúncia e de proteção a pessoas com idade superior a 60 anos expressa que, geralmente, as vítimas são mulheres viúvas em idade avançada e que moram em companhia da família. A Promotoria de Atendimento ao Idoso, em São Paulo, que recebe queixas de violência contra o/a idoso/a praticada por instituições e familiares, informa que 40% das 60 denúncias semanais rece-

bidas ocorrem no âmbito doméstico. O jornal “Diário de Pernambuco” constatou, em 2007, um aumento de denúncias de violência contra idosos/idasas, principalmente no contexto familiar pernambucano. Salienta-se, ainda, que, de acordo com o balanço realizado pelo Ministério Público, apenas dois casos chegaram ao Disque Denúncia em 2002, enquanto no período de janeiro a 31 de julho de 2007 foram registrados 156 casos. Até maio de 2009, a Delegacia do Idoso do Recife registrou 363 casos de violência doméstica contra pessoas maiores de 60 anos.

Em nosso país não existem dados oficiais sobre a dimensão do problema da violência doméstica contra pessoas com deficiência.. Entretanto, segundo informações colhidas na Delegacia da Mulher e da Criança, em São Paulo, tem-se identificado que, geralmente, crianças e adolescentes com deficiência mental e/ou distúrbio de comportamento são contidos por cordas e ataduras ou isolados em quartos sem qualquer conforto, e que, em alguns casos, foi observada a administração exagerada de medicamentos e álcool. Essas crianças e adolescentes moram com seus pais e familiares.

Quanto à violência doméstica contra a criança e o adolescente, existe ainda uma subnotificação bastante significativa, porém encontramos alguns dados que sinalizam a gravidade do problema. Exemplo disso é uma pesquisa realizada pelo Comitê Latino-Americano de Estudos sobre a Violência – CLAVES, em Duque de Caxias – RJ, em 1991, que mostra que 52,8% de 1 mil e 328 adolescentes entrevistados, com idades variando entre 11 e 17 anos, relataram ter sofrido violência por parte de ambos os pais. Outra pesquisa realizada em 1998 e coordenada pela Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente – AMENCAR, em Porto Alegre e Região Metropolitana, identificou 1 mil e 754 casos de violência, dos quais 80% ocorreram dentro de casa.

A Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco – GPCA registrou no ano de 2008 1 mil e 47 casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Subdividas por tipo, 65,9% foram violência física, 10,9%, violência sexual, 16,0%, violência psicológica, e 7,2%, de negligência. Os autores apontados foram pais, mães, padrastos, madrastas, tios e tias e avós. Entre esses casos, no que diz respeito àqueles que vivenciaram situação de violência, 60,1% eram meninas e 39,9%, meninos.

As estatísticas apontam Mulheres e Meninas como as pessoas mais suscetíveis a vivenciar situações de violência de gênero e/ou doméstica, segundo Saffioti (2001) e Araújo *et. alli.* (2004). Pode-se aferir que esses dados estatísticos apontam para a dimensão desse problema em nossa sociedade, considerado hoje “um problema de saúde pública, em virtude de sua enorme repercussão na saúde física e mental das mulheres” (SANTOS, 2004, p. 139).

Diante dessas evidências e das diversas formas de manifestação da violência contra mulheres, idosas, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, e diante também da complexidade que envolve essa temática, foi escolhido ressaltar neste texto, como desafio e compromisso das Igrejas, a violência de gênero contra as Mulheres e as Meninas.

Em primeiro lugar porque essas manifestações de violência acontecem também nos contextos religiosos: tanto no seio das famílias que professam seus credos como nas igrejas, santuários e templos em que os leigos/leigas e lideranças religiosas podem agir como autores e autoras da violência contra a Mulher e a Menina.

Em segundo lugar, porque as Igrejas podem corroborar com esse estado de coisas quando compactuam com a cultura do silêncio, negando a própria existência da violência, quando se omitem em relação a essa prática, recusando-se a denunciá-la e a seus autores e, também, as estruturas injustas que mantêm e disseminam esse pecado.

Por último, quando as Igrejas se comportam em face dessa violência como algo “natural”, concorrendo, provavelmente, para sua banalização no âmbito da sociedade e legitimando sua prática no seio das famílias, como se ela fizesse parte da educação doméstica. As Igrejas reiteram desse modo a visão de mundo de acordo com a qual o homem deve exercer seu poder, ainda de cunho patriarcal, sobre a mulher, e os adultos/pais exercem sua autoridade em relação às filhas como abuso de poder.. Segundo essa ótica, os dados acima referidos podem ser considerados manifestação de uma cultura machista que alimenta o imaginário social com idéias e formas que sustentam a desigualdade de poder e de gênero.

1. DESAFIO DAS IGREJAS DIANTE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero acontece contra a Mulher e a Menina, independentemente de sua classe social, etnia e/ou raça, profissão, religião/credo, orientação sexual, escolaridade, deficiência (surda, cega, cadeirante), idade e estado civil. Todas estão sujeitas a sofrer violência, embora algumas sejam mais vulneráveis que outras devido a sua condição socioeconômica, ético-racial, física e/ou religiosa.

Pensar, pois, em Mulheres e Meninas que vivem em situação de violência é pensar sua diversidade enquanto cidadãs - sujeitos político e histórico -, uma vez que todas apresentam particularidades e diferenças. Portanto, faz-se necessário compreendê-las “no plural”: como pobres, ricas, residentes nos centros

urbanos ou rurais, brancas, negras, índias, católicas, protestantes, pertencentes às religiões de matriz africana, espíritas, agnósticas, lésbicas, heterossexuais, que fazem trabalhos remunerados e não-remunerados, chefes de família, idosas, jovens, cegas, surdas, cadeirantes, solteiras, viúvas e casadas.

Entende-se que, assim como diversas são as pessoas que vivem em situação de violência de gênero, diversas, também, são as formas de manifestação dessa ação: psicológica, física, sexual, material, simbólica e religiosa.

Essas manifestações de violência se apresentam como fenômenos que dizem respeito a relações de poder abusivas e desiguais, estabelecidas através de vínculos que se tornam violentos. De acordo com Santos (2004, p. 132), “[...] é um fenômeno multifacetado, que assume formas e sentidos variados, de acordo com a cultura e o momento histórico em que ela é produzida”.

A violência de gênero tem sido discutida a partir de perspectivas diversas por diferentes teóricos. Violência de gênero, violência contra a mulher e violência doméstica devem ser compreendidas com suas especificidades, mesmo quando usadas como sinônimos, como demarcam Araújo *et. alli.* (2004).

A compreensão da “violência contra a mulher” passou a fazer parte do senso comum como conceito psicossocial, no final dos anos 70 e início da década de 80, em face do trabalho realizado pelos Movimentos Sociais, que passaram a denunciar essa violência e a reivindicar, por exemplo, delegacias especiais de atendimento à mulher.

Araújo *et. alli.* (2004) acrescentam, ainda, que a violência contra a mulher, por acontecer “comumente” no âmbito do espaço doméstico, conjugal e/ou familiar, passou a ser nomeada também como violência doméstica, mas que, a partir dos anos 90, favorecidas pelas pesquisas e estudos sobre gênero no Brasil, autoras como Saffioti e Almeida (1995) passam a designar a violência contra a mulher como violência de gênero.

Essas autoras, acima mencionadas, formulam esse novo conceito com o objetivo de contribuir para a compreensão que não somente as mulheres, como também crianças e adolescentes, são pessoas que vivem em situações de violência praticada predominantemente por homens. No entanto, as mulheres podem ser autoras da violência praticada contra outras mulheres e, ainda, contra homens.

Chauí (1985, p. 35), por exemplo, aborda o fenômeno como um processo de “coisificação” do sujeito, entendendo que a violência de gênero, produzida numa relação desigual, acontece quando a fala e a atividade do outro são anuladas. Nas palavras da autora a violência é:

A conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. [...] a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Para Azevedo e Guerra (1995, p. 36), a violência doméstica refere-se à violência contra a criança e o adolescente, compreendida por elas como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológica à vítima – implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Essa violência pode ser agrupada em cinco tipos/formas: *violência física* (como todo e qualquer dano físico, desde um tapa ao óbito), *violência sexual* (desde um olhar ao coito praticado sem o consentimento do outro, violando seus direitos, podendo subdividir-se em abuso e em exploração sexual), *violência psicológica* (conjunto de atitudes, palavras e ações que envergonham e censuram o outro; rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar, produzir expectativas irreais ou extremas exigências sobre a conduta, humilhar, etc.), *negligência* (toda forma de omissão no tocante às necessidades básicas de saúde, educação etc.) e *abandono* (ausência/afastamento em que expõe o outro à situação de risco).

2. AS IGREJAS DIANTE DO *LOCUS* DE MANIFESTAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS

Em face da realidade exposta, compreende-se que ações de violência contra as Mulheres e as Meninas têm-se manifestado principalmente no espaço familiar e que seus autores são provavelmente pessoas de sua convivência e/ou parentesco. Há muito que a família, tida como sagrada e nuclear, deixou de ser o lugar de proteção e cuidado e vem-se tornando palco de violências.

Nesse contexto, as Mulheres e Meninas são as pessoas que vivem em situação de violência (objeto de violência) e o marido, companheiro, namorado, irmão, avô, tio, pai e mãe são “comumente” autores e/ou autoras (sujeitos e produtores de toda forma de violência). Todavia, é possível considerar que tanto a relação do casal como a que se estabelece entre pais e

filhas constituem uma dinâmica “violenta” delimitada por leis, segredos e mitos próprios.

Nessa conjuntura, todos e todas estabelecem laços de afeto e compartilham o mesmo espaço de tensão demarcado por sentimentos ambivalentes como: amor, ódio, alegria, angústia, tristeza, raiva, medo, ansiedade, culpa, vergonha. Sentimentos estes que acompanham essas relações ao longo da vida. Para a Organização Mundial de Saúde – OMS (2002), a violência acarreta, incontestavelmente, seqüelas emocionais de difícil elaboração para as pessoas que a vivenciam.

É importante admitir que a família com experiência religiosa também constitui um lugar profundamente afetado pela problemática da violência, porque, independentemente do credo que professa, ela não está isenta de viver e conviver com uma dinâmica familiar violenta.

É relevante considerar, ainda, que cada família vivencia as manifestações de violência com uma dinâmica própria, atribuindo, assim, diferentes afetos e sentidos a essas vivências no *locus* familiar afetado pelos processos social, político, cultural, econômico, religioso e histórico.

Os movimentos sociais e as organizações não-governamentais, através da defesa dos direitos humanos, têm dado visibilidade à temática, tornando público o que era considerado restritamente o lugar do “privado”. Desse modo, a violência de gênero e/ou doméstica sai do quarto, da sala e da cozinha e ganha espaço de discussão e de denúncia nas praças, escolas, delegacias, igrejas, espaços acadêmicos, assembléias legislativas e fóruns judiciários. Questionar esse lugar do privado possibilita, também, a ruptura do pacto do silêncio que envolve esse fenômeno. Compreende-se, então, que esse espaço se constrói entre o individual e o coletivo, o público e o privado, configurando-se com a complexidade que compõe o mundo contemporâneo.

3. O COMPROMISSO DAS IGREJAS DIANTE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES E AS MENINAS

As Igrejas Cristãs não estão isentas da prática de atos de violência que são perpetrados diariamente contra as Mulheres e as Meninas. Dentro das instituições é reproduzido o mesmo modelo presente na sociedade: a violência de gênero. A mulher é vulnerável no interior do sistema religioso, pois este se utiliza de uma retórica religiosa e de um apelo à Bíblia para justificar essas ações, como se Deus aprovasse comportamentos violentos. São conhe-

cidos inúmeros casos em que uma mulher, flagrada em “pecado”, recebe a disciplina pastoral que a expõe a situações vexatórias, restando-lhe apenas duas opções: ou se submeter à autoridade (com abuso do poder) ou sair do ambiente da igreja.

Há indícios de mudanças nesse quadro, ou melhor, da tomada de atitude, por parte das Igrejas e do Movimento Ecumênico, em relação às questões que envolvem a mulher e a violência.. As Nações Unidas declararam o período compreendido entre 2001 a 2010 como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não-Violência”, declaração esta que repercutiu no interior do ambiente religioso, impulsionando as pastorais das igrejas, especialmente aquelas voltadas para o cuidado com a mulher. Através do Conselho Mundial de Igrejas – CMI³ desenvolveram-se muitos programas para a criação de uma cultura de paz, tais como “Decênio Ecumênico de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres”, “Programa para Superar a Violência”, “Paz à Cidade” e, por fim, a “Década para Superação da Violência- 2001-2010”. Investiu-se na formação de quadros e em projetos que visam deter a violência de gênero. Na Conferência de Lambeth⁴ de 1998, foi elogiada a proposta do referido Decênio do CMI através da Resolução nº IV.7. Na Resolução 1.3 da mesma Conferência de Lambeth sobre *Justiça para as Mulheres e Crianças*, recomendou-se:

[...] descobrir de que forma as mulheres e crianças são atingidas e vitimadas pelos sistemas políticos, econômicos, educacionais, culturais e religiosos em que vivem; b) descobrir de que forma os elementos criminosos de nossa sociedade vitimam e exploram mulheres e crianças; c) enaltecer o nível de consciência pública (local, nacional e internacional) de tais abusos; e d) trabalhar pela eliminação desses abusos por meio da cooperação com grupos existentes, como a End Child Prostitution in Asian Tourism, e as agências monitoras das Nações Unidas e do Conselho Mundial de Igrejas.

Resumidamente, as orientações das entidades religiosas consistem basicamente em: sensibilização (estar presente nos locais que ocorrem discussão sobre a temática e tentar perceber os mecanismos de rompimento com o estado de violência), capacitação (através das oficinas, seminários), criar laços com entidades que trabalham especificamente com a temática e fazer parte do planejamento estratégicos das igrejas.

³ Órgão fundado em 1948, com sede em Genebra, formado por 349 igrejas de mais de 110 países, que representam 560 milhões de cristãos. Seu principal objetivo é a busca de unidade entre as Igrejas Cristãs. A Igreja Anglicana é uma das igrejas fundadoras desse organismo.

⁴ Representa uma Consulta entre os Bispos/as Anglicanos/as de toda Igreja Anglicana, que se reúnem a cada dez anos para tratar de temas diversos da Igreja e do Mundo.

4. ESPAÇO DE LIDERANÇA FEMININA NA COMUNHÃO ANGLICANA

A Comunhão Anglicana⁵ se posiciona como parte da Igreja de Cristo e assim se dedica a um constante diálogo com as demais igrejas irmãs. Muitas vezes suas decisões produzem certos desconfortos internamente e nos demais ramos do cristianismo, como foi o caso da ordenação feminina. Muitas das supramencionadas decisões são tomadas em decorrência da relação que a Igreja Anglicana tem com a Bíblia. O teólogo Maraschin (s/d) fala sobre essa maneira interessante do anglicanismo no que diz respeito à leitura dos textos bíblicos e o fazer teologia:

A Comunhão Anglicana se caracteriza por um liberalismo bíblico muito positivo. Não temos um tribunal que determina de maneira autoritária como se deve interpretar a Bíblia. A interpretação das Sagradas Escrituras resulta do trabalho de especialistas que se dedicam ao estudo da Palavra de Deus e oferecem às congregações os resultados de seus trabalhos. É por isso que temos tanta diversidade de expressão congregacional e de vida cristã. Os anglicanos, por outro lado, sempre demonstraram grande amor pela Bíblia e a colocaram sempre na base de todas as suas preocupações. Antes de qualquer outra coisa, a Comunhão Anglicana é bíblica no sentido em que busca no Livro Sagrado a inspiração, a fonte, o método e o significado de tudo o que faz. Mas essa busca e essa fundamentação não é dogmática. É liberal.

Essa abertura no tocante à ordenação feminina só foi possível em virtude da postura liberal diante dos textos bíblicos e da constante preocupação pastoral com a posição “fragilizada” da mulher na sociedade.

No contexto da Comunhão Anglicana existem cada vez mais mulheres ocupando os espaços de lideranças. Leigas e clérigas conquistam posições dentro do anglicanismo. A primeira mulher ordenada foi Florence Li Tim Oi, de Hong Kong, precisamente em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, período em que, não havendo homens para cuidar das comunidades religiosas, a liderança feminina foi recebida com urgência pela Igreja Anglicana. Décadas mais tarde, a Comunhão Anglicana se posicionaria, em muitos países, favorável à ordenação feminina. A primeira a ser ordenada ao episcopado foi Bárbara Harris, em 1989, e foi eleita para ser sufragânea na Diocese de Massachusetts. Apenas em 2006, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos elegeu como Bispa-

⁵ Representa a Família de Igrejas autônomas em mais de 160 países, com 80,9 milhões de fiéis e que estão em comunhão com a Sé de Canterbury na Inglaterra. No Brasil, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil representa a 19ª Província da Comunhão Anglicana.

Presidente (Primado) Katherine Jefferts Schori para representar 98 Dioceses Americanas. A Igreja da Inglaterra (Church of England), no ano de 2006, ordenou mais mulheres que homens pela primeira vez na história. Ordenou precisamente 213 mulheres e 210 homens.

No Brasil, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB ordenou em 1985 a Reverenda Carmen Etel como a primeira mulher pastora. Segundo dados da IEAB, a ordenação feminina para o ministério representa cerca de 30% do clero anglicano nacional. No entanto, ainda não existem mulheres bispas, apesar de terem, desde então, se candidatado às eleições diocesanas. Muitas dioceses estão livres para caminhar nessa direção, porém, não o fazem. Aqui no Brasil poder-se-á, no futuro certamente eleger uma ou mais mulheres para o episcopado.

Em carta aberta ao Povo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, teólogas, clérigas e leigas fizeram recomendações, por ocasião do encontro pelos vinte anos – 1985 a 2005 – de ordenação feminina, destacando-se entre elas as que se seguem:

A formação teológica na IEAB contemple a questão de gênero, através da revisão curricular e do acréscimo da cadeira de Teologia Feminista nos nossos Seminários e Centros de Estudos Teológicos Diocesanos; e que através do CEA (Centro de Estudos Anglicanos) seja ampliada a discussão sobre o tema, por meio da promoção de seminários regionais e diocesanos; e que a JUNET (Junta Nacional de Educação Teológica) contemple em seu programa de bolsa a formação em outras áreas do saber, como forma de auxílio no desenvolvimento do ministério.

A IEAB respeite a resolução do Conselho Consultivo Anglicano, de junho de 2005, onde orienta a participação feminina em 50% em todos os níveis decisórios: cargos e comissões paroquiais, diocesanos e provinciais;

A política salarial das dioceses contemple com justiça e igualdade o exercício do ministério feminino, tornando os salários dignos e nos mesmos níveis que são pagos aos homens que exercem igual função; e que também sejam respeitados os direitos trabalhistas e de previdência complementar (FAPIEB).

Percebe-se nessas recomendações que ainda há muito que avançar na conquista de espaço para as mulheres no anglicanismo brasileiro. Esse descompasso no que concerne à igualdade de direitos não se faz presente apenas ao Brasil, na medida em que aparece em outros países nos quais o anglicanismo tem presença mais forte. Não é, pois, sem razão que O'Brien e Palmer (2008, p. 72) postulam através de sua obra um mapeamento das religiões do mundo em

relação a diversos temas, entre os quais o desafio contemporâneo da igualdade sexual no espaço sagrado,

[...] Na atitude religiosa diante das mulheres, as posturas sociais arraigadas costumam ter mais influência que a teologia. No anglicanismo, em que as mulheres são oficialmente iguais, acaba lhes sendo negada igualdade plena a partir de certo nível, e elas são freqüente alvo de preconceito e sutil discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Igrejas desempenham importante papel diaconal na sociedade: consolando, ensinando, acolhendo, celebrando e engajando-se política e socialmente. Diante da violência de gênero contra as Mulheres e Meninas, a Igreja deve desenvolver ações de enfrentamento e de prevenção.

Ações de Enfrentamento:

- acolher as famílias que vivem em situação de violência doméstica;
- proteger as Mulheres e Meninas que vivem em situação de violência de gênero e/ou doméstica;
- denunciar as violências, seus autores e as próprias estruturas injustas que mantêm e disseminam esse pecado;
- agregar toda e qualquer configuração familiar.

Ações de Prevenção:

- propor discussões nos espaços religiosos sobre a temática, incluindo leis e estatutos;
- compreender como as Igrejas veem esse fenômeno, sua prática e os lugares em que ele se verifica;
- promover diálogos sobre novas formas da família, de ser homem e ser mulher, de se casar, de amar, de gênero e de estabelecer relações;
- criar grupos temáticos para homens com idades diferentes.

As igrejas têm a responsabilidade de desconstruir e desmitificar os ensinamentos dos textos bíblicos, que são interpretados equivocadamente no tocante à Mulher, à Menina e à violência. Leituras literais dos textos das Escrituras Sagradas continuam sendo realizadas no âmbito das Igrejas. Atos de violência e atentados contra os Direitos Universais são cometidos dominicalmente nos púlpitos e nas relações pastorais desastrosas estabelecidas com as Mulheres e as Meninas. Aos fiéis cabe responder, através de articulações, sobre outras formas

religiosas possíveis. É aquilo que é chamado de ruptura privativa da fé que, segundo Castro (2000, p. 110),

[...] vivem sob enfoques ‘teológicos’ fundamentalistas e que, ao ‘espiritualizarem’ a realidade cotidiana, apresentam respostas simplistas e imediatistas aos problemas complexos que os tempos da modernidade colocam aos seus fiéis.

É necessário trabalhar-se urgentemente dentro das casas de formação religiosa por uma teologia que desloque seu eixo de reflexão, com o intuito de debater e fomentar a instituição de políticas públicas. A Teologia não pode fechar-se dentro do universo religioso, pois deve estar também comprometida com a sociedade. É preciso, a partir dessa Teologia, fazer leituras de seus textos bíblicos com óculos da cidadania (hermenêutica), o que não diminuirá a mensagem do Evangelho, mas contribuirá para uma autêntica contextualização do ensinamento contidos nesses textos.

ANEXO: VIVÊNCIA PASTORAL DIANTE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Estudo de Caso: Experiência de um Acompanhamento Pastoral Realizado por um Pastor da Igreja Anglicana junto a uma Família em Situação de Violência Sexual contra uma Menina no Espaço Religioso

Síntese: violência a uma criança dentro do espaço religioso por um adulto, membro da mesma comunidade.

Mãe: Maria. Idade: 30 anos. Em fase de divórcio. Trabalho: vendedora de uma loja.

Filha mais velha: Talita. Idade: 9 anos.

Suposto agressor/autor de violência: Senhor Ananias. Idade: 48 anos.

Nomes fictícios para proteger as identidades das pessoas.

Maria é uma jovem senhora que freqüentava, há alguns anos, uma comunidade cristã, da qual eu era o Pároco, na periferia de uma grande cidade. Ela é casada, mas o marido não convivia muito com ela nas atividades da igreja. Ela teve duas filhas com ele: uma de sete e outra de nove anos. Eles não moravam nas proximidades da igreja. As filhas do casal participavam juntamente com outras crianças das programações infantis e, em especial, da escolinha dominical da igreja, dirigida por uma professora voluntária.

Após o culto dominical vespertino, eu estava no gabinete pastoral, preparando-me para encerrar os trabalhos, quando fui surpreendido por gritos vindos do pátio da igreja. Logo após, vi Maria, a mãe das crianças, entrando

no gabinete aos prantos e falando palavras desconexas, sem sentido para mim. Gritava, exprimindo uma dor horrível que saía do fundo da alma, dizendo: “*Isso não pode ter acontecido! Minha filhinha é uma inocente*”. Entra, em seguida, outros fiéis da igreja, tentando me explicar o que aconteceu. Diziam que alguém tinha abusado da filha mais velha, Talita. Procurei juntamente com alguns fiéis acalmar a mãe e tentei compreender o que havia ocorrido de fato. Eu não acreditava no que estava ouvindo. Pedi para aquela mulher repetir a história uma, duas, três vezes. Naquele momento, tive vontade de abrir um buraco e me enterrar. Não acreditava que aquela situação poderia ocorrer dentro de um espaço religioso de irmandade. A mãe falou que a filha, após o término do culto, contou que uma pessoa da Paróquia tinha “*brincado*” (tocado) com suas partes íntimas. A criança disse que foi Ananias quem a tocou. A mãe imediatamente tentou encontrá-lo, mas ele já havia partido com sua esposa para casa.

No gabinete, pedi a Maria que chamasse a sua filha para conversar sobre o assunto. Vi aquela criança, assustada, entrar no gabinete e não sabia como abordar o assunto com ela. Fiquei abaixado para falar juntinho dela, tentando criar um clima de confiança, e expliquei que gostaria de ouvir dela a história que contou para sua mãe. A mãe auxiliou, incentivando a filha a falar para mim o que tinha contado para ela: “*Vai filha. Conta para o pastor. Você não gosta do reverendo?*” A criança contou chorando que um dia Ananias estava cuidando dela e das outras crianças. Ele a colocou nos ombros e segurou suas coxas com as mãos. Ele tocou em suas partes íntimas com um dos dedos e perguntou se ela estava gostando. Ela disse que não gostava, pois sua mãe tinha dito que não deixasse gente grande tocar nessas partes dela. Alguns fiéis me relataram que isso poderia ter acontecido há uns dois meses atrás, possivelmente em um sábado. As mulheres e adolescentes estavam na cozinha preparando uma festa para o domingo. Ananias se prontificou a cuidar das crianças enquanto suas mães estavam trabalhando.

Naquela noite, depois de ouvir atentamente a declaração da menina, liguei para uns colegas que me davam suporte pastoral. Conversei com eles sobre o assunto e pude, assim, direcionar melhor minhas idéias. Depois de algumas orientações pastorais, convenci a mãe a levarmos essa questão a uma delegacia e tomar as devidas providências. Ela teve um pouco de resistência, mas decidi ir adiante. Ficamos acordados até de madrugada em função do caso: além do exame realizado na criança por técnicos, havia também uma psicóloga dando apoio. Terminados todos os procedimentos de urgência, deixei a família na casa dos avós maternos da criança. A mãe da criança achou melhor não falar nada para o pai temendo algum ato de violência.

Não consegui dormir direito naquela noite. Repassava várias vezes a cena em minha mente e me perguntava se tinha agido corretamente. De manhã cedo fui trabalhar no meu consultório (emprego secular). Atendi, como sempre nas segundas-feiras, um grupo de crianças, as quais traziam de volta a minha mente a imagem daquela menina assustada. Articulei-me, durante o intervalo, com os dois colegas ministros religiosos que me auxiliavam na igreja. Planejamos uma reunião, para logo mais à noite daquele dia, em meu gabinete pastoral com Ananias e sua esposa. Com o intuito de acertarmos os detalhes, combinei com meus colegas que nos encontraríamos uma hora antes de nos reunirmos com o casal. Esses ministros religiosos tinham filhos e filhas da mesma idade da pequena Talita. Um deles me confidenciou que um dos seus filhos também sofreu violência. Uma história que vai carregando outras histórias. O dia para mim se tornava longo, sem fim. Liguei para o Ananias, convidando-o para uma conversa, juntamente com sua esposa, sobre um assunto de seu interesse, e ele aceitou prontamente.

Desde o momento que assumi pastoralmente a comunidade religiosa (há cerca de um ano), o Ananias manifestava muita disposição para cuidar dos adolescentes: *“Já ajudei em encontros de adolescentes. Posso ajudar a cuidar deles...”*, contou-me certa vez. Ele estava casado há alguns anos, mas não tinha filhos com a esposa. Em determinado período, ela deixou de frequentar mais assiduamente a paróquia. Apesar de sua insistência, não permiti que Ananias liderasse os adolescentes, pois percebia que não possuía a mínima formação bíblica. Deixei que auxiliasse o seminarista responsável pelos adolescentes. Alguns paroquianos não gostavam muito dele e afirmavam que ele tinha um passado comprometido. Havia também resistência, por parte das mães, em relação ao contato dele com as adolescentes. Isso também ajudou a não colocá-lo na liderança, mas nunca tinha desconfiado de algo mais.

Chegou o momento da conversa pastoral com o casal. Comecei dizendo que não estávamos ali formando um tribunal com uma sentença pronta, mas que nos colocávamos como pastores preocupados com a crise. Expliquei toda a situação do domingo e disse que pesava sobre ele uma acusação de abuso contra uma de nossas crianças da comunidade. Em determinado momento da conversa, minha voz sumiu. Sentia-me mal cada vez que me dirigia a Ananias. Pedi, então, que um dos companheiros prosseguisse relatando o caso. Aconselhamos a ele e à esposa que se ausentassem da comunidade por algum tempo, até tudo ficar esclarecido, e, assim, evitar qualquer problema com a família da criança e, até mesmo, com paroquianos.

Lembro-me que um dos colegas solicitou a ele que se expressasse, dizendo algo sobre o assunto. A princípio, ele não externou nenhuma emoção.

Depois disse que realmente se lembrava de um dia ter brincado com a pequena Talita, colocando-a sobre seus ombros. Informou que, logo após, colocou-a no chão e que “*apenas tinha ajeitado a calcinha e a saia da menina*”. Disse não ter tocado na criança da forma como ela nos havia relatado. A esposa não falou absolutamente nada em defesa do marido do começo ao fim. Ele insistia em falar com os pais da menina. Aconselhei que não falasse naquele momento, mas aguardasse mais um tempo. Contei-lhe que a mãe da criança tinha medo da reação do pai. Justifiquei também que os ânimos dos fiéis estavam exaltados e não poderia responsabilizar-me pelo o que poderia ocorrer com ele e a esposa. Após uma hora de conversa, despedimo-nos, e foi a última vez que vi aquele casal. Seis meses depois, fui escolhido para trabalhar em outra comunidade e, assim, perdi o contato com aquelas pessoas.

Durante aquela semana, conversei com a mãe sobre o encontro pastoral com Ananias e sua esposa. Eu disse que ele seria chamado à delegacia para tratar do caso com a delegada e só restava esperar. Aconselhei-a que buscasse apoio psicológico, mas preferiu deixar para mais tarde, caso houvesse necessidade. Ela se sentia só, fragilizada e culpada por tudo aquilo: “*Se tivesse um marido por perto, isso não aconteceria com minha família*”, disse ela. Talvez já sentisse essa pressão no espaço religioso onde a mulher sem marido é olhada com desconfiança pelas demais.

No domingo seguinte, fui abordado por homens da paróquia, dizendo que achavam um absurdo aquele procedimento em relação a Ananias. Diziam eles: “*Afinal era uma criança. Crianças fantasiam muito*”. “*Já o Ananias...*”, diziam eles, “*era um homem formado, tinha esposa e responsabilidades*”. Um outro falou: “*Agora qualquer criança poderia denunciar os adultos*”. Outros me diziam que a Bíblia ensinava resolver os problemas dentro da comunidade de fé, e não os levar para fora. Caso, de fato, houvesse uma agressão, o perdão entre irmãos seria o bastante. Eles achavam que eu deveria ter sido mais pastoral em vez de encaminhar esse problema à polícia. Respondi-lhes que agi como achei correto, pois não estávamos tratando de assuntos conflituosos “comuns de uma igreja”, tais como desentendimentos ou fofocas. Por outro lado, foi interessante observar a reação das mulheres diante desse caso. Elas deram total apoio ao meu procedimento.

Acompanhei o caso de longe, devido a minha transferência para outra cidade. Soube que Ananias foi convocado pela polícia para uma conversa. A mãe aguardava, mas sem muita segurança. Ela continuou freqüentando a igreja com as filhas. Dois anos depois do ocorrido, soube que ela havia retirado a queixa. Segundo ela: “*Entreguei tudo nas mãos da justiça divina*”.

Sabemos que a violência infantil cresce em ambientes onde não há vozes que a denunciem. A violência infantil está dentro de nossas famílias e também nas igrejas. O agressor não é um indivíduo desconhecido que está longe da vítima, mas alguém que goza de muita confiança sua. Depois desse caso da Talita, outros casos foram surgindo, muitas vezes de forma tímida, por ocasião de minhas conversas com paroquianos e amigos. Soube de dois casos em igrejas cujo procedimento eclesialístico foi transferir o agressor (ambos eram pastores) de um local para outro. Na verdade, apenas transferiram o problema para outra comunidade. Essa transferência não seria uma espécie de presente ao agressor? Tais conflitos provocam traumas na vida das pessoas agredidas e de suas respectivas famílias e amigos.

A mãe preferiu não levar adiante o caso e o entregou nas “*mãos de Deus*”.. Não se pode espiritualizar conflitos como esse. Quem sabe, porém, diante de uma justiça tão lenta a ponto de não se concretizar na sociedade, aquela mulher negra, divorciada e, naquele momento, sem trabalho (havia perdido o emprego na loja), a espiritualização tenha sido o melhor caminho que encontrou para não enlouquecer? Por outro lado, muitas mulheres não prosseguem em virtude da falta de uma rede apoio.

Caso de violência, admite-se, quem trata é a polícia e os profissionais responsáveis. Os pastores e pastoras devem com discernimento orientar as vítimas, fornecendo apoio espiritual. Eles são as vozes dessas pessoas que estão frágeis em situações como essas. Os líderes religiosos, porém, precisam saber quais são os seus limites. O discurso pastoral, seja através dos sermões, seja através de aulas sobre religião, precisa contemplar, entre outros temas, o da violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, D. F. MARTINS, E. J. S.; SANTOS A. L. Violência de gênero e violência contra a mulher *In*: ARAÚJO, M. F.; MATTIOLI, O. C. (Orgs.). **Gênero e violência**. Ed. Arte e Ciência, São Paulo, 2004.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **A Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. Robe Editorial, São Paulo, 1995.
- _____. **Mania de Bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. Ed. Iglu, São Paulo, 2001.
- CASTRO, C. P. **Por uma Fé Cidadã. A Dimensão Pública da Igreja: Fundamentos para uma Pastoral da Cidadania**. Edições Loyola, São Paulo, 2000.
- CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. *In*: CARDOSO, R.; CHAUÍ, M.; PAOLI, M. C.; SOS-MULHER. (Org). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1985.

CLAVES – CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI – **Notificações de maus-tratos contra crianças e adolescentes**. CLAVES, Rio de Janeiro, 2002.

CLERO FEMININO DA IEAB. **Carta Aberta à IEAB- Documento Final do Encontro Nacional das Mulheres Ordenadas da IEAB**. Disponível em: http://www.ieab.org.br/documentos/doc_ema_ieab.pdf Acesso em: 20.10.2009.

IEAB – IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL – **Resoluções da Conferência de Lambeth 1998**. Reflexões No. 08. Centro de Estudos Anglicanos –CEA – Porto Alegre, 2000.

MARASCHIN, J. **O Liberalismo Anglicano**. Disponível em: http://www.centro-estudosanglicanos.com.br/bancodetextos/teologiaanglicana/o_liberalismo_anglicano.pdf Acesso em: 10.10.2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero**. Cadernos Pagu, No.16, 2001.

SAFFIOTI, H. I.; ALMEIDA, S. S. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Ed. Revinter, Rio de Janeiro, 1995.

SANTOS, M. **Representações Sociais e Violência Doméstica**. In: SOUZA, L.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Violência e Exclusão: Convivendo com Paradoxos**. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2004.

MINAYO, M. C. O Significado Social e para a Saúde da Violência contra a Criança e Adolescente. In: WESTPHAL, M. F. (Org.) **Violência e criança**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

O'BRIEN, J.; PALMER, M. **O Atlas das Religiões: o Mapeamento Completo de Todas as Crenças**. Publifolha, São Paulo, 2008.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002.

Fontes Eletrônicas

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **No Dia-a-dia dos Idosos de Pernambuco, Drama, Violência e Esperança**. Disponível em: http://www.pernambuco.com/diario/materias/dias_melhores/esp_dias.shtml Acesso em: 20.05.2009.

GPCA – GERÊNCIA DE POLÍCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – **Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica**. Disponível em: <http://www.policiacivil.pe.gov.br/gpca/vitima2008vd.pdf> Acesso em: 02.05.2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home> Acesso em: 13.10.2008.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Violência Doméstica em 3º no Ranking do Disque Denúncia**. Disponível em: http://jc3.uol.com.br/2009/03/02/not_193109.php Acesso em: 11.05.2009.

Frida Vingren (1891-1940): quando uma missão vale mais que a vida

GEDEON FREIRE DE ALENCAR¹

*“A história dos deuses segue as flutuações
da história de seus seguidores”*

Pierre Bourdieu

INTRODUÇÃO

Oficialmente há o registro, mas é apenas um registro, e por isso mesmo passa despercebido. Uma jovem sueca, com 26 anos, solteira, enfermeira, sozinha – repito: sozinha –, a bordo do navio *Bergensfjord*, embarca na Suécia para Nova York. Posteriormente, toma o navio *Rio de Janeiro* rumo a Belém do Pará, chegando ao destino no dia 3 de julho. Mas o navio só ataca dia 14 de julho, portanto depois de trinta e três dias de viagem. Veio para casar no Brasil com seu conterrâneo, um jovem sueco de 32 anos chamado Gunnar Vingren. Ano? 1917. Atualmente, uma jovem solteira, desacompanhada, sair de um continente e atravessar o mar para se casar ainda é algo extraordinário. Frida Maria Strandberg Vingren (1891-1940) fez isso em 1917. Quem é essa mulher? Ela se tornará uma nova líder das Assembléias de Deus no Brasil – ADs, igreja nascida seis anos antes de sua chegada. Sua atuação, nos primeiros anos, vai causar uma série de problemas com os pastores brasileiros e os missionários suecos. Ocasionalmente, inclusive, a convocação da primeira Convenção das ADs, em 1930, quando se toma a seguinte decisão: *as mulheres são proibidas de dirigir e ensinar na igreja; podem apenas testemunhar*.

Frida viveu apenas treze anos no Brasil: sete, em Belém e seis no Rio de Janeiro. Pouco tempo, mas o suficiente para deixar marcas. Voltou para a Suécia em 1932, e, um ano depois, seu marido morreu. Sete anos após, ela também fa-

¹ Doutorando em Ciências da Religião – PUC/SP e diretor pedagógico do Instituto Cristão de Estudos Contemporâneos..

leceu, aos 49 anos. Sua atuação foi um marco divisório. Ainda hoje não é reconhecida pela história oficial da igreja. Esta missionária pregava, cantava, tocava – existem vinte e quatro hinos da *Harpa Cristã*² registrados em seu nome [2] –, dirigia cultos na Praça Onze, em presídios, nas casas e nos templos. Redigiu até 1929 o jornal oficial da denominação *Boa Semente*, em Belém, e, depois, no Rio de Janeiro, o *Som Alegre*. Em 1930, os dois jornais são unidos e nasce o *Mensageiro da Paz* – MP (existente ainda hoje) e ela se torna sua redatora.

Qualquer assembleiano ou pesquisador que tenha o mínimo de conhecimento da história das ADs no Brasil conhece os nomes Daniel Berg e Gunnar Vingren. São os suecos fundadores oficiais das ADs no Brasil cuja história gira em torno deles mesmos. São centrais e únicos. Nada errado, pois, sim, são eles quem, em 1911, trazem dos EUA a mensagem pentecostal para uma igreja batista na cidade de Belém. E a figura da Frida na história oficial é apagada, quase inexistente. No entanto, em minha pesquisa de mestrado, ao ler e tabular por assunto e autores os jornais da época, nomes femininos apareceram e, em quantidade assídua, o de Frida. Quantos jornais na década de 20 eram redigidos por mulheres e, mais ainda, quantos tinham como redatora principal uma mulher?

I – OS DOIS HERÓIS CELEBRADOS OFICIALMENTE:

A história é épica: dois jovens imigrantes suecos e pobres, um com 26 anos e o outro com 31, se encontram em Chicago, conhecem o movimento pentecostal e compartilham suas visões missionárias. Em seguida, recebem uma profecia sobre o Pará; Ganham uma oferta – que é exatamente o preço da passagem – e viajam na terceira classe durante dezoito dias. Mais ainda: eles não foram enviados por nenhuma missão ou igreja, não têm seguro de vida, não sabem nada sobre o país para onde vão e tampouco conhecem o idioma nativo. Em 10 de novembro de 1910 chegam a Belém e vão morar no porão de uma igreja Batista. Um vai trabalhar como operário e o outro vai estudar o idioma. Iniciam reuniões de oração e, quando nessas ocasiões acontecem manifestações pentecostais, eles são expulsos tanto do porão onde moravam como da igreja. Com um grupo de dezoito pessoas iniciam a *Missão da Fé Apostólica*. Noventa anos depois, a AD é a maior igreja pentecostal do país e uma das maiores do mundo, com aproximadamente 9 milhões de membros³.

² Hinário oficial das ADs. A primeira versão, em 1921, é Cantor Pentecostal, com 44 hinos, mas a partir de 1922 é transformado em Harpa Cristã.

³ Censo 2000 - IBGE

A história destes dois missionários é heróica e não há nenhum mérito em reconhecê-la. No entanto, eles só assumem esta posição a partir da década de 60, quando a igreja vai celebrar o seu cinquentenário⁴. Neste caso, é a instituição que precisa dos “heróis” para se legalizar. Ou, como diz Campos (1999:88), para “manutenção dos esquemas de poder”.. A Igreja Luterana tem a figura de Lutero; a Presbiteriana, a de Calvino, e a Metodista tem Wesley; enfim, cada instituição precisa produzir seus heróis fundadores. E, quanto mais eles se aproximam do ideal, melhor (Alencar, 2006)⁵.

Daniel Berg, em 1961, em solenidade no Maracanã recebeu uma placa folheada a ouro, embora nos anos anteriores fosse uma figura apagada, esquecida, e, segundo relatos de contemporâneos, vivesse em grande pobreza, abandonado na periferia de São Paulo⁶[6]. Seu heroísmo, decantado na história oficial da AD, foi ter vindo para o Brasil em 1910, com o objetivo, seguindo uma visão de Deus, de construir o movimento pentecostal. Porém ninguém louva seu heróico sofrimento por ter sido esquecido desde 1913, quando aconteceu a primeira consagração de cinco pastores no Brasil (Conde, 1960:32). Entre 1910 e 1930, chegam ao Brasil mais de trinta suecos⁷[7] (Alencar, 2000), que foram assumindo igrejas e postos na hierarquia. A Berg coube apenas receber uma placa em 1961: reverenciado às vésperas da morte, foi esquecido enquanto vivo.

Vingren é decantado agora, mas foi voto vencido em diversas questões discutidas nas ADs de sua época. Doente de malária desde o primeiro ano de sua chegada, não viu seu projeto de igreja se realizar. Depois de vinte e dois

⁴ Na Convenção de 1957, em Belo Horizonte, foi decidido que Emilio Conde escreveria uma história oficial da AD. O texto foi lançado em 1960 na comemoração dos 50 anos. Essa é a primeira história. Em 1982 foi lançado o segundo livro de história. É o livro de Conde editado por uma equipe da CPAD liderada por Abraão de Almeida. Foi atualizado em muitas questões sobre o desenvolvimento da igreja, mas piorado: confunde datas e comete erros históricos. Em 1998, por ocasião do Congresso Mundial das ADs, é lançada a terceira história. Fala positivamente da educação teológica, da atividade dos jovens, cita trabalhos científicos, mas historiograficamente é muito pior. É um amontoado de fotografias com legendas erradas e, como livro de história, não se justifica. O autor, Joanyr de Oliveira, declarou em entrevista particular que teve três meses para escrevê-lo e o texto final foi alterado na CPAD, ironicamente com elogios ao próprio autor.

⁵ A única exceção conhecida é a biografia de João Queiroz. O autor, seu filho Carlos Queiroz (1999), relata fatos corriqueiros e também as intransigências do patriarca da Igreja de Cristo no Ceará.

⁶ Esta informação, evidentemente, não consta na historiografia oficial. Foi obtida por mais de uma pessoa, em entrevistas particulares.

⁷ O número exato é uma incógnita, pois os nomes aparecem e desaparecem nos relatos tanto do jornal Boa Semente (1919-29) como no Mensageiro da Paz (de 1930 em diante), sem nenhuma oficialização e informação de chegada, destino e ministério. Em (Alencar, 2000) consegui fazer uma primeira lista de 58 estrangeiros, majoritariamente suecos e também finlandeses, noruegueses, poloneses, colombianos, alemães e norte-americanos. Isael Araújo (2007) tem três listagens mais completas de 50 suecos, onze noruegueses.

anos no Brasil, em 1932, ele retorna à Suécia onde morre no ano seguinte. E, se na Suécia a Igreja Estatal Luterana colocou dificuldades para que ele exercesse o ministério, aqui no Brasil a igreja por ele fundada procedeu da mesma forma, apesar de ele ser formado em teologia, condição esta que nenhum outro missionário sueco ou pastor brasileiro possuía naquela época. Todos eram contrários a esta formação, que era considerada “fábrica de pastores⁸”. Por influência de sua formação batista, Vingren era favorável ao que na época se chamava de “igreja livre” – em oposição à Igreja Estatal Luterana (Pethrus, 2004). Por outro lado, era contrário à existência de uma Convenção Nacional, o que não impediu que esse evento ocorresse em 1930. E, dada à atuação de sua esposa, Frida Vingren, ele era a favor de que as mulheres exercessem o ministério.

No interior da construção ideal dos missionários, a capacidade altruísta do casal Vingren é a mais comentada, e também no interior dessa construção a Suécia é apresentada como o melhor dos mundos, e o Brasil, o pior. Presumivelmente, os missionários saíram de um país rico, desenvolvido, e encontraram uma Belém atrasada, cheia de doenças. Na Europa, a alimentação e o clima eram bons; aqui, existiam muitas enfermidades, pobreza, calor e, para tornar a situação mais desconfortável, perseguição religiosa. Evidentemente, esta percepção historiográfica assembleiana visa realçar o caráter mítico dos missionários, porque, se por um lado Belém do Pará não é o inferno, por outro a Suécia também não é o paraíso. Como assinala Freston (1993:76): “A Suécia da época não era a próspera sociedade de bem-estar em que se transformou posteriormente. Era um país estagnado, com pouca diferenciação social, forçado a exportar grande parte de sua população”. Na passagem do século XIX para o XX, mais de um milhão de suecos migram por causa da pobreza em busca do “sonho americano” e há estimativas de que 10 mil suecos tenham vindo para o Brasil (Ekstrom, 2003, Vingren, 1982).

Se, oficialmente, esta é a saga dos dois heróis, o que foi dito sobre as suas mulheres? Nada, ou quase nada. E os mesmos diários, jornais, fotos e atas, documentos oficiais que “constroem” esta saga masculinizada, pode ajudar-nos a “ver” – se quisermos ver – resquícios de outras histórias (Alencar, 2000, 2008). Como a história de Frida, por exemplo.

⁸ Esta expressão é usada em diversas ocasiões por pastores nas discussões convencionais ao se posicionarem contrariamente à instituição de seminários teológicos. O último registro pode ser encontrado nas Atas da Convenção de 1966, pg. 47, em Sto. André, repetida pelo Pr. Anselmo Silvestre, de BH. Atualmente a AD em BH tem seminário teológico. Vale lembrar que, desde 1958, já existia seminário teológico nas ADs no Brasil, quando o IBAD foi fundado pelos pastores João Kolenda e Doris Lemos, missionários ligados à AD nos EUA.

II – FRIDA VINGREN: A MULHER QUE TOMOU A FRENTE.

“A irmã Frida tomou a frente dos cultos ao ar livre”
(Vingren, 1982:131)

Sagrado e profano são duas realidades que se excluem mutuamente, “ambos se excluem e se rejeitam” (Durkheim, 1989:371), ou seja, sua realização não pode acontecer em conjunto. As atividades sagradas pressupõem um estado, um local⁹[9], uma vestimenta, uma alimentação, uma liturgia e um gênero distinto, separado exclusivo – e excludente.

O sagrado está na categoria da excepcionalidade, acontece de forma especial, existindo toda uma preparação e toda uma participação exclusiva e excludente do mesmo; o profano presume a rotina, o cotidiano, o repetitivo na vida comum. E nisto entra, como elemento definidor e altamente emblemático, a categoria dos *interditos* e, como resultado dos mesmos, a participação (positiva ou negativa) do gênero. Da mesma forma, como profano e sagrado são delimitações dos espaços, os mesmos terminam por definir, ideologicamente, o caráter “sagrado” do homem e o caráter “profano” da mulher. O homem tem participação nos rituais (que é, aliás, fator fundamental da separação¹⁰[10] que sanciona as incompatibilidades nas atividades sagradas). Já a mulher, além da proibição que sobre ela recai de participar dos rituais sagrados, fica relegada ao profano, por participar – espontânea ou obrigatoriamente – apenas do aspecto rotineiro da vida. Coincidência?

Será que isto é algo aleatório ou coincidente? Pelo contrário, é excepcionalmente intencional em sua capacidade proibitiva de delimitação; serve de amarra para o “bem estar social” e o “bom” funcionamento das estruturas sociais. O difícil é determinar, exatamente, todas as suas implicações.

Frida Vingren é, como muito bem ilustra o belíssimo tema do trabalho de Eliane Gouveia sobre mulheres pentecostais em São Paulo, “o silêncio que deve ser ouvido” (Gouveia, 1986)¹¹[11] – mesmo que ela tenha feito muito barulho. Mas, no seu caso, trata-se do silêncio da história oficial, não dos hinos, artigos, poesias e jornais que compôs e escreveu. Foi sua articulação teórica que deu base para a participação das mulheres assembleianas. Também exerceu, na prática, atividades eclesiais, as quais, se ainda hoje não são bem-aceitas,

⁹ “A vida religiosa e a vida profana não podem coexistir no mesmo espaço e tempo”, (Durkheim, 1989:373)

¹⁰ Os ritos se objetivam ao “efetivar o estado de separação”, (Durkheim, 1989:368).

¹¹ Este é o título da dissertação de Eliane Gouveia “O silêncio que deve ser ouvido. Mulheres pentecostais em São Paulo”, na qual ela analisa a atuação “silenciosa” das mulheres dentro da igreja. Uma análise na mesma perspectiva, mas discutindo a realidade chilena, é o texto de Sanzana (1995).

convenhamos que na década de 20 seriam menos ainda. O próprio Gunnar Vingren reconhece em seu diário que “*minha esposa*, junto com os obreiros da Igreja, tem levado a responsabilidade da obra (...) a irmã Frida *tomou a frente* dos cultos ao ar livre” (Vingren, 1982:131, grifo meu). Esta frase de Vingren diz muito: sua esposa de fato liderava os obreiros. E, quando ela “tomou a frente”, não foi por falta de líderes e obreiros, pois este registro se refere ao período em que o casal vivia no Rio de Janeiro, onde passou a residir a partir de 1924. Porque a igreja está crescendo e precisando de um pastor, Gunnar Vingren passa a direção da igreja em Belém-PA para Pr. Samuel Nystron (1891-1960) e vem para a capital da República. Na verdade, não foi franqueada a Frida tal oportunidade, ela simplesmente não esperaria por isso, mas *toma a frente* dos trabalhos. A história silencia sobre esse fato, mas os jornais e a biografia de seu marido o atestam.

Não há registros de que ela tenha sofrido violência física do marido ou de outros, o que não a impede de ser um exemplar modelo de “violência simbólica” (Sanffioti, 2002; Osterne, 2006): marginalizaram-na em vida e, mais especialmente, calaram sua memória depois – dela e das demais mulheres assembleianas. “Violência simbólica é aquela presente na ordem dos sistemas sociais vigentes” (Osterne, 2006: 20). Esta autora, baseada na teoria de Bourdieu, lembra que a adjetivação *simbólica* pode provocar mal entendidos dada à ausência da violência física concreta. Ela é, no entanto, mais difícil de ser identificada e, por isso mesmo, alterada em seus efeitos. No caso de Frida, isso é agravado ainda mais pelo ambiente religioso cioso de obediência. Obediência e adequação exigidas, obviamente, mais especialmente das mulheres. Frida, portanto, é “vítima”, mas também “causa” do problema¹². Ou seja, ela não viveu de acordo com a “natureza” da ordem social da época.

Nos EUA, a AD nascida em 1914 tinha pastoras e missionárias. No Brasil, elas não eram reconhecidas oficialmente. Mas, em 1925, na AD do Rio de Janeiro, no primeiro ano de exercício do ministério, Vingren é consagrada diaconisa. Pelos registros, é a primeira e a única. Mas, oficiosamente, havia igrejas dirigidas por mulheres, algumas solteiras¹³, o que, evidentemente, não era pacificamente aceito. Se considerarmos a *Harpa Cristã*, com seus 524 hinos, além dos 24 hinos compostos por Frida, existem ao todo 40 hinos escritos por mulheres, o que dá a cifra de 7,63%, mas sem os 244 hinos (54%) de Paulo

¹² Em uma entrevista com um pastor com mais de 80 anos, ao lhe perguntar sobre o papel de Frida na Convenção de 30, ele me respondeu taxativo: a convenção aconteceu por causa dela!

¹³ Há registro de uma polêmica, sem explicação, entre algumas missionárias solteiras suecas no Ceará, na década de 20, com o Missionário Bruno Skolimowski (Rego, 1942)

Leivas Macalão. A produção musical das mulheres, pela influência de Frida, aumenta consideravelmente. E não custa lembrar, isso ocorria em uma época em que as mulheres não votavam ainda. O machismo dos líderes nordestinos, associado ao reacionarismo sueco, proibiu essa prática. Vingren, então, amargou ver sua mulher, que produzia no jornal mais que ele¹⁴, ser boicotada, inclusive por seu conterrâneo Samuel Nystron, o mais ferrenho inimigo da mulher no ministério (Daniel, 2004).¹⁵

Frida Vingren não contava com a característica fundamental das ADs que Freston (1993) denominou de “etos sueco-nordestino”. A mistura desses dois tipos de machismo a destruiu. Frida era muito independente para sua época, pois já em 1917 ela viaja sozinha e já tinha profissão definida – era enfermeira formada. Em quase cem anos de história, foi a única comentarista mulher das *Lições Bíblicas* da EBD, em 1923. Em uma foto “oficial” da convenção de 1930, ela aparece sozinha, postada no meio de dez homens¹⁶. Certamente iniciou uma luta em diversos flancos, mas não teve apoio nem dos obreiros nacionais nem de seus compatriotas e, tampouco, provavelmente, das suas compatriotas¹⁷. Isael Araujo (2007:904) transcreveu em seu trabalho trecho da entrevista concedida pelo filho de Frida, Ivar, missionário na Argentina. A respeito de sua mãe, ele diz o seguinte: “tinha o dom de ensinar e pregar como ninguém, e por essa causa sofreu muita perseguição”.

Perseguição interna ou externa?

Frida era uma mulher valente, mas não foi páreo para os “cabras machos” nordestinos em conluio com Samuel Nystron (Daniel, 2004). O retorno a Suécia antes do esperado, provavelmente conseguiu acabar com seu ministério e com sua vida¹⁸. Ela é a grande heroína não-reconhecida da história, pois esta igreja – como quase todas – tem uma historiografia que dá visibilidade apenas aos homens. Nesta perspectiva, cabe citar o excepcional título que Laura Sá Aragão (2004) deu a seu trabalho: “*Chamadas por Deus, ignoradas pelos*

¹⁴ Por exemplo, em 1931, após a Convenção, Frida escreve no MP 19 artigos e Gunnar apenas 6.

¹⁵ Esta posição de Samuel Nystron evidentemente não consta nas histórias oficiais; ela foi revelada pelo livro de Silas Daniel (2004), a partir de leituras da correspondência de Vingren com Nystron.

¹⁶ No MP de setembro de 1931, há duas fotos referidas como sendo da Convenção de Natal, mas, a meu ver, esta foto é da Conferência Pentecostal, realizada no período de 17 a 25 de julho de 1926, pois aparecem nela apenas dez missionários suecos e Frida. Na outra foto, aparecem 34 homens e Frida também está presente.

¹⁷ Como não há registro, cabe perguntar o que as demais suecas solteiras ou casadas fizeram diante do problema? No mínimo, se calaram. Aliás, continuaram caladas.

¹⁸ “Um dado sobre o fim da vida de Frida, na Suécia, e que ainda não foi devidamente comprovado, diz respeito ao fim de sua via: ela teria morrido só, asilada, desconhecida, sendo enterrada como indigente..”(Araújo, 2007:906).

homens”¹⁹. Ademais, no mundo religioso, mesmo quando uma mulher se destaca, ela não pode ser “maior” que seu marido, ainda que na prática o seja, e seu cargo “precisa” ser inferior ao dele.²⁰

O livro de Silas Daniel (2004) é o primeiro de um autor assembleiano a dar destaque a Frida. Além de expor, pela primeira vez na história oficial, as cartas nada amistosas entre esses dois ícones suecos, Frida e Gunna, ele ressalta a importância desta mulher, algo que não havia sido feito por nenhum dos três livros de história das ADs. E, mais recentemente, Isael de Araujo, em seu *Dicionário do Movimento Pentecostal* (2007), abre questões nunca antes comentadas pelas histórias oficiais.

É provável que a presença de Irmã Frida na reunião convencional de 1930 estivesse ligada principalmente ao destino dos jornais *Boa Semente* e *Som Alegre*. Com o apoio do marido, era ela quem, na prática, dirigia o *Som Alegre*, portanto, uma interessada direta na decisão. (...) *Mesmo aqueles que criticavam sua forte presença no jornal* (seu marido a incentivava, não por nepotismo, mas por Frida ser notoriamente talentosa) eram unânimes em reconhecer que ela era vocacionada para aquele trabalho e uma das mais bem preparadas evangélicas que já pisaram em solo brasileiro (Daniel, 2004:34, grifo meu)

III - A CONVENÇÃO DE 1930 E A REAÇÃO POSTERIOR DE FRIDA:

Entre os dias 12 e 18 de setembro de 1930, em Natal - RN, aconteceu a primeira Convenção das ADs no Brasil, convenção, aliás, convocada por um grupo de pastores nordestinos contra a vontade dos suecos (Alencar, 2000). As questões tratadas foram: 1. As relações conflituosas entre brasileiros e suecos; 2. Entre as igrejas do Norte/Nordeste e Sul e Sudeste; 3. Jornal *Boa Semente* (Belém-PA) & *Som Alegre* (Rio de Janeiro); 4. Atuação das mulheres na igreja. Convenhamos, o quarto ponto é de fato a questão, pois as anteriores inexisteriam sem ele. Apesar de toda objeção que havia contra a participação

¹⁹ [19] Especialmente o capítulo IV, no qual a autora analisa a gênese da questão, a partir de uma discussão das cosmovisões e do surgimento dos paradigmas na produção do machismo latinoamericano, ao concluir ele chama a atenção para o “sacerdócio universal” dos crentes, que, em tese, deveria alcançar as mulheres.

²⁰ [20] Por exemplo, os chamados Apóstolos Estevão Hernandes e Waldomiro Santiago, da Igreja Apostólica Renascer em Cristo e Igreja Mundial do Poder de Deus, têm ambos esposas em destaque, aparecendo juntos com elas na TV, mas elas são apenas bispas. Por que suas mulheres não podem alcançar cargos iguais aos que eles ocupam? Ademais, no caso de Sonia Hernandes, ela é indiscutível mais carismática que ele. Não sem motivo, portanto, que na Marcha para Jesus, em 2006, ela ficou na liderança em São Paulo, dita a maior do mundo (sic), e ele foi comandar a de Salvador.

das mulheres no ministério assembleiano, Vingren registra como declaração oficial o seguinte:

“As irmãs têm todo o direito de participar na obra evangélica, testificando de Jesus e a sua salvação, e também ensinando quando for necessário. Mas não se considera justo que uma irmã tenha a função de pastor de uma igreja ou de ensinadora, salvo em casos excepcionais mencionados em Mateus 12.3-8. Assim deve ser somente quando não existam na igreja irmãos capacitados para pastorear ou ensinar” (Vingren, 1982:168)

Duas questões fundamentais estão presentes nessa declaração: primeiro, o fato de ela tornar óbvio que, na época, existiam mulheres pastoreando – senão seria desnecessária a proibição; segundo, apesar da proibição, se mantém a possibilidade de exceção, no caso da necessidade, ou seja, quando da ausência de “irmãos capacitados (...)”. O que torna mais óbvia ainda a necessidade de as mulheres exercerem o pastoreio, uma vez que, na década de 30, não havia um número suficiente de “irmãos capacitados” para atender todas as igrejas em todas as cidades no Brasil. Então, a convenção foi convocada para pôr fim a atuação das mulheres, e, efetivamente, neste evento ela foi proibida, mas não tanto, uma vez que o reconhecimento da proibição dependerá da interpretação de cada líder ou igreja.

As duas críticas mais ferrenhas feitas ao pentecostalismo no início do século se deviam ao fato de ele ser um movimento de liderança negra e feminina (Hollenweger, 1976). O racismo doentio norte-americano da época se tornava ainda mais complexo por outra questão: a posição das mulheres. Evidentemente que este “vanguardismo” tinha uma interpretação puramente teológica, qual seja, que a ação do Espírito Santo atingia a todos sem distinção. Mas esta “indistinção” de raça causou – e, posteriormente, no âmbito do movimento dos direitos civis – conseqüências sociais importantes. Ora, se não havia distinção de raças, por que haveria, então, de gêneros? Homens e mulheres são, portanto, iguais. Desde o início da *Missão da Fé Apóstolica*, na famosa *Azusa Street*, considerada o berço do pentecostalismo moderno, havia mulheres pregando e exercendo o ministério pastoral. É essa interpretação que oferece John Ongman (1845-1931), um dos líderes do pentecostalismo sueco, em 1900, ao escrever um livreto intitulado “*O direito da mulher pregar o Evangelho*” (Ekstrom, 2003:26).

Obviamente, tal interpretação não é ponto pacífico nem nos EUA nem no Brasil nem na Suécia. Uma interessante pesquisa realizada sobre a atuação das mulheres no movimento pentecostal sueco (Okskarsson, 2008) ironicamente se assemelha à história das ADs no Brasil. Isso porque, em ambas, no

início as mulheres tinham espaço, títulos, cargos e liberdade para exercerem o ministério, mas, como diz o título, “as mulheres são marginalizadas quando o movimento se consolida”. A partir da década de 30, as mulheres passam a sofrer restrições. E, na moderna Suécia de hoje, somente na década de 90, depois de muitas lutas as mulheres são reconhecidas no pastorado.

Frida Vingren: Aimee Semple McPherson Brasileira?

Quem é referência de vida para Frida? Quem é seu modelo? Na Suécia, com base nas biografias de suecos conhecidos, não há nenhuma mulher líder em destaque. Isto é, os suecos não registram, mas há diversas mulheres trabalhando (Pethrus, 2004; Okskarsson, 2008). No Brasil, também não existe nenhuma mulher em destaque no mundo religioso²¹. No pentecostalismo norte-americano, despontava uma pregadora, musicista e escritora, que liderava um movimento que se transforma na *Igreja Evangelho Quadrangular*, Aimee Semple McPherson (1890–1944).

Quem no Brasil poderia ter acompanhado este fenômeno senão exatamente os missionários suecos, pois todos vinham da Suécia para o Brasil via EUA e, provavelmente, todos falavam inglês. McPherson era, a meu ver, a inspiração de Frida. Em 1922, a família Vingren vai passar um período de férias na Suécia e, no retorno, ficam nos EUA de agosto de 1922 a janeiro de 1923. Este é um dos momentos áureos de McPherson, pois em 1923 ela inaugura o *Angelus Temple*, em Los Angeles, com 5 mil e 300 assentos e também lança no ar sua rádio KFSG (Blumhofer, 1996; Araujo, 2007:452). McPherson nasceu em 1890 e Frida, em 1891, portanto, um ano mais nova; McPherson morreu em 1944, Frida, em 1940; ambas são compositoras, pregadoras e escrevem em jornais, diferem, porém, no que diz respeito aos casamentos. Frida casou apenas uma vez, McPherson três²². Frida conhecia seu ministério, lia seus textos e a

²¹ No Brasil, em 1922, acontece a Semana da Arte Moderna com destaque para mulheres artistas, como Tarsila do Amaral; mas estes modelos “mundanos” jamais foram bem vistos dentro da igreja (Alencar, 2005:122); ademais resta saber até onde Frida acompanhou e interessou-se pela presença das mulheres na arte contemporânea

²² McPherson é, no mínimo, muito original em suas excentricidades eclesiológicas. Ninguém fez algo igual antes e, até onde conheço, depois. Em uma de suas “mensagens dramatizadas”, por exemplo, ela entra no púlpito com uma moto e uma capa preta com uma placa “Stop”, isto no ano de 1927. Ademais, como escreve diversos musicais e operetas, seu ministério é muito caracterizado por expressões artísticas não muito comuns na realidade evangélica ainda hoje. Atriz, cantora, rica, bonita, divorciada: uma celebridade. Em Los Angeles é amiga de artistas como Charlie Chaplin, que visita a sua igreja e lhe “assessora” em suas apresentações musicais. Seu vanguardismo, evidentemente, vai provocar muita polêmica, ainda mais no meio religioso. Ela “ajuda” seus inimigos com seus complicados casamentos e divórcios e outros episódios, como um mal explicado seqüestro, em 1926. (Blumhofer, 1996:260; 318,350). No final de década

admirava; tanto que no *Som Alegre, ano I, no. 3, fevereiro de 1930*, há um texto de McPherson traduzido por Frida. Medidas as proporções, talvez, quisesse imitá-la. Portanto, os suecos sabiam o risco que corriam! Pelo que McPherson fazia nos EUA e, ainda mais, pelo que Frida poderia fazer – ou já fazia – no Brasil. Se os suecos não aceitaram ser liderados por uma mulher, os brasileiros também não.

Frida aceitou passivamente a determinação da Convenção de 1930? Definitivamente não.

Como redatora do jornal oficial da denominação, ela tem poder e o usa. Com uma argumentação genial em um texto arrasador, Frida declara guerra; não foi, portanto, sem motivo que seu filho diz ter sido ela “muito perseguida”. No MP. Ano I, no. 3, de 1º de fevereiro de 1931 (cinco meses após a convenção), na página 3, há um texto de sua autoria com o singular título “*Deus mobilizando suas tropas*”. Seu primeiro parágrafo diz o seguinte:

Mobilização é um movimento pertencente às guerras. É o acto de preparação das tropas para a lucta. Vivemos em tempos de apreensões, guerras e revoluções (...) O quando a guerra é declarada numa nação, chama-se o povo para a mobilização”. (mantida a grafia da época)

O texto tem um objetivo específico: *incitar as assembleianas a não aceitarem passivamente a decisão da convenção*. Seria muito interessante saber como este texto foi lido pelos homens – e mulheres – da época. Foi sem dúvida uma clara declaração de guerra às determinações da Convenção de 30, e um recado aos machos dirigentes dizendo que, pelo menos ela, não se submeteria à proibição. Ela, como as demais mulheres, fora proibida de falar, mas, no seu caso, não de escrever. Talvez, inclusive, porque ao seu lado não existiam “irmãos capacitados” (ao seu lado na redação estava Samuel Nystron). Os grifos do texto estão no original, nada mais significativo do que Frida queria enfatizar:

“Despertemo-nos, para atender ao chamado do Rei, alistando-nos nas Suas fileiras. As *irmãs* das “assembléias de Deus” que igualmente, como os irmãos tem recebido o Espírito Santo, e portanto, possuem a mesma responsabilidade de levar a mensagem aos pecadores precisam convencer-se de que podem fazer *mais* do que tratar dos deveres domésticos. Sim, podem também *quando chamadas pelo Espírito Santo* sahir e anunciar o Evangelho. Em todas as partes do mundo²³, e especialmente no trabalho pentecostal, as irmãs tomam grande parte na evangelização. Na Suécia, paiz pequeno

de 20, seu ministério enfrenta muita resistência. Não é coincidência, portanto, a data da proibição do ministério feminino assembleiano no Brasil.

²³ Ela tinha razão, desde o início das missões evangélicas modernas há uma presença feminina significativa. “Estamos suprindo nossos postos com mulheres, durante toda a fase inicial de suas histórias, a missão de

com cerca de 7 milhões de habitantes, existe **um grande numero** de irmãs (...) trabalhando **exclusivamente** no Evangelho. Dirigem cultos, testificam e falam da palavra..(Os que estiveram na convenção em Natal e ouviram o Pastor Lewi Pethrus falar deste assumpto, sabem que é verdade) Por qual razão, as irmãs brasileiras hão de ficar atrasadas? Será, que o campo não chega, ou que Deus não quer: Creio que não. Será falta de coragem? (...) As irmãs, convém buscarem santificação e consagração, para que o Senhor as possa dirigir e abençoar. Não há tempo a perder. Jesus vem em breve. O Senhor diz: “A quem enviarei, e quem há de ir por nós? Diremos nós: “Eis me aqui, envia-a me a mim”. (mantida a grafia da época)

Perguntas:

- Quem – sueco ou brasileiro – na liderança assembleiana, na época, seria capaz de responder este texto?;
- Quais, e como, seus argumentos poderiam ser refutados?

Uma leitura da realidade. A espreteza da Frida é óbvia: ela parte da realidade, em pleno período entre guerras, para articular a urgente e absoluta necessidade de mão-de-obra. Mobilização de tropas para a guerra é o assunto do momento. Seu título atrai corações e mentes, e, a partir da realidade de guerra, ela faz, genialmente, uma ponte com a convocação divina para outra guerra. E essa é mais importante.

Uma leitura teológica pentecostal. Argumentação bíblica também é óbvia e irretocável: o Espírito Santo age igualmente em todos – nos irmãos e também nas irmãs. É muito irônico e absolutamente problemático que ainda hoje não há uma justificativa para diferenciar por que os homens podem exercer o ministério, mas não as mulheres, se a ação do Espírito Santo é a mesma em todos. O que justificaria, então, a distinção? Na falta de razão ou de argumentação mínima, inclusive algo que mereça o nome de argumento, as denominações evangélicas, como a igreja católica, simplesmente proibem.

Uma leitura feminina. Sua fala seria absolutamente rejeitada, inclusive pelas mulheres, se desprezasse ou apenas esquecesse os deveres domésticos. Esperta, ela não nega, nem os menospreza, pois isso seria mortal para sua luta, mas diz que elas podem fazer *mais* (e frisa o mais) do que apenas isso. Mulheres são iguais aos homens, com os mesmos direitos? De onde Frida tirou esta idéia? No Brasil, as mulheres ainda não votavam e não podiam assumir cargos públicos, algo não muito diferente do mundo em geral. As demandas feministas não

Taylor buscava mulheres solteiras e casadas para todas as tarefas missionárias, até mesmo pregar e ensinar” (Kraft & Crossman, 2009:372)

tinham voz na sociedade brasileira, muito menos em um ambiente religioso pentecostal assembleiano. Evidente que sua tematização de igualdade não tem a conotação feminista ou feminina moderna; era muito mais “teológica” (como frisado anteriormente) que sócio-política. Mas era igualdade.

Uma leitura do movimento pentecostal. Poderia dizer que, no período entre guerras, as mulheres estão agindo assim (entrando no mercado de trabalho), e teria perdido a argumentação, pois “o mundo” não pode ser padrão para a igreja. Os EUA também não. Qual o modelo, então? O “movimento pentecostal no mundo” é assim. Por que no Brasil deveria ser diferente? Na Suécia, que é muito menor, há mulheres trabalhando exclusivamente na obra, por que não no Brasil? Por que as brasileiras deveriam ficar atrasadas?

Uma leitura eclesiástica e apelo à autoridade. Na hipótese de algum leitor ausente na convenção pensar que ela estava mentindo, apela para o testemunho dos presentes. Além de ser um recado para as brasileiras, é talvez, muito mais, um recado para os seus colegas suecos: por que na Suécia o movimento pentecostal permite mulheres trabalhando exclusivamente, com o apoio do líder principal, Pr. Lewis Pethrus, mas aqui no Brasil eles boicotam as mulheres? Quando legaliza seu argumento a partir da fala do Pr. Pethrus, coloca na berlinda todos os missionários suecos. Ou mais especificamente Samuel Nystron, seu colega de redação no MP.

Por fim, em suas últimas frases, ela apela para o escatologismo marcante da época (Alencar, 2000) e encerra o texto com o mais clássico versículo de chamamento ao compromisso missionário. “*A quem enviarei e quem há de ir por nós? Eis-me aqui, envia-me a mim*”. Este apelo missionário ainda hoje é fortíssimo no meio assembleiano. Funciona muito bem.

Essa é a Frida Vingren!

Isto, evidentemente, causa muitos problemas para ela, para seu marido, para a igreja local e para as demais igrejas no Brasil onde o jornal é lido. Na Convenção de 1930, não se fala de Vingren deixar o Brasil, ao contrário, se oficializou a liderança sueca no sul e a brasileira no norte e nordeste; mas, dois anos depois, ele estava deixando o Brasil e voltando para a Suécia. Diz-se que a grande causa de seu retorno é o agravamento de sua doença, mas doente ele sempre foi, desde adolescente (Vingren, 1982:19)²⁴. As questões advindas da Convenção de 30, e as posteriores, apenas problematizaram sua doença. Com certeza, sua doença foi somatização do embate em defesa de sua mulher.

²⁴ Em seu diário, é recorrente sua fala sobre doenças. A primeira que aparece ainda é no ano 1897, ele tem dezoito anos e ainda mora na Suécia. No Brasil, se agravou, pois na chegada pegou malária e esta o acompanhou por anos.

Vejam, portanto, um editorial que é publicado no MP, ano I, no. 21, de 15 de novembro de 1931, pg 11, assinado por Gunnar Vingren – e, talvez, escrito por Frida.

“O Mensageiro de Paz”

A fim de que todos fiquem sabendo a realidade concernente ao “Mensageiro de Paz”, quero fazer a seguinte declaração.

Ficou resolvido na Convenção Geral de Obreiros, realizada na cidade de natal. Rio Grande do Norte, em setembro de 1930 p. p., que o novo orgam das “Assembléias de Deus” no Brasil, aliás, o “Mensageiro de Paz”, seria dirigido pelos irmãos Samuel Nystron e o abaixo assinado. Também que o mesmo ficaria sendo redigido no Rio de Janeiro. E, particularmente, entre mim e o irmão Samuel Nystron, combinados duas coisas, as quaes, quero deixar escripto aqui.

A primeira foi que, a resolução tomada em convenção, a respeito de que o novo orgam, hoje, “Mensageiro de Paz” ficasse sendo redigido no Rio de Janeiro, teria valor, entre nós directores, durante o tempo em que ficasse trabalhando nesse campo, isto é, no Rio de Janeiro.

A segunda combinação, fio que a irmã Frida Vingren, ficasse trabalhando na redacção do nodo orgam, da mesma maneira em que trabalhava com o extinto jornal “Som Alegre”.

Pela verdade do que escrevi aqui, me responsabilizo.

Segundo estas combinações, temos trabalhado todo este anno que está para terminar. Agora pedimos as orações de todos os irmãos, que amam o trabalho do Senhor, neste sentido; que Deus dirija para o próximo anno, todas as coisas concernentes ao jornal. Queremos em tudo, que a vontade e a direcção do Senhor prevaleça e com a vontade de Deus, estamos promptos a nos conformar.

Declaro também, que o meu ardente desejo, pela graça de Deus, posso afirmar, que sempre foi, é e será, de trabalhar em harmonia, com todos os meus amados irmãos no Brasil, em favor da obra gloriosa do Mestre.

Vosso no Senhor, Gunnar Vingren. (mantida a grafia original)

CONCLUSÃO

Daniel Berg viveu cinquenta e dois anos no Brasil; Gunnar Vingren, vinte e dois; e Frida, apenas treze. Berg nunca assumiu nenhum cargo na instituição.

Saiu do anonimato no cinquentenário da igreja, em 1961. Gunnar sempre foi voto vencido em suas propostas. Frida fez uma grande diferença em termos de liderança. Não deixa de ser extremamente significativo que, na década de 20, líderes homens e mulheres, reunidos, discutam e, mesmo apenas como exceção, mantenham a possibilidade de as mulheres pastorearem. Questão que vai rondar como fantasma a história desta igreja nos próximos anos. Em 1983 e 2001²⁵, o assunto, ao voltar a ser discutido na convenção, é rejeitado por unanimidade – numa reunião exclusiva de homens.

“Anos depois, o ministério feminino seria mais uma vez discutido. Na Convenção Geral de 1983, ele foi rejeitado por unanimidade. Na Convenção Geral de 2001, em Brasília, o tema seria mais uma vez levantado. Na ocasião, os convencionais, por esmagadora maioria, rejeitaram a ordenação de mulheres” (Daniel, 2004:40)

Esta “maioria esmagadora” é contrária à oficialização do mistério feminino, conquanto as mulheres continuem o exercendo oficiosamente, e, sobretudo, construindo esta igreja. Oficialmente marginais, mas na prática esta igreja é mantida por elas. Afinal, pelos dados do Censo 2000, dos mais de 8 milhões de membros, 3 milhões, 400 e 18 mil são homens, e 4 quatro milhões e 600 mil são mulheres. Há mais de um milhão de mulheres nas ADs, mas nas convenções só há participação dos homens, aliás, homens portadores de credenciais ministeriais da CGADB, regularmente inscritos e com suas mensalidades em dias. Há muito a ação igualitária do Espírito em homens e mulheres foi substituído por uma racionalidade econômica masculinizada.

Frida Vingren, como diz seu marido, “tomou a frente”. De fato tomou, pois as lideranças assembleianas brasileiras e suecas jamais lhe dariam. Mas, na frente, ela foi esmagada. Nas ADs atuais, diferente das de décadas passadas, de fato não há nenhuma Frida para *tomar a frente*. E a maioria continua esmagadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCAR, Gedeon – *Construção, Desconstrução e Reconstrução de Heróis Missionários: Um Estudo de Caso sobre Daniel Berg e Gunnar Vingren, missionários fundadores da Assembléia de Deus no Brasil*, ALER – 2006. _____ – *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembléia de Deus*, Revista Simpósio vol. 10(4) ano XXXVII no. 48, novembro de 2008, pgs 11-35.

²⁵ 1984 a denominação Batista do Sul, EUA, produziu um documento justificando por que não se ordenariam mulheres pastores (Rodrigues, 2005:34)

- ____n – *Protestantismo Tupiniquim. Hipóteses sobre a (não) contribuição protestante à cultura brasileira*, SP, Ed. Arte Editorial, 2005
- ____e *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo e louvor a Deus. Assembléia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)*. Dissertação de Mestrado, São Bernardo do Campo: UMESP, 2000.
- ALMEIDA, Abraão (org.) - *História das Assembléias de Deus no Brasil*, Rio de Janeiro: CPAD, 1982.
- ARAGÃO, Laura Sá - *Chamadas por Deus, ignoradas pelos homens. Reduccionismo cultural em relação ao trabalho missionário feminino*. Dissertação de mestrado, Viçosa, CEM, 2004.
- ARAÚJO, Isael - *Dicionário do Movimento Pentecostal*, RJ, CPAD, 2007..
- BARATA, Antônio (org.) - *Línguas de Fogo – História da Assembléia de Deus em Lisboa*, Lisboa: CAPU, 1999.
- BERG, David - *Daniel Berg – enviado por Deus, versão ampliada*, Rio de Janeiro: CPAD, 1995.
- BERGER, Peter & LUCKMAN Thomas - *A construção social da realidade*, 4a. edição, Petrópolis:Vozes, 1978.
- BLUMHOFER, Edith L. - *Aimme Semple McPherson. Everybody's Sister*, Grand Rapids, Mich, E. Erdmans Publishin Co, 1996.
- CAMPOS, Leonildo - “*Celebrando obras e carreiras: a função do louvor ao passado e aos líderes na criação e manutenção de uma cultura organizacional em uma denominação brasileira*”, in: SATHLER-ROSA (org). *Culturas e Cristianismo*. São Bernardo do Campo: UMESP, 1999.
- CONDE, Emilio - *História das Assembléias de Deus no Brasil*, RJ, CPAD, 1960.
- CONDE, Emilio - *O testemunho dos séculos*, Rio de Janeiro: Livros Evangélicos, 1960.
- DANIEL, Silas (org) - *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. Os principais líderes, debates e resoluções do órgão que moldou a face do Movimento Pentecostal no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004
- DAYTON, Donald W. - *Theological roots of pentecostalism*. London: The Scarecrow Press, 1987.
- DURKHEIM, E - *As formas elementares da vida religiosa*, São Paulo, Paulinas, 1989.
- EKSTROM, Leif - *A oração, a roca e o moedor de café: os vikings descobrem a América do Sul*, Campinas, Imprensa Batista Independente, 2007.
- EKSTROM, Leif - *Estudos sobre a História dos Batistas Independentes*, Campinas, Imprensa Batista Independente, 2008.
- FRESTON, Paul - *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment..* Tese de doutorado. Unicamp, Campinas: 1993.
- GOUVEIA, Eliane - *O silêncio que deve ser ouvido. Mulheres pentecostais em São Paulo*. Dissertação mestrado. PUC: São Paulo, 1986.

- HOLLENWEGER, W - *El Pentecostalismo – historia y doctrinas*. Buenos Aires: La Aurora, 1976.
- KRAFT, Marguerite & Meg, CROSSMAN – Mulheres em Missão, ind WINTER, Ralph – *Perspectivas no Movimento Cristão Mundial*, SP, Vida Nova, 2009, pgs. 370-373.
- LEONARD, Emile-G. - *O iluminismo num protestantismo de constituição recente*. Local?? Ciências da Religião, 1988.
- MADURO, Otto. - *Religião de Luta de Classes*. Petrópolis:Vozes, 1981
- OLIVEIRA, Joanyr - *As Assembléias de Deus no Brasil..* Rio de Janeiro, CPAD, 1998.
- OSKARSSON, Gunilla N - *Kvinnorna marginaliserades när väckelsen etablerats*, in *Pings-trörelsen*, volume 2, 2008, Libris förlag, Estocolmo, Suécia, 2008.
- OSTERNE, Maria do Socorro - *O sentido da violência e as especificidades da violência contra a mulher no contexto das relações de gênero*, O público e o privado - Nº8 - Julho/Dezembro - 2006
- PETHRUS, Lewi – *Lewi Pethrus*, Rio de Janeiro, CPAD, 2004
- QUEIROZ, Carlos - *As faces de um mito. A fascinante história de um cabra de Deus na terra do sol*, Brasília, Vinde, 1999.
- REGO, José Teixeira - *Breve História da “Assembléias de Deus” no Ceará*. Fortaleza: Indústrias Gráficas, 1942
- RODRIGUES, Sílvia G – *Os processos de ordenação feminina na Assembléia de Deus Betesda*. Faculdade Teológica Sul Americana – Londrina-PR, 2004.
- SAFFIOTI, Heleith I.B – *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*, Labrys, Estudos Feministas, no. 1-2, julho/dezembro 2002 – Unicamp.
- SANZANA, Elizabeth Del C. Salazar. “*Todas seríamos rainhas*” – *história do pentecostalismo chileno na perspectiva da mulher – 1099-1935*, Dissertação de mestrado São Bernardo do Campo: UMESP, 1995
- VINGREN, Ivar (org) *Despertamento Apostólico no Brasil*, Rio de Janeiro: CPAD, 1987.
- _____. *Gunnar Vingren – o diário do pioneiro*. Rio de Janeiro: CPAD, 1982.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1998.

O medo da escuridão: A história de minha avó e de muitas outras

FRANCY JUNIOR¹

Na vida minha missão é sempre aprender. Foi pensando assim que tomei o desafio de escrever esse texto e partilhar minhas observações. A busca pela raiz é a essência e a fonte principal de todas as religiões.

Nasci em uma família de negros e negras fortes com condições econômicas muito precárias. Filha mais velha de um coletivo de oito vivos e quatro mortos. Restando nos dias atuais setes raízes entrelaçadas pelo mesmo sangue oriundo da Ilha do Cabo Verde, de onde veio meu bisavô Raimundo. Morávamos em um terreiro de minha avó. Um quintal grande, cheio de árvores frutíferas (manga, abacate, jaca), misturava-se com planta vendicáá, com a qual adorava banhar-me da folha. Nesse espaço tínhamos na frente à casa de minha avó, que abrigava minha tia (sua única filha mulher-Tia Beta). Era uma casa de madeira grande, com piso de barro batido, duas quedas² e coberta de palha³. Minha avó era do santo, mãe-de-santo da religião com matriz africana. No meio do terreiro, havia uma casa grande de dois pisos, toda de madeira, coberta com alumínio, pertencia ao meu tio mais velho, que morava sozinho, mas a casa vivia cheia de gente. Ele recebia pessoas doentes, homens e mulheres vindos de diversos lugares. Haíva um quarto cheio de santos e velas. No fundo, havia duas casas gêmeas, a parede de uma era da outra. Era a casa do meu pai e do seu irmão, ambos viviam com suas mulheres, que todos os anos pariam um filho ou filha.

A casa do meu pai e de minha mãe era menor, um vão apenas dividido ao meio, de madeira, piso de tábuas de refugo, telhado de alumínio, fogão com duas bocas e panelas que brilhavam penduradas na parede. O chão da

¹ Francimar Santos Junior – Ativista dos Movimentos de Mulheres de Manaus e do Movimento de Mulheres Negras no FOPAM(fórum dos e das Afro descendentes) – Acadêmica do Curso de Licenciatura em Historia.

² Casas de telhado com dois lados

³ Folhas de palmeiras

casa era tratado com escova de aço. Minha mãe era impecável na limpeza e na cozinha. Sempre fez comidas deliciosas. O cheiro das ervas, do alho e de pimenta entravam no meu corpo, no meu cérebro, deixando meu estômago nervoso. Porém nunca era nossa, pois era de muita gente que vinha para a festa dos santos do meu tio. Nós só comíamos quando sobrava ou quando davam para matar nossa fome. Ela matava pato, galinha, fazia vatapá, farofa e tudo. Ela era comandada por uma negra velha amiga da família, que conhecia pratos de diversos lugares e sabia tudo sobre comida gostosa. Elas cozinhavam com amor, devoção e muito zelo, procurando sempre colocar sua fé como tempero especial.

Minha avó era uma mulher negra muito especial e participava do templo religioso da Mãe Maria Estrela, mãe de santo da minha avó Joana, que adorava ir. Eu chamava de batuque da Dona Margarida, que era uma mulher branca e forte, que vestia saias rodadas, lindas, usava sempre lenço amarrado na cintura. Havia muitas festas e a de que eu gostava mais era “Cosme e Damião”, pois era dia de ganhar doces de todas as formas e cores. Meu tio Manoel também comparecia. Meu pai, Mário, e o meu outro tio, José, tocavam o tambor feito de tronco de árvores com couro de animal. Antes de tocar tinha de fazer uma fogueira e esquentar o couro que vibrava com o som “tum, tumtum, que tum, que tumtum”. As pessoas dançavam alegremente referendando os santos. As vozes das mulheres acompanhavam o tambor e elas batiam palmas e giravam, giravam e giravam cantando “*Santa Bárbara dê licença é vossos filhos que pedem – pela coroa de Iemanjá, pela coroa de Iemanjá*”. Fui criada observando as oferendas para os caboclos e os orixás.

Na casa da minha avó Joana e do meu tio sempre havia pessoas que sofriam de diversos males do corpo e da alma. Lá era um refúgio: portas abertas para o socorro, para a ajuda, para a mão amiga. Este lugar não era proteção apenas para essas pessoas, era, também, para todos nós.

Quando comecei a sair de casa, a transpor estes muros de proteção, quando comecei a ir para rua para brincar ou mesmo para a escola, eu e minhas irmãs sempre ouvíamos no caminho piadas como “Olha as negrinhas do café!”, “Lá vêm as macumbeiras!”. Não entendia o que significavam essas palavras. Quase sempre contávamos para minha mãe e minha avó. Meu tio dizia para responder aos meninos que ele ia fazer uma macumba para eles. Besteira! Eu não entendia por que ajudar outras pessoas, fazer oferenda, tomar mocororo⁴ eram coisas ruim, eram do diabo, era do mau.

⁴ Bebida feita com arroz

Era inquietante. Eles não mexiam comigo quando me viam na catequese⁵. Creio que nem eles sabiam o que estavam fazendo. Era vergonhoso ser negra e ser do terreiro. Pensava assim.

Muitas vezes minha avó me levava às procissões, às novenas e às missas. Lembro que certa vez ela me disse que não precisava ter medo nem vergonha dos caboclos, dos orixás e dos santos e que eles, eram proteção, não eram do mau, não era o diabo. Na casa do meu tio e de minha avó era como hospital: as pessoas chegavam, falavam de seus problemas e ali iam ficando até fortalecer a alma. As coisas que minha avó encantada⁶ ou atuada como chamamos, com seu “flecheiro” – o santo-da-cabeça da minha avó –, fazia e falava principalmente para as mulheres era como agir, o que usar e o que tomar. Era socorro para aquelas que chegavam com a cabeça baixa e saíam pisando firme.

Ela benzia crianças, costurava rasgadura, tratava de paridas e fazia oferendas. Fui crescendo observando também conflitos na cabeça de minha avó, e isso porque, de um lado, ela mantinha sua raiz religiosa, e, do outro, ouvia a religião superior dizer que aquilo que ela fazia era cultuar o mau.

Aos poucos ela foi deixando sua raiz e sua história de matriarca para trás. Foi-se arrependendo dos pecados que a religião dos brancos lhe mostrava. Assim, ela foi abandonando os orixás, negando sua essência, sua identidade, e foi moldando dentro dela uma visão de religião diferenciada e de cuja história o culto, as oferendas e os orixás não faziam parte. A vontade de jogar todos os seus pertences era a forma de apagar toda uma vida e de iniciar uma outra voltada para o preceito cristão.

Fui crescendo alimentando dentro de mim a idéia de que a religião da minha avó e de toda a minha família era sagrada, assim como a religião dos meninos que nos xingavam. Porém não entendia os motivos pelos quais as pessoas se escondiam, não se mostravam e não se assumiam como pertencentes à religião dos pretos e das pretas.

Hoje entendo que aqueles meninos da minha infância praticavam uma violência simbólica, que sutilmente nos impunha valores culturais e morais influenciados pela visão cristã do mundo.

Nessa caminhada observatória, percebi que, nas diferentes igrejas que montam o palco das religiões, as mulheres sempre são as servidoras, subalternas, sem espaço para partilhar opiniões ou fazer parte da cúpula decisória.

O senso comum da “vontade de Deus” leva à naturalidade da violência contra a mulher, que dificulta a criação de espaços de resistência, de autoestima,

⁵ Grupo de estudo dos dogmas da religião católica

⁶ Recebendo o santo da cabeça

de ajuda e de solidariedade e cristandade. Partilho um depoimento que ouvi há pouco tempo.

Sou Nona⁷, negra 28 anos. Quando criança freqüentava a religião protestante e lá muitas vezes fiquei com medo da escuridão, pois aprendi que tudo relacionado à cultura negra era escuro, diabólico. Nas pregações sempre se falavam da bruxaria, feitiçaria, de trabalhos oferecidos para o satanás. Sempre liguei o gato preto, galinha preta, a escada, as miçangas, corujas, bode como coisas do mau, da macumbaria.

Assim fui crescendo aprendendo a ter vergonha da cor que tenho. Fui criada a não falar, só ouvir e obedecer. Fui criada achando que devia uma costela ao meu pai, meus irmãos.

Por outro lado conhecia meninas na escola que eram da macumba, filhas de pai e mãe de santos, que não tinham medo de nada, eram livres, aprenderam que somos o que somos. Entendo hoje o que isso representa para mulheres negras como eu. Não tenho mais medo, porem ainda não consegui congrega em um templo da religião com matriz africana..(...)

Histórias assim são repetidas com freqüência e embutidas no inconsciente coletivo de muitas mulheres das diversas religiões. Um buscam conhecimento, outras passam sua vida submetida a uma relação violenta ou conflituosa com seus pais, companheiros, párocos, pastores, confessores e outros. Vivem a religiosidade como uma imposição ou mesmo como uma ação que castra e domina.

Quando minha avó deixou de fazer culto aos orixás, nunca me falou que tudo aquilo que fazia era do mau: que as festas, as danças e as comidas eram culto aos demônios.

Penso que a religião é uma moeda com dois lados. Segundo Haidi Jarschel, a religião ideologicamente sempre atua dando direção e sentido à vida. Às vezes libertadora, abrindo horizontes. Outras vezes, apresentando e cultuando estradas punitivas. O que observo é que, em quase todas as culturas e em quase todos os tempos, a religião tem legitimado ideologicamente a subserviência das mulheres. Enraizando ao senso comum formas metodológicas e associando o feminino ao mal. Deixando sempre as mulheres escravas das punições, colocando-as à margem, abandonadas, excluídas, violentadas e abortadas pela sociedade machista e patriarcal.

Em pleno século vinte e um estamos vivendo um fenômeno do fundamentalismo religioso que fortalece o lado patriarcal e moralista das religiões, o que tem como resultado um fortalecimento da mentalidade conservadora em

⁷ Nome fictício

relação aos papéis das mulheres e dos homens na sociedade. Faz-se urgente a desconstrução destes eixos conservadores, que nos desafia para uma análise menos fragmentada e mais sistêmica da sociedade.

A religião e cultura estão correlacionadas em sua forma de manifestação na sociedade e na vida das pessoas, especialmente na vida das mulheres. O acreditar religioso entra na construção cultural formando um sistema, e é difícil separar, mesmo num Estado que se denomina laico, no qual há uma clara divisão entre Estado e religião. É possível separá-las (?) apenas para análise, mas no cotidiano das mulheres ela (?) exerce uma influência indissociável, que alimenta as punições, o medo, o silêncio e a vergonha do ser.

Segundo Haidi Jarschel e Ceclia Castillo Nanjari. "A experiência com o sagrado tem configurações diferentes a partir de diferentes paradigmas, cosmovisões e símbolos de salvação". 2008

O sagrado para algumas mulheres é manter-se limpa. E essa limpeza passa pela ótica de se ser inferior, de não se pertencer à escuridão, de se andar conforme o patriarca e o capital determinam. De ser mulher preparada para obedecer ao homem, de calar-se quando precisa falar.

O sagrado passa pela ótica de se constituir uma família à imagem e semelhança de Deus. No centro o homem, que produz, que põe comida na mesa, e, do outro, a esposa fértil, que cuida da casa, dos filhos e do marido, sendo obediente e zelando pelo marido que Deus escolheu para ela.

Minha avó era mãe solteira, deixou-se envolver e enganar por diversos homens. Mas sua filha ela quis casada na igreja católica, como preconizam as regras sociais. Foi criada bordando e cozinhando, para ser uma boa esposa e mãe. Porém ser negra era sinônimo de ser burra e, para que a filha tivesse um caminho pouco diferenciado do seu, proporcionou-lhe um curso de datilografia, pois este lhe permitiria ter a esperança de trabalhar com carteira assinada e assim assumir seu espaço na sociedade.

Nesse processo observatório (de observação?) tomei para mim o que alguém falou:

Sou Fulana de Tal, 18 anos. Minha mãe é do Axé, fui criada na gira e vivia muito bem. Hoje minha mãe continua freqüentando os terreiros mas desde que eu completei 15 anos, ela me proibiu. Na verdade foi desde que o pai a deixou. Ele gritava aos cantos das paredes de casa que "não queria mulher dele na macumba, na putaria, esses lugares só da confusão e fofoca. Deixa essa palhaçada inferna"1

Minha mãe é negra e me teve com um homem branco, de família católica, mais ele não freqüentava a igreja.

Penso que minha mãe me proibiu de ir, para não acontecer comigo o que aconteceu com ela. Ela todos os dias era humilhada em casa por ser da religião, do axé. Eu gosto de vim nessa caminhada todos os anos, mais ela nem sonha que estou aqui. Acho que ela vai sofrer mais uma vez. E não quero isso.

A mãe de santo dela me aconselhou dar um tempo a ela. Não me vejo como meu pai que diz que é católico mais na verdade não é, e nem quero ser evangélica. Não tenho vergonha de gostar dos guias e nem de usar as miçangas.

Penso que o preconceito é algo que é alimentado e a falta de conhecimento faz com que as pessoas tenham comportamentos agressivos. Mulheres como a que é referida no depoimento carregam consigo a culpa da separação e de a filha ter sido criada sem o pai, sem a presença do chefe da casa. Vejo também nesse caso que a mãe não deixou sua religião; penso que o sagrado é muito mais forte dentro dela; mas, mesmo assim, ela sofre, pois apresenta sinais de que não quer o mesmo para sua filha.

É cruel a violência praticada contra as mulheres que fazem culto a sua fê. Tantas vezes ouvimos mulheres falarem assim:

“Meu marido disse em casa que daqui a pouco ele vai trazer minha mala pra cá, pra morar com o padre”

“...Eu chamo todas as vezes que venho ao culto ele diz: Eu lá vou nada, vou ficar dando dinheiro para igreja, vai tu, vai sozinha, tu não nasceu só?”

Eis palavras que provocam marcas profundas na alma das mulheres. São sacerdotisas da fê. Essas mulheres sofrem duplamente, em casa e no espaço da fê.

A partir desse processo do cristianismo, prega-se a mulher como um ser frágil e sem capacidade de discernimento e de ser autônoma, e que precisa ser vigiada, protegida, monitorada, pois a qualquer momento pode vacilar e ser uma “Eva” ou uma “Maria Madalena” talvez..

Minha avó, como disse, freqüentava também as missas, as procissões e todas as noites rezava o terço. Lembro bem que ela tinha, até o ultimo dia de sua vida, uma casinha (era o santuário) dentro do seu quarto. Tinha várias imagens como de São Benedito e Iemanjá. Debaixo do santuário existia outro espaço sagrado, onde ela cuidava das coisas dos santos. Lembro que tinha conchas, pedras, água e outros objetos sagrados. Só não lembro se ela falou o motivo de as coisas dos santos ficarem escondidas debaixo dos outros santos!

Vejo hoje o quanto ela sofreu, perseguida pela religião cristã. Lembro também que, quando íamos à missa, ela não comungava, só o fez aos 81 anos quando se crismou. Quero dizer, ela tinha dentro de si que não era digna de receber o corpo e o sangue de Cristo, pois tinha de deixar a religião da escuridão para ser abraçada pela religião da luz.

A violência contra mulher é assustadora: com agressões e crimes bárbaros, físicos e psicológicos, covardemente cometidos em nome do outro.

Todos os dias os jornais exibem manchetes noticiando que “mulheres apareceram mortas esquartejadas”; que “uma menina de 5 anos é estuprada e morta”; que “adolescente é violentada pelo tio e encontrada com vísceras expostas e mãos decepadas”. Há manchetes que anunciam que “filha-de-santo é apedrejada quando saía do templo que freqüentava”.

Segundo A. P. Angiole⁸, o medo e a vergonha calam e silenciam as sobreviventes. A falta de punição dá força aos agressores e muitos encontram justificativas para seus atos: matam por amor, ciúme, excesso de bebida, drogas e dogmas religiosos; perdem a cabeça por não querer pagar pensão alimentícia; não aceitam a separação; ou porque a mulher só dá atenção ao pai e à mãe-de-santo.; com estes argumentos eles sustentam a superioridade e a força masculinas. Muitas razões apresentadas aos delegados e delegadas são grotescas: “Ela só cozinhava bem lá pro terreiro”, “Não sai da Igreja”.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde-OMS, 46% das mulheres assassinadas são vítimas do marido, namorado, ex-parceiro ou parceiro do momento. Pelo menos uma em cada três apanha, é violentada ou forçada a manter relações sexuais em algum momento de sua vida.

A violência de gênero não é mais que o resultado das relações de dominação masculina e de subordinação feminina, em que o homem pretende evitar que a mulher lhe escape, pois não deseja separar-se dela, mantendo-a sujeita a uma submissão sem escapatória.

Com base nas afirmações dos estudiosos nesse assunto, pode-se afirmar que a violência de gênero concentra-se em agressões individuais que transcendem o nível social e refletem, sem dúvida, a dominação de um grupo e a subordinação do outro.

Estudos têm enfatizado a prevalência do fenômeno da violência intrafamiliar e os fatores de risco a ele associados. Desta forma, têm sido apontados condicionantes que pertencem a diferentes níveis de análise, desde aspectos sociais e culturais (valores autoritários e patriarcais, aceitação da violência como

⁸ Ana Paula Angiole – Assistente social do Fórum Permanente das Mulheres de Manaus

forma de resolver diferenças, étnicas), de gênero (valorização da violência no desenvolvimento do papel masculino, aceitação da violência e o castigo como forma de resolver conflitos entre os casais), psicológicos (maior impulsividade, consumo de álcool e drogas) e até as experiências infantis de violência (dos pais, da vítima ou do casal maltratado).

Minha avó nunca contou que um de seus maridos a machucou de fisicamente, porém era visível os danos que a violência psicológica lhe deixou.

O papel que a religião atribui às mulheres é de submissão: boas filhas, esposas, companheiras de seus homens, mães zelosas, educadoras, cuidadosas e amorosas com seus filhos. Esta visão de mulher como ser passivo e submisso vai-se embutindo no inconsciente coletivo da população, atravessando as sociedades de forma lenta e silenciosa, o que contribui para que se fortaleça em seu âmago direito de pertença, de dominação e de posse que os homens têm enraizado dentro de si e que se alicerça nos caminhos e descaminhos que são a realidade de milhares de mulheres pelo mundo a fora.

Observo que no candomblé as mulheres são respeitadas e valorizadas. As mais velhas são orientadoras das que estão chegando. Há um equilíbrio e partilha de saberes.

Segundo Teresinha Bernardo⁹, em todas as sociedades conhecidas é o homem que detém o poder religioso. É ele quem faz a mediação entre os “outros” e os deuses. Em outras palavras, somente alguns homens de uma determinada sociedade têm o poder de conversar e ouvir as vozes divinas. Assim, torna-se possível imaginar a abrangência do fascínio, a dimensão da surpresa e o próprio estranhamento, no dizer antropológico, do encontro de uma religião em que no lugar do masculino está o feminino. Tanto os estudiosos das religiões como as pessoas anônimas ficam surpresas quando se deparam com a mulher ocupando o ápice da hierarquia religiosa. No entanto, essa expressão religiosa está viva e faz parte da cultura brasileira. A maioria de seus elementos veio com os africanos para o Brasil.

Além da matrifocalidade vivida por parte das mulheres africanas no Brasil e dos aspectos importantes levantados para a compreensão da mulher como detentora do poder religioso, sublinha-se a existência também da matrilinearidade. Em outras palavras, a matrifocalidade, aqui, combina-se com a matrilinearidade. Este último conceito ganha sentido com a norma de que os filhos ao pertencerem sempre ao grupo da mãe, a descendência é matrilinear.

⁹ BERNARDO, Teresinha. Opus cit.

A existência da matrilinearidade é comprovada também pelo jogo de búzios – peça-chave do candomblé – em que as mães-de-santo tradicionais, antes da primeira jogada, pede o nome e o sobrenome da cliente, só que este último só do lado materno. Todo o jogo, especialmente as relações do presente com o passado, desenrola-se através da matrilinearidade. Desse modo, essa prática divinatória é povoada de imagens femininas, da bisavó, da avó, da mãe, da filha, da tia materna.

Assim, a definição de matrifocalidade discutida por Scott se completa. Em suas palavras:

“(...) é também na provável existência de manifestações culturais e religiosas que destacam o papel feminino”.

Para iluminar ainda melhor este fato o da chefia feminina, torna-se importante destacar alguns fatores que foram incisivos para que a mulher viesse a ocupar o ápice da hierarquia religiosa, além dos outros que foram elencados no trajeto feminino da África para o Brasil. As mulheres africanas pertencentes a etnias fons e yorubás exerceram em seus respectivos reinos um poder político importante. É claro que no presente da escravidão esse poder teve que ser ressignificado.

Na realidade, é totalmente contraditório com a situação de escravo o exercício de qualquer poder no plano do real. Assim, pode ter ocorrido uma transformação: se não existiam condições de exercício do poder real, exercia-se no plano do imaginário, através da religião.

Outro aspecto que deve ser destacado para iluminar o fato de a mulher vir a ser a sacerdotisa-chefe do candomblé diz respeito à densidade do sentimento materno na africana. Esse sentimento, por sua vez, tem muito a ver com a noção de Terra-Mãe comentada por Morin¹⁰.

A Terra-Mãe como metáfora só virá a florescer em toda a sua extensão nas civilizações agrárias, já históricas: o trabalhador Anteu colhe sua força no contato com a terra, sua matriz e horizonte, simbolizada na Grande Deusa na qual jazem seus antepassados, e pela qual ele se julga fixado desde sempre. Com esta fixação ao solo, virá impor-se à magia da terra natal, que nos faz renascer porque é nossa mãe. É bem conhecida a dor do banido grego ou romano que não terá ninguém que lhe continue o culto como ficará separado para sempre da Terra-Mãe (Morin, 1988: 114).

¹⁰ MORIN, Edgard. *O homem e a morte*. Portugal, Publicações Europa-América, 1988.

Assim, vejo a religião de matriz africana, uma religião que dialoga com o sagrado feminino. É no solo brasileiro que frutificará o candomblé, a terra-mãe como metáfora para os africanos e seus descendentes. Se o candomblé representa a terra-mãe que, por sua vez, possui os seus significados ligados ao feminino, essa expressão religiosa, ao representá-la, ganha todas as suas significações. É nesse sentido que a grande sacerdotisa do candomblé é chamada de mãe-de-santo. Essa denominação não é casual - Jung ¹¹ afirma:

“É a mãe que providencia calor, proteção, alimento, é também a lareira, a caverna ou cabana protetora e a plantação em volta” (Jung, 1993: 39).

Assim era minha avó Joana, a Tia Benedita, a Dona Margarida, a Maria da Cabocla Mariana, e tantas outras de terreiro. Elas cuidavam de outras mulheres, traziam pra si, como se fossem uma grande árvore que cobre acolhendo.

Ela é o poder em si, tem tudo dentro de seu ser. Ela tem tudo. Ela é um ser auto-suficiente e não precisa de ninguém. É um ser redondo primordial, esférico, contendo todas as oposições dentro de si. Awon Iya wa são andróginas, elas têm em si o Bem e o Mal; dentro delas, estão a feitiçaria e a antifeitiçaria; elas têm absolutamente tudo, elas são perfeitas (Carneiro da Cunha, 1984: 8)¹² Elas são superiores ao capital, patriarcado, são unas. Segundo Sueli Carneiro e Cristiane Cury¹³

Quando a sociedade capitalista, através das relações sociais de produção que estabelece, reifica o indivíduo, desumanizando suas relações; quando propõe uma visão individualizante de mundo, destituindo núcleos comunitários remanescentes de outros momentos históricos; quando fundamenta uma ciência que tem como função a dessacralização da cultura, forjando seu reino na terra, parece significativo o fato de o Candomblé se expandir vertiginosamente, levando-nos a crer que este se coloca como uma forma de resistência à fragmentação da existência do homem brasileiro, seja no plano concreto, seja no plano ideal da explicação ontológica.

Podemos afirmar que o candomblé é uma religião de matriz africana porque ele reúne diversos cultos a orixás da África num só panteão, preservando uma estrutura mítica semelhante aos cultos africanos. Na diáspora dos negros africanos, etnias distintas, sob a hegemonia dos povos yorubás (principalmente), criaram em solo brasileiro o que hoje chamamos de Candomblé. Esta religião possui um sistema mítico que contrasta e conflitua com a ordem racionalista e excludente do mundo ocidental.

¹¹ JUNG, G. Carl. *Opus cit.*

¹² CUNHA, C. Mariano. “A feitiçaria entre os nagô-yorubá”. In: *Dédalo*, vol. 23. São Paulo, USP, 1984.

¹³ CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane. O. p. 176

Posso afirmar que minha avó estava no lugar certo. Como diz o **Eduardo David de Oliveira**¹⁴, o sistema mítico do candomblé não é fragmentário nem excludente; é totalitário no sentido de abranger o ser humano como um todo, e integrativo. Os mitos, os processos de iniciação, os rituais, enfim, toda a estrutura mítica do candomblé obedece a uma lógica própria que concebe o tempo e o espaço diferentemente de como os concebe o mundo racional baseado em axiomas científicos do Ocidente. Enquanto o que regula a sociedade capitalista ocidental é o tempo cronológico, tempo medido sempre pela produção do capital, tempo, enfim, sempre capitalizado, no candomblé prevalece o tempo mítico. Enquanto o primeiro é fragmentado e linear o segundo se realiza plenamente dentro de um ciclo que abarca a totalidade do ser humano.

Minha avó era uma mulher negra, acredito que ela encontrou no candomblé não apenas possibilidades de se encontrar religiosamente como também política e socialmente.

Maria de Lourdes Siqueira¹⁵ vai dizer que, com efeito, na cosmovisão das religiões de matriz africana, não existe uma distinção muito nítida entre o sagrado e o profano, intepenetrando-se estas duas esferas. A mulher que quotidianamente, no mundo ocidental, vive em conflito com o social, porque relegada a um plano inferior da existência em sociedade, encontra nos ritos do candomblé a forma de ritualizar este conflito. Assim, se cozinhar é uma tarefa menor, sem valorização social, assim como as atividades domésticas em geral, no candomblé tais tarefas possuem um valor inestimável. A realização das referidas tarefas é um privilégio que não cabe a todos. Essa valorização redimensiona o papel da mulher tanto no plano místico do candomblé como no plano social.

Este sentimento de intimidade da mulher negra com a mitologia e com a ritualidade religiosas afro-brasileiras abre caminhos para que ela vá conhecendo, ampliando, recriando e transformando, numa forma de poder socialmente construído, assumindo papéis que vão-se redefinindo a cada passo: ora mãe, ora educadora, ora curadora, estabelecendo relações sociais, políticas e mesmo diplomáticas¹⁶.

¹⁴ OLIVEIRA, Eduardo David é graduado em Filosofia - UFPR e Pós Graduado em Culturas Africanas e Relações Inter-Étnicas na Educação Brasileira- Faculdades Integradas "Espírita".

¹⁵ SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Iyami, Iyá Agbás. Dinâmica da espiritualidade feminina em templos afro-baianos. p. 443

¹⁶ SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Iyami, Iyá Agbás. Dinâmica da espiritualidade feminina em templos afro-baianos. p. 44

“Como a mulher no Candomblé comumente dirige os “terreiros” na figura da valorixá, da mãe-de-santo, ela conhece todos os rituais e segredos da mística religiosa afro-brasileira, além de ser a responsável pela administração da “roça” Ora, “ aprendendo e ensinando a religião dos orixás, a mulher negra desenvolve suas próprias capacidades administrativas, políticas-sociais, humanas e religiosas.”¹⁷

A valorização da mulher não implica a dominação dos homens. No candomblé, apesar dos conflitos, não existe esta pulsão de eliminação do outro porque este outro é diferente. Como vimos insistindo, o que existe é a complementaridade das funções, e não o predomínio de um gênero sobre o outro. Isto só é possível porque na cosmovisão do Candomblé, a “existência dos orixás essencialmente femininos, de orixás essencialmente masculinos e de orixás ambivalentes ou andróginos, expressa uma compreensão profunda da própria sexualidade humana”.¹⁸

Notamos, assim, que a cosmovisão implícita do candomblé está em conflitos estruturais com a cultura do Ocidente. Seja pela valorização da mulher em sua dimensão política, religiosa ou social, seja pela compreensão do ser humano longe do binarismo homem-mulher, o candomblé apresenta-se com valores civilizatórios mais coletivos, mais integracionistas, mais humanos que os modelos ocidentais. Daí Sueli Carneiro e Cristiane Cury afirmarem que “a organização social do candomblé procurará reviver a estrutura social hierárquica de reinos africanos (especialmente de Oyó) que a escravidão destruiu, porém na diáspora esta forma de organização visará reorganizar a família negra, perpetuar a memória cultural e garantir a sobrevivência do grupo e, ainda, a transmutação nos deuses africanos será a fonte de sustentação dessas mulheres para o confronto com uma sociedade hostil”¹⁹

A violência contra mulher no âmbito da fé e em outras esferas precisa ser curada. Assim observo que em alguns templos ou terreiros na Cidade de Manaus vêm buscando organizar as mulheres. Fortalecendo sua cabeça e alma. Deixando, abrindo espaços para luta política social.

Pensando assim o Terreiro da Mãe Nonata abriga dois grupos de mulheres do axé. O Grupo Nossa Senhora da Conceição abriga, orienta e acompanha

¹⁷ SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Iyami, Iyá Agbás. Dinâmica da espiritualidade feminina em templos afro-baianos.

¹⁸ CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane. O poder feminino. p. 24.

¹⁹ CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane. O poder feminino. p. 26.

vítimas de violência. Há também as Yalodeis, que trabalham com formação nas comunidades, escolas, levando informação sobre os terreiros.

Para conhecer toda a história dos terreiros e unir forças contra a Intolerância Religiosa, assim foi constituída a cartografia dos terreiros da Cidade de Manaus. Desta forma podemos identificar quantas mulheres como minha avó Joana sofreram e sofrem.

Também nesse universo de mulheres fortes, solidárias e, com vontade de mudança observo alguns desafios: Tenho observado por onde passo que o tocador de tambor é chamado de Ogan, abatazeiros, abatas, enfim, de batedores de tambor. Mas o que me chama atenção é o processo de preparação desses homens para a liturgia, celebração, mística, culto e roda. Percebo que esses homens carregam segredos dos terreiros.

Os segredos dos tambores é um elemento sagrado da cultura. Eles unem os rituais para preparação, iniciação, para dança e oferenda. Os toques, os segredos dos toques, as regras para utilizar os Batas²⁰ sagrados, que são criaturas vivas, dispensam cuidados especiais.²¹

A força espiritual contida nos tambores, para mim, é a força do terreiro. É o que move a energia. É o que une a fé. O que vejo é que esse elemento de poder pertence ao universo masculino, e não às mulheres.

Lembro-me que uma vez no Terreiro de Santo Expedito, que é do meu tio Manoel, onde o meu pai Mario Jorge toca, fui impedida de tocar. Percebi neste momento que a mulher pode dançar, cantar, curar, fazer oferendas, receber os guias, mas o maior segredo está nas mãos dos homens.

Este é desafio para mulheres do axé. Esse elemento puro de segredo deveria ser democratizado, partilhado. Tata Anselmo²² diz: “Como todos nós sabemos, a religião do Candomblé é comunitária por excelência e todas as atividades desenvolvidas num terreiro são voltadas para melhorar a qualidade de vida e a auto-estima de seus seguidores”.

Penso que os Batás e seus segredos devem ser socializados e partilhados com as mulheres, fortalecendo as forças divinas dos orixás.

²⁰ Os tambores sagrados Batá foram introduzidos e desenvolvidos na terra dos Yorubás (Atual Benin – Nigéria) há aproximadamente 800 anos, para a celebração do Orixá Xangô. Tem provavelmente raízes em outras partes do continente africano, oriente médio e nordeste da Índia, onde também são comuns os tambores de duas peles.

²¹ Virginia Rodrigues., texto O Orixá Àyàn eo Tambor de Bata.

²² Anselmo José da Gama Santos, sacerdote do Terreiro Mokambo

BIBLIOGRAFIA

- CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane. O candomblé . Mimeo.
- CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane. O poder feminino. Mimeo.
- JARSCHER Haidi e NANJARÍ Castillo, Cecília. Religião e violência simbólica contra as mulheres. In: ST 62 Direitos Humanos, Democracia e Violência. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, agosto de 2008.
- RIBEIRO, Ronilda. Alma Africana no Brasil. Os Iorubás. São Paulo: Editora Oduwa, 1996.
- SCHRAIBER, Lilia Blima e D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. “A violência intrafamiliar e as mulheres: Considerações da perspectiva de gênero”. In: Conciencia Latinoamericana. v. XIV, n.o 12, octubre 2005. p.30-35.
- SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Iyami, Iyá Agbás. Dinâmica da espiritualidade feminina em templos afro-baianos. Mimeo.

O que espero da religião? Palavras que me *tragam para a vida!*

Mulheres tomam a palavra sobre religião e o discurso religioso na produção e na reprodução da violência sexista¹

MARGA J. STROHER²

A religião tem um potencial simbólico, um poder simbólico imensurável na relação que estabelece com as pessoas. Esse potencial pode tanto conformar as relações de sobreposição e submissão, legitimando assim a violência sexista, como vincular-se a discursos e práticas sócio-educativas e religiosas de autonomia do sujeito e superação das relações de submissão e da violência. Em nossa pesquisa, contudo, a primeira assertiva é a que se confirmou como predominante.

As religiões promovem a violência e a submissão das mulheres, seja pelos discursos religiosos, seja pelos textos sagrados e/ou suas respectivas interpretações, seja pelas práticas de exclusão e discriminação sexista. Determinado tipo de hermenêutica dos textos sagrados, geralmente feita pela liderança religiosa masculina, legitima a violência. A igreja como um todo tem uma dupla moral – e as mulheres também não estão isentas dessa duplicidade. Exemplo: no caso de estupro, é comum colocar a culpa nas mulheres, como se elas o tivessem provocado, fazendo prevalecer assim a imagem da mulher sedutora (Eva), que corrompe o homem para o pecado e o mau caminho. Com a imposição desta visão, os homens acabam isentados de seus atos, obscurecendo-se a responsabilidade que têm sobre eles.

¹ Este texto é resultado da pesquisa intitulada “O papel da religião e do discurso religioso na produção e na reprodução da violência sexista e a desconstrução do discurso e dos símbolos religiosos para a superação da violência”, apoiada pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, edital 045/2005 – Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, MCT/CNPq/PR-SMP, realizada entre 2006-2008.

² Doutora em teologia, professora, coordenadora do Programa Gênero & Religião, vinculado ao Núcleo de Pesquisa de Gênero e ao Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos na Faculdades EST, São Leopoldo/RS.

As liturgias e rituais que trabalham o âmago da subjetividade, do sentido da religiosidade e da intimidade da experiência religiosa veiculam símbolos e mensagens que concorrem para a emergência de um sentimento religioso costumeiramente subserviente à divindade masculina e às pessoas que a representam. Ilustra esta possibilidade a oração abaixo transcrita, que, atribuída a uma camponesa de Madagascar, enaltece o trabalho doméstico e a dedicação à família, entendidos nessa oração como serviços prestados ao Senhor, ou seja, serviços religiosos dedicados à divindade.

Oração de Uma Camponesa de Madagascar³

Senhor!
Dono das panelas e marmitas!
Não posso ser a santa que medita aos vossos pés.
Não posso bordar toalhas para o vosso altar
Então, que eu seja santa ao pé do meu fogão.
Que o vosso amor es quente a chama que eu acendi
e faça calar minha vontade de gemer a minha miséria.
Eu tenho as mãos de Marta.
Mas quero também ter a alma de Maria.
Quando eu lavar o chão,
lavai, Senhor, os meus pecados.
Quando eu puser na mesa a comida,
comei também, Senhor, junto conosco.
É ao meu Senhor que eu sirvo,
servindo minha família.

É significativo que o final desta oração coincida com alguns códigos domésticos encontrados no texto cristão do Novo Testamento, tratando-se quase de uma transliteração ou paráfrase dos mesmos. É interessante estabelecer-se uma comparação entre a oração e os trechos dos chamados códigos domésticos, presentes em duas cartas atribuídas ao apóstolo Paulo e destinadas a duas comunidades da antiga Ásia Menor (atual Turquia), uma em Colossos, “Carta aos Colossenses”, e outra, em Éfeso, “Carta aos Efésios”

- a) Trecho da oração de uma camponesa de Madagascar:
É ao meu Senhor que eu sirvo,
servindo minha família.

³ Registrada pelo frei dominicano Raimundo Cintra, que reuniu as mais belas orações de diversas culturas. Recebida através de mensagem eletrônica com apresentação de imagens e música em Power Point, cuja autoria é de: Ríia Ellwanger (riaellw@globo.com). Música de Deva Premal – Yemaya Assesu, utilizando imagens do CD The Essence Imagens: Getty Images. O slide é exclusivo de http://flori_jane.sites.uol.com.br/index.htm.

- b) “Carta aos Colossenses”: capítulo 3, versículo 18, referente às mulheres, e versículos 22-25, referente aos escravos: 3.18 Esposas, sede submissas ao próprio marido, como convém ao Senhor.

22 Escravos, obedecei em tudo ao vosso senhor segundo a carne, não servindo apenas sob vigilância, visando tão-somente agradar homens, mas em singeleza de coração, temendo ao Senhor.

23 Tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração, como para o Senhor e não para homens,

24 cientes de que recebereis do Senhor a recompensa da herança.

A Cristo, o Senhor, é que estais servindo;

25 pois aquele que faz injustiça receberá em troca a injustiça feita; e nisto não há aceção de pessoas.

- c) “Carta aos Efésios”, capítulo 5, versículo 22 referente às mulheres e capítulo 6, versículo 5-8, referente aos escravos.

5,22 As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor.

6.5 Quanto a vós outros, escravos, obedecei a vosso senhor segundo a carne com temor e tremor, na sinceridade do vosso coração, como a Cristo,

6 não servindo à vista, como para agradar a homens, mas como escravos de Cristo, fazendo, de coração, a vontade de Deus;

7 servindo de boa vontade, como ao Senhor e não como a homens,

8 certos de que cada um, se fizer alguma coisa boa, receberá isso outra vez do Senhor, quer seja escravo, quer livre.

Estes textos são transcritos por terem sido, em alguns momentos, mencionados por algumas mulheres entrevistadas⁴ como aqueles que, utilizados pelos discursos religiosos, legitimam a submissão e a violência que contra elas são praticadas. Fazem parte de um corpo de doutrina ou são regras de comportamento e/ou de deveres que orientam as relações homem-mulher, pai e mãe-filhos e filhas, senhores-escravos e aquelas existentes entre as categorias sociais que conformam a estrutura do antigo oikos greco-romano. Este corpo de doutrina ou regras de comportamento é comumente chamado de catálogos ou códigos domésticos. Sua forma e conteúdo guardam semelhança com a filosofia aristotélica – presente em todo pensamento filosófico hegemônico do mundo greco-romano, inclusive, da filosofia estóica e judeu-helenista –, em virtude da compreensão da casa/oikos como lugar privilegiado para o exercí-

⁴ Entrevistas realizadas com algumas mulheres atendidas pelo Ceantro Jacobina – Apoio e Atendimento à Mulher, em São Leopoldo/RS, em 2007.

cio das relações sociais mantenedoras da estrutura patriarcal da sociedade e do Estado. São, na verdade, fórmulas de regulamentação das relações familiares, e que se tornaram também normativas no âmbito religioso, porque, atribuídas à vontade da divindade, são parte do discurso religioso, portando, assim, um caráter sagrado.

Estes códigos familiares, ainda invocados como normativos, indicam que o ethos familiar e o ethos religioso acompanham os indivíduos no processo que promovem de estruturação da organização sócio-familiar e na elaboração de sua identidade, de sua conduta moral e do seu posicionamento frente ao mundo. Ao mesmo tempo, estes códigos demonstram o potencial da religião ao pretender construir um ethos familiar que corresponda a seus discursos e às regras que institui, numa tentativa de impedir que as pessoas se reconheçam sujeitos de suas ações e escolhas, como se fossem destituídas da capacidade de discernimento. A religião acaba por manter as pessoas reféns de dogmas cristalizados em modelos familiares que não correspondem à sua realidade, uma vez que os novos arranjos organizacionais e relacionais das famílias e as escolhas religiosas são cada vez mais individuais e menos vinculadas a escolhas próprias do grupo familiar. Assim, a religião, com seus discursos, suas regulamentações éticas e seus textos sagrados, participa do processo da produção da violência. Tal possibilidade se expressa tanto no contexto do cristianismo como no de outras religiões, especialmente as chamadas religiões do livro – judaísmo, cristianismo e islamismo. Wafá Sultan, por exemplo, fala do potencial de violência do islamismo e desabafa: “Cheguei a um ponto em que não há mais volta. Não tenho escolha. Estou questionando cada ensinamento do Corão.”⁵

A religião e seus textos sagrados são, em muitos casos, determinantes no processo de produção da violência simbólica, de manutenção e de legitimação de relações de subordinação. A religião e seus textos sagrados tocam os símbolos, as convicções e a produção de sentidos da vida. Isso porque ela atua na produção e reprodução de sistemas simbólicos que exercem influências sobre as relações sociais de gênero e sobre a representação sócio-religiosa do masculino e do feminino. A religião produz e reproduz a violência, e, mais que isso, a sacraliza. Funciona, desta forma, como cúmplice do processo de socialização de homens e mulheres e veículo legitimador de relações assimétricas e da naturalização da violência de gênero.

A interferência da religião nos direitos das mulheres e nas decisões tomadas a seu respeito se torna explícita em algumas políticas públicas e, até

⁵ Entrevista publicada por CAVALLARI, Marcelo Musa. A culpa é da religião? *Época*, n. 409, 20 de março de 2006, p. 52.

mesmo, na efetivação de legislação que visa sua proteção. Entidades vinculadas a organizações religiosas ou de fundamentação religiosa com força política o suficiente para pressionar o Estado, como é o caso do movimento Pró-Vida,⁶ não dispensam argumentos religiosos nem tampouco recursos discursivos e, até mesmo, financeiros, para desqualificar ou tentar minimizar a discussão a respeito desses direitos e/ou impedir a implementação de alguns, como o uso da camisinha (confira o projeto Respostas religiosas à epidemia HIV/AIDS) e de contraceptivos, a descriminalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, entre outros.

Um caso não muito divulgado, registrado por Cecília de Mello e Souza e Leila Adesse na publicação *Violência Sexual no Brasil*,⁷ mostra como a pertença ou afiliação religiosa de um governante pode cercear as mulheres em seus direitos e decisões. Ou seja, não é respeitada a condição laica do Estado, apesar de garantida pela Constituição Federal. Exemplifica este desrespeito não informar às mulheres sobre seus direitos. No início do Governo de Antonio Garotinho, no Rio de Janeiro, por exemplo, a mulher não era informada sobre seu direito de interromper a gravidez pós-estupro. As autoras deste trabalho contam que houve “resistência dos policiais e dos médicos em relação à informação que deveria ser oferecida às mulheres este seu direito, alegando posturas religiosas. A solução para este problema foi a obrigatoriedade de se afixar um cartaz informativo sobre esse direito em cada delegacia.”⁸

Outro exemplo da intervenção da religião no fórum íntimo das pessoas e, portanto, em suas escolhas, é a que aparece até mesmo em decisões judiciais, como foi documentado pelo filme *Habeas Corpus*.⁹ Através dele se acompanha o drama de uma jovem mulher, chamada Tatielle, que vive em Morrinhos, no interior de Goiás, e que, grávida de cinco meses de um feto que, como se constatou, não sobreviveria até o parto, não pôde interromper a gravidez por força de um habeas corpus impetrado por um padre chamado Lodi. Tatielle já se encontrava em Goiânia em processo de parto induzido, quando, por autorização da Justiça, este processo teve de ser interrompido. Isso porque o juiz acatou o apelo desse representante de uma instituição religiosa. Religião e Justiça uniram-se, neste caso, para manter um processo de parto sem sentido,

⁶ Grupo vinculado a Human Life Internacional, tem em seu sítio eletrônico (www.providafamilia.org.br) uma aba ‘Como ajudar’ com dois itens: 1. Divulgando informações e 2. Contribuindo financeiramente. Cabe registrar que, em seu próprio sítio eletrônico, esse grupo faz ataques fulminantes às feministas..

⁷ SOUZA, Cecília de Mello e, ADESSE, Leila. *Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria especial de políticas para Mulheres, 2005, p. 83-84.

⁸ Confira SOUZA, Cecília de Mello e, ADESSE, Leila. *Violência Sexual no Brasil*, p. 84. Grifo meu.

⁹ DINIZ, Débora, NAVARRO, Ramon. (Dir.). *Habeas Corpus*. Documentário lançado em 2005, pela *ImagensLivres* e pela ANIS – Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

causando sofrimento interminável a esta mulher, que, retornando a Morrinhos, agonizou durante cinco dias até que o feto nascesse num parto (aborto) chamado ainda natural pelos médicos. Tatielle, seu companheiro José Ricardo e sua família lutaram para que esse processo fosse assistido e transcorresse de forma ágil, pondo fim a esse sofrimento, mas os médicos recuaram, temendo ser acusados pela Justiça da prática de ato ilegal.

A laicidade do Estado também não é respeitada pelo magistrado e tampouco é impedido o uso de convicções e crenças pessoais no posicionamento e no julgamento dos casos de violência. Exemplo disto é o relato de uma mulher em situação de violência grave que, ao ser atendida em audiência, ouviu da juíza que esse era seu carma (a violência sofrida), porque ela deveria passar por este sofrimento, porque estava “pagando” por algo errado ou pelos atos ruins que praticou em vida anterior. Seu sofrimento pela violência contra ela praticada a “habilitaria” a reencarnar numa próxima vida em condições melhores. Esta juíza utilizou sua crença espírita como parâmetro para um julgamento jurídico,¹⁰ atitude esta que guarda correspondência com a associação que a tradição cristã promove entre o sofrimento da mulher e a cruz de Cristo. Seu sofrimento com a violação de seus direitos e a própria violência é o fardo que ela tem de carregar, assim como Cristo carregou sua cruz. Mesmo que outras igrejas ou crenças não tenham este símbolo, elas tendem a reforçar a idéia de que a violência à qual a mulher é submetida e o sofrimento que isto acarreta é o seu fardo. A frase “seu fardo é pesado e você tem que carregar”¹¹ ilustra bem esta idéia.

Segundo a “Folha de S. Paulo, o juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, de Sete Lagoas/MG, recusou-se a aplicar medidas contra homens agressores. Segundo consta desse jornal, que teve acesso a uma das sentenças, precisamente aquela prolatada em 12 de fevereiro de 2007, que chegou ao Conselho Nacional de Justiça, o referido juiz lançou mão de uma sentença-padrão para outros pedidos de autorização para adoção de medidas de proteção contra mulheres sob risco de violência doméstica, sugerindo que o controle sobre a violência contra a mulher “tornará o homem um tolo”. De acordo ainda com esta matéria, este juiz considera a Lei Maria da Penha inconstitucional e diabólica. E, para fundamentar tal posicionamento, se utiliza de argumentos religiosos, baseados em construções teológico-culturais a partir do texto do Gênesis sobre o surgimento da humanidade e a condição da humanidade masculina de Jesus, ambos encontrados na Bíblia Judaico-Cristã, para tecer sua posição e decisão jurídica:

¹⁰ Relatado por Yara Stockmanns, ex-coordenadora do Centro Jacobina – Apoio e Atendimento à Mulher, vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres da Prefeitura de São Leopoldo/RS.

¹¹ Entrevistada B.

Ora, a desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher, todos nós sabemos, mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem (...).

O mundo é masculino! A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus foi homem!”¹²

Para além das ideologias religiosas que permeiam processos e julgamentos, é enorme a dificuldade que a mulher enfrenta para receber atendimento jurídico adequado e encaminhamento efetivo, mesmo com o amparo da Lei Maria da Penha, que prevê medidas de proteção para mulheres em situação de violência e medidas punitivas para seus agressores. É o que destaca uma das entrevistadas, que, ao ser perguntada se o marido estava preso por estar enquadrado na Lei Maria da Penha, assim respondeu:

Não, eu tenho cinco processos de violência doméstica, como é aquele outro? contra a liberdade pessoal, mas nenhum...amanhã tem uma audiência da tentativa de estrangulamento do ano passado e a audiência vai ser amanhã. Desde novembro, vai dá um ano bemdize... e tentativa de estrangulamento pra mulher caiu como lesões corporais leves, olha que chique. É aquele juiz, quando eu olho pra cara dele só penso assim, tomara que a tua filha não apanhe nunca, porque ele não escuta, ele só olha pra mim assim ó: A senhora quer continuar com o processo? Eu digo sim, quando e vou falar o argumento ele se levanta e sai só pega e diz pra escrevê não sei o que.¹³

Isso mostra a importância das leis e das medidas de proteção, da vontade política e jurídica por parte dos profissionais do Poder Judiciário, e, também, de hermenêuticas adequadas e encaminhamentos efetivos para que as mulheres não fiquem esperando indeterminadamente resolver suas questões e ver garantido os seus direitos. A forma de tratamento e encaminhamento pode ser modificada, mas é necessário que ocorra uma mudança estrutural e de mentalidades, a partir e no interior do Poder Judiciário. Isso porque as mentalidades também sustentam estereótipos de gênero, convicções religiosas, modelos de família e a visão moralista de determinadas sociedades. Estes são fatores que influenciam

¹² Reportagem publicada pela Folha de São Paulo, em 21 de outubro de 2007, no suplemento Cotidiano, e divulgada na mesma data na página da UOL – www.uol.com.br.

¹³ Entrevistada C. Entrementes a Comarca de São Leopoldo tem uma juíza (Camila Luce Madeira), que faz parte da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e tem sido extremamente cuidadosa com os casos de violência doméstica, incluindo as crianças, e tomando todas as pessoas envolvidas como sujeitos, inclusive ao agressores, o que muda consideravelmente o tratamento e os encaminhamentos jurídicos necessários.

a tomada de decisões, como se apontou acima. Nesse sentido, é importante considerar, conforme aponta Rita Segato:

[...] não somente a lei e a moral, como conjunto de normas discursivas devidamente enlaçadas, podem ser impulsionadas pelo sentimento ético na direção de um bem maior entendido desde a perspectiva do outro menos-prezado e vitimado, senão que a lei também pode impulsionar informar, sensibilizar esse sentimento ético e mudar a moral que sustenta os costumes e o esquema hierárquico da sociedade.¹⁴

A entrevistada acima mencionada, ao falar da igreja que freqüentava declarou que nela se sentia presa e privada de sua individualidade, até mesmo no se vestir:

Sei a gente tem que ta seguindo...O pastor ta falando e tu não pode ter visão ampla, tu tem que seguir aquilo senão tu é pecadora, tu não tem a liberdade, é o que eu sentia, senti que não tinha liberdade, não podia usar saia curta, não podia cortar cabelo, não podia usar um brinco, não podia usar batom, não podia conversar com o esposo da irmã porque já era... Tinha que falar com a irmã para irmã falar com o marido dela o que tu queria falar se não tu já era uma vulgar dentro da igreja [...] ali eu senti a violência, porque a mulher tem que obedecer ao marido, o irmão pode cuidar a saia da mulher mais curtinha, mas a mulher dele tem que ta com a saia lá nas canelas se não o outro irmão vai cuida a saia dela, é poucas coisas, mas que tu vai percebendo.¹⁵

Como sabemos, os modos de usar os cabelos, os penteados e os estilos ou cortes das roupas estiveram, ao longo de toda história, vinculados ao papel social que se desempenha. A roupa e o cabelo fazem parte das ordens definidoras dos papéis de gênero e a distinta demarcação que promovem significa controle sobre o corpo e a sexualidade ou nele resultam. O cabelo se equipara ao vestuário na composição corporal e na imagem que a mulher e/ou o homem produzirão, e, conseqüentemente, na representação social de gênero “O penteado transforma os cabelos em peça de vestuário, em objeto de arte e de moda.”¹⁶....

No adestramento do corpo, faz parte o controle dos cabelos – longos, tosquiados ou escondidos. Como vemos ao longo da história, enquanto dos

¹⁴ SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes. 2003, p. 126.

¹⁵ Entrevista C. Gripo meu.

¹⁶ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 59.

homens se esperava que usassem cortes curtos, e das mulheres, que mantivessem seus cabelos longos, dos escravos e das escravas, das detentas e dos detentos, das pessoas confinadas em manicômios e em campos de concentração e dos militares em geral, se requeria que seus cabelos fossem tosquiados, como parte da higiene e da disciplina.

Os cabelos, antes de mais nada, são uma questão de pilosidade. O pêlo está duplamente colado ao íntimo: por sua penetração interna, por sua proximidade com o sexo. Suas raízes penetram no corpo, no “Eu-pele” (...) essa fina película que limita interior e exterior. O pêlo recobre o sexo.¹⁷

Quando mulheres decidem cortar seus cabelos o fazem como protesto, afirmação ou emancipação. O corte de cabelos curtos significa equiparação aos homens. Cortar os cabelos é sinal de emancipação das mulheres. As primeiras a cortar os cabelos foram estudantes russas. Isso significava liberação política, liberação dos costumes, afirmação de um safismo andrógino ou extrema feminilidade.¹⁸ “Os cabelos das mulheres ainda são uma questão em pauta. Como se o destino do mundo repousasse sobre suas cabeças.”¹⁹ Assim como os cabelos, a roupa é parte inerente do controle sobre o corpo, mas ela também confere poder. A vestimenta não é somente uma forma de cobrir o corpo, porque também é uma forma de mostrá-lo, diz Alicia Fernández. “Vestimos o corpo para reconstruir a nossa corporeidade, (...) para sermos autores [autoras] de nossa corporeidade e dar-nos o prazer de domínio que isto implica.”²⁰

Em todas expressões religiosas a composição corporal através do vestuário e da ornamentação do cabelo tem importância e constitui tanto a moda (habitus) como os modos de comportamento. Embora em alguns cultos, como aqueles realizados em honra às deusas Ísis e Ártemis, a vestimenta e os penteados elaborados fossem bem-vindos, em contextos do cristianismo antigo e da filosofia helenista – os que mais marcaram a moral e a cultura religiosa ocidental – a modéstia no vestir era apreciada, especialmente como qualidade das mulheres. Tertuliano faz distinção entre o adereço (cultus), que são o ouro, a prata, as jóias e o vestuário, e o enfeite (ornatio), que corresponde ao tratamento do cabelo, da pele e das partes do corpo “que atraem os olhares”. Essas são as duas espécies constitutivas do que ele chama Moda Feminina e corresponderiam

¹⁷ PERROT, p. 51.

¹⁸ PERROT, p. 59.

¹⁹ PERROT, p. 62

²⁰ FERNÁNDEZ, Alicia. A mulher escondida na professora: um a leitura psicopedagógica do ser mulher. Porto Alegre: Artmed, 1994, p. 96.

aos crimes de ambição e de prostituição, respectivamente, pois vão de encontro aos princípios considerados de humildade e de castidade.²¹

A roupa pode ser sinal de status, poder ou pertença a determinado grupo social ou religioso e adquire importância para a distinção da atuação e para a representação ou a performance de papéis sociais e sexuais. “A superfície do corpo é o lugar para a exibição da diferença”; o corpo é uma característica da identidade social.²² A fabricação de um corpo religioso constitui-se em censura social e religiosa a partir de um espelho normativo. Comumente os homens tornam-se o espelho das mulheres e a memória de seus corpos, e a perspectiva da descrição masculina dominante sobre a moda e os modos de comportamento e a apresentação física das mulheres e dos demais homens mostram “o papel do corpo e o seu adorno em localizar as fronteiras de gênero e as respectivas hierarquias de poder sexual e social”.²³

A formatação dos corpos torna-se crucial nos discursos tanto sobre os ideais morais greco-romanos como do cristianismo nascente e, também, acerca do delineamento dos corpos e do comportamento socialmente adequado. Esses discursos vão formatando e delimitando as experiências dos corpos a partir da disciplina, do controle e do exercício de poder sobre ele. Essa socialização dos corpos efetiva uma interiorização dos limites impostos como se fossem naturais e sagrados. Essa idealização raramente considera o corpo em sua dinâmica e potencialidade de vida, dor e sofrimento, alegria e prazer, pois o trata como se fosse uma matéria inerte, portadora apenas de determinadas funções biológicas e sócio-culturais, particularmente no caso do corpo feminino.

Deparamo-nos cotidianamente com uma construção corporal através de cabelos e roupas, com a fabricação de um corpo religioso pelas mulheres e homens pertencentes às mais diversas religiões que atravessam nossas ruas e nossos olhares. Cabelos e roupas podem ser marcas de distinção e construção de uma identidade própria, mas são também representações de um controle religioso, geralmente instituído por regras sobre as quais os sujeitos implicados não têm qualquer controle ou participação. O controle dos corpos é parte constitutiva do exercício do poder, bem como da produção do saber.²⁴

²¹ TERTULIANO, A moda feminina – De culto feminarum. Tradução por Fernando Melro. Lisboa :Verbo. 1974, I, 4.2

²² WYKE, Maria. Woman in the mirror: the rhetoric of adornment in the Roman World. In: ARCHER, Léonie J., FISCHLER, Susan, WYKE, Mary (Ed.) Women in Ancient Societies : an illusion of the night. New York : Routledge, 1994. p. 134-135.

²³ WYKE, p. 147.

²⁴ Confira FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. v.1: A vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. Sobre a questão da fabricação do corpo a partir do vestuário nas religiões e, sobretudo,

Ao considerarmos o potencial do vestuário e dos penteados na construção e reconstrução da corporeidade e dos papéis de gênero, não mais se estranha o fato de as religiões se ocuparem tanto com a “moda” das mulheres – a forma como elas apresentam os cabelos, as roupas e os acessórios e o que estes representam a partir da construção dessa composição corporal. Por isso, o uso de saia, cabelo curto, brinco e batom devem ser proibidos como forma de controle dos corpos – a mulher dele tem que tá com a saia lá nas canelas, se não o outro irmão vai cuidar da saia dela – e de delimitação da autonomia e da liberdade das mulheres e demarcação da correspondência do papel masculino ao que é moral e religiosamente considerado adequado.

As entrevistadas mostram como vão sinalizando os papéis de gênero que precisam desempenhar nos diversos espaços de interação e de relacionamento social e interpessoal:

Se a gente abrir um diálogo com um homem, um diretor seja do segmento que for, dentro de uma Igreja, ou no trabalho, ou na família, a gente tem que tomar cuidado porque a gente é taxada por metida.

Essa pressão a gente sente em casa, essa ferida, a discriminação, do preconceito, do poder de querer falar mais alto; por exemplo, ele não admite que hoje, ele tinha o carro dele, eu tenho o meu por que eu trabalho, ele perdeu a carteira por causa da bebida, ele não pode dirigir, e não admite andar do meu lado, ele se sente pequeno, isso me incomoda bastante.²⁵

A religião não apenas produz e reproduz a violência; além de silenciar sobre a própria violência produzida ou legitimada, também a sacraliza, a santifica. Símbolos, imagens, ritos, textos, discursos, interpretações e declarações religiosas vão, pouco a pouco, conformando a vida das pessoas e levando-as à submissão. Uma das entrevistadas de nossa pesquisa assim se expressou acerca da força da religião e de seus textos sagrados para justificar a violência e estabelecer relações de submissão:

... esse namorado falou pra mim: ó quando a gente casa no casamento a mulher é submissa ao homem porque tá escrito na Bíblia, porque a mulher

no cristianismo, veja STRÖHER, Marga. Corpos, saberes e poderes nas primeiras comunidades cristãs – uma aproximação a partir das “Cartas Pastorais”. In: STRÖHER, Marga J., DEIFELT, Wanda, MUSKOPF, André S. (Org.). *À flor da pele: Ensaio sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal/CEBI, 2004, p. 105–136, e STRÖHER, Marga J. *Autoretrato con el pelo cortado: a fabricação de um corpo estético de rupturas*. In: EGGERT, Edla. (Re)leituras de Frida Kahlo: por uma ética estética da diversidade machucada. Santa Cruz do Sul: EDIUNISC, 2008, p. 121–138.

²⁵ Entrevistada B.

tem que obedecer ao homem; porque ele levava ao pé da letra o que estava escrito desconsiderando o resto.

... faz tempo que eu li essa passagem, mas são passagens, versículos, não o livro inteiro de Timóteo, então são partes que as pessoas pegam de textos bíblicos e reproduzem violência com isso, usam pra justificar, não que seja a intenção do texto produzir e reproduzir violência, mas o uso que se faz do texto.²⁶

A violência está embutida no discurso religioso, pois ele conforma e veicula valores simbólicos com vistas a legitimá-la. A cultura religiosa ocidental está carregada de valores, símbolos, costumes, modelos, padrões de comportamento, que, se não produzem a violência, tendem a justificá-la ou mascará-la. Contudo, no depoimento recolhido, a conexão entre religião e violência é assumida como possibilidade real. Outra entrevistada assim se expressou acerca do impacto de determinadas palavras do texto sagrado, no caos a Bíblia:

[...] certas coisas nos escravizam um pouco, a violência em si, mais ainda a violência contra a mulher que muitos tempos atrás muitas palavras e costumes na Bíblia e ainda hoje me deixava meio apavorada e muitas vezes meio excluída, como agora também, mas tempos atrás era pior ainda e conhecendo agora um pouco mais as palavras, o que elas querem dizer e tudo já melhorou bastante.²⁷

A violência doméstica, sexista ou de gênero está, em muitos casos, amparada e justificada pelas doutrinas religiosas ou pelos textos sagrados, como uma das entrevistadas apontou: “Quase todas as igrejas nos dizem que as mulheres têm que ser submissas, a própria Bíblia sagrada nos coloca numa posição de submissão”.²⁸ Para outra entrevistada, está explícita a dupla violência, a doméstica e a da religião, e ambas aliadas contra a mulher:

No meu caso de violência tem os dois lados, tem a violência que eu sofria do marido enquanto eu gostava dele, e eu tava na Igreja Evangélica. Na Igreja evangélica tinha a “violência” que eu sofria porque tinha que me submeter ao marido e as doutrinas da igreja [...].

[...]

Sim, tinha reunião de doutrina, eles falavam que a mulher tinha que respeita o homem, que o homem tinha que respeita a mulher, e que certas

²⁶ Entrevistada A.

²⁷ Entrevistada B. Grifo meu.

²⁸ Entrevistada B.

coisas não podia fazer, porque era coisa do diabo, como tu vai fazer aquilo se é coisa do diabo?²⁹

Nesse depoimento, a entrevistada aponta para algo que é bastante comum no apelo ao controle do corpo da mulher: a violência moral, normalmente aliada ao discurso religioso e jurídico. A violência moral, segundo Rita Segato, seria “o conjunto de mecanismos legitimadas pelo costume para garantir a manutenção do status relativos entre os termos de gênero [...] e que operam também no controle da permanência de hierarquias em outros âmbitos, como o racial, o étnico, de classe, o regional e o nacional.”³⁰ Como se apresenta de forma mais dissimulada e quase imperceptível ou socialmente aceitável, a violência moral ou psicológica é mais difícil de ser denunciada, sendo por isso um dos aspectos menos trabalhados na questão sobre os direitos humanos das mulheres e, mesmo, nas campanhas de prevenção e superação da violência contra mulheres, alerta esta autora. A violência moral ou psicológica envolve agressão emocional, entre elas a ridicularização, a coação, o assédio, a suspeita, a intimidação, a condenação da sexualidade, a desvalorização cotidiana da mulher como pessoa, de sua personalidade e seus traços psicológicos, de seu corpo, de sua capacidade intelectual, de seu trabalho, de seu valor moral, a redução da auto-estima, da confiança e da autonomia. E a autora continua: “A violência moral é o mais eficiente dos mecanismos de controle social e de reprodução das desigualdades”. E sua eficiência na reprodução da desigualdade de gênero é garantida por alguns aspectos que a caracterizam:

- a) sua disseminação na sociedade, o que garante sua “naturalização” como parte dos comportamentos considerados normais ou comuns;
- b) seu enraizamento em valores religiosos ou familiares, que permite sua justificação;
- c) a falta de nomes ou outras formas de designação e identificação da conduta, que resulta na quase impossibilidade de assinalá-la e denunciá-la e impede, assim, suas vítimas de se defenderem e de buscar ajuda.³¹

Por isso, quando nossa entrevistada denuncia que os líderes religiosos, nas “reuniões de doutrina”, enfatizavam que a mulher tinha que se “submeter ao marido e às doutrinas da igreja” e que a mulher deve respeitar o homem, da mesma forma que o homem deve respeitar a mulher, apontando que determinadas coisas devem ser evitadas – e leia-se, sexo com prazer –, pois são coisas do

²⁹ Entrevistada C.

³⁰ SEGATO, p. 107..

³¹ SEGATO, p. 114 e 115.

diabo, estes líderes nada mais estão fazendo senão exercer uma coação moral a partir de sua legitimidade ou de seu poder como líder religioso, representante do sagrado. Essa atitude tem um efeito enorme sobre a subjetividade e o comportamento das pessoas.

Mas a religião serve apenas como cúmplice da violência ou também como potencial ou aliada para sua superação? A importância da religião fica evidente nas entrevistas. Nenhuma das entrevistadas, mesmo assumindo um posicionamento crítico, desconsiderou sua importância.

A religião pra mim é a busca da espiritualidade, algo maior, a busca em algo que eu me apóie. Que no caso é Deus, independente da idéia que se tenha de Deus.³²

Eu acho que é muito importante a religião na vida da gente, pra qualquer ser humano, se a vida já é meio difícil já tendo uma fé uma religião, uma coisa assim e sem isso daí eu acho que piora muito mais a vida da gente.³³

A possibilidade de uma releitura ou uma hermenêutica da suspeita, como faz a hermenêutica feminista, pode criar a oportunidade para a descoberta de textos sagrados que valorizam o papel ativo das mulheres no espaço religioso ou para a desconstrução dos textos em seu potencial opressor, mesmo daqueles que explicitamente fazem um discurso que defende a opressão das mulheres e outros grupos marginalizados. Uma das entrevistadas, em seu depoimento acima registrado, faz esse exercício, indicando que muitas vezes não é o próprio texto, mas, sim, o uso que deste se faz que o torna potencial como reproduzidor de violência:

[...] faz tempo que eu li essa passagem, mas são passagens, versículos, não o livro inteiro de Timóteo, então são partes que as pessoas pegam de textos bíblicos e reproduzem violência com isso, usam pra justificar, não que seja a intenção do texto produzir e reproduzir violência, mas o uso que se faz do texto.

No contexto islâmico há mulheres tentando buscar possibilidades de resistência e autodeterminação. Yenni Wahid, uma indonésia militante na política partidária, declara: “um islã democrático, pluralista, multicultural e tolerante’ é não só possível, como a melhor solução para os países muçulmanos. ‘Um islã universal que deseja a justiça e a prosperidade para todos.’”³⁴ E já há diversas

³² Entrevistada A.

³³ Entrevistada C.

³⁴ Publicada por CAVALLARI, Marcelo Musa. A culpa é da religião? *Época*, n. 409, 20 de março de 2006, p. 52.

mulheres que se destacam por denunciar o islã por seu radicalismo religioso: Irshad Manji, de família indiana, nascida em Uganda, rompeu com a religião por causa de sua homossexualidade e da defesa de homossexuais islâmicos; Taslima Nasrin, escritora paquistanesa, de família muçulmana, tornou-se feminista radical e critica o papel limitado das mulheres nos países de maioria islâmica; Ayaan Hirsi Ali, nascida na Somália, tornou-se deputada na Holanda e escreveu o roteiro para um filme sobre a opressão de mulheres no islã.³⁵ E Siba Shakib, escritora e cineasta iraniana, relata a biografia de uma mulher afegã, Shirin-Gol, que enfrentou o talibã em busca de segurança e uma vida melhor para seus filhos e filhas.³⁶ Como estes, inúmeros outros exemplos poderiam ser dados.

Por que as mulheres continuam a filiar-se e permanecer vinculadas à religião, mesmo reconhecendo seu potencial produtor de violência? Uma tentativa de compreensão dessa questão é perceber que, ao mesmo tempo em que há, por parte das mulheres entrevistadas, um reconhecimento do papel da religião enquanto produtora de sentidos de vida e construção de valores relevantes para as relações humanas, há uma tendência de abandono ou troca da religião quando esta não mais responde às expectativas ou não mais corresponde às necessidades pontuais, no caso, à necessidade de ajuda na situação de violência por elas sofrida. As mulheres em situação de violência, tendo no corpo as marcas da dor, buscam alternativas religiosas que respondam às suas necessidades físicas e religiosas. Para algumas delas, ao menos, não há problema em fazer uma migração ou uma desterritorialização religiosa na busca de espaços e experiências religiosas alternativas, ou até mesmo de frequentar diversos espaços religiosos simultaneamente.

[...] e depois que eu me livrei dos dois, do marido e da Igreja que eu não podia frequentar mais, porque eu saí, porque não seguia mais as doutrinas, daí eu fui pra [...] que também é evangélica só que não tem aquela rigidez toda. Numa a sensação é que em uma eu era presa e na outra eu me senti totalmente bem, apesar de não ta indo agora.³⁷

A busca por outros espaços de vivência religiosa torna a mulher exigente e está vinculada à condição de não ser conduzida por um discurso em favor da submissão das mulheres e à necessidade de ser respeitada, conforme podemos verificar no depoimento seguinte;

³⁵ Confira CAVALLARI, Marcelo Musa. A culpa é da religião? *Época*, n. 409, 20 de março de 2006, p. 52.

³⁶ SHAKIB, Siba. *Do outro lado do destino. a história de coragem, força e determinação da mulher que enfrentou o talibã..* São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2003.

³⁷ Entrevistada C.

[...] eu estou lá há seis meses, o importante é que eu estou me sentindo bem e que o que estou buscando, eu estou conseguindo que é a minha comunhão com Deus, mas sinceramente eu acho muito pouco, eu estou atenta porque eu quero uma coisa maior dentro da religião, mas a princípio está bom, é claro que, se eu notar, por exemplo, que em algum momento eu vou ser de novo, digamos que, assim meio empurrada pra submissão ou tipo assim: tu tem que seguir por aqui ,não esse freio eu não quero, a gente tem que ser respeitada como mulher em qualquer lugar, como pessoa, como mulher...³⁸

Outra situação relatada é o caso da necessidade de troca, não de igreja, mas de comunidade da mesma confissão religiosa em virtude da discriminação sofrida por não ser casada na oficialidade, o que a impedia, por exemplo, de participar da Eucaristia, segundo a doutrina católica:

Eu viuei muito cedo, eu criei três filhos, uma adotiva e dois meus, eu tive um companheiro que o meu pároco desaconselhou a continuar com ele em função de que nós não éramos casados legalmente, porque ele era uma pessoa que já tinha casado e não poderia casar na igreja comigo para que eu pudesse participar na santa hóstia, por exemplo, comungar... eu achei aquilo muito pesado.

[...] eu parei de freqüentar aquela comunidade e passei pra outra, porque eu busquei um outro padre, com idéias mais liberais, porque eu fiz algumas pesquisas e encontrei alguém que me disse para ir em outra igreja [...] que o importante era eu saber o que fazia, e o que pesava mais no meu íntimo, e eu realmente não sou muito afim de fazer aquela disciplina, tem que ver bem as coisas, eu achei isso pesado, isso dai contribuiu bastante para que eu me afastasse um pouco, mas hoje a maioria das religiões ainda tem presente essa questão (não aceitar um segundo casamento).³⁹

As mulheres entrevistadas falam de suas “trocas” religiosas, mudanças ou intercâmbios religiosos. Há entre pesquisadoras(es) da religião ou do fenômeno religioso expressões para nomear esse tipo de movimento inter-confessional, como trânsito – na ótica da conversão, no sentido de ruptura ou adoção de um novo ethos – ou passagem – “existência de um espaço fluído e sincrético de constante interlocução nos percursos individuais que se dirigem de uma religião a outra”.⁴⁰ Proponho o conceito de territorialidades, visto que há um forte vínculo entre religião e espaço, entre religião e território.

³⁸ Entrevistada C.

³⁹ Entrevistada B.

⁴⁰ Conforme GOMES, Edlaine de Campos. Família e trajetórias individuais em um contexto religioso plural. In: DUARTE, Luiz Fernando ET AL (Org.). Família e Religião. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2006,

As características de cada região/grupo influenciam na construção religiosa. A religião precisa de um lugar, ela é construída a partir de um lugar. Há uma geografia, uma cartografia religiosa. “Os espaços apropriados efetiva e afetivamente são denominados territórios. Territorialidade, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos, no sentido de controlar os territórios.”⁴¹ Contudo, a territorialidade religiosa não necessariamente passa pelo espaço físico. Há a territorialidade das relações, dos símbolos, das linguagens; tempos e lugares formam os ritos religiosos que não necessariamente se identificam com lugares fixos, mas com múltiplos lugares, envolvendo a corporeidade. Segundo a antropóloga colombiana Clara Lucia Grisales Montoya:

Territorialidade é categoria antropológica que supera a idéia de espaço físico, referindo-se a toda a gama de características que definem o espaço de encontro de um grupo social: signos, simbolismos, dinâmicas interpessoais, rituais, protocolos, linguagens, etc., sendo assim, o próprio corpo uma territorialidade inserida em territorialidades múltiplas.⁴²

O deslocamento religioso que as mulheres em situação de violência fazem não implica um vazio ou a falta de territórios ou fronteiras religiosas. Há um movimento de desterritorialização, mas também de reterritorialização em outro território religioso. “A desterritorialização não significa porém o “fim das fronteiras” ou o “esvaziamento do espaço”. Seria mais correto dizer: ela propicia a diluição das fronteiras conhecidas através da criação de novos contornos.”⁴³ Esses novos contornos que as mulheres procuram constituir são decisivos no processo de superação da violência, mesmo que essas fronteiras sejam volúveis, ou seja, não sejam permanentes, e que ocorra um constante mo-

p. 194, citando, respectivamente, MACHADO, Maria das Dores Campos e MARIZ, Cecília. Mudanças recentes no campo religioso brasileiro. *Antropolítica*, n. 5. p. 21-44 e BIRMAN, Patrícia. Destino dos homens e sacrifício animal: interpretações em confronto. Rio de Janeiro, Comunicação do ISER, n. 45: A dança dos sincretismos.

⁴¹ ROSENDAHL, Zeny. Espaço e religião: uma abordagem geográfica. 2.ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 30-31 e 59.

⁴² Cf. Antropóloga Clara Lucia Grisales Montoya, Universidade Antioquia, Medellín, Colômbia. Citada por Mara Parlow e Karin Wondracek. Teologia feminista e Psicanálise - Um encontro de dois corpos. In: STRÖHER, Marga J., DEIFELT, Wanda, MUSSKOPF, André S. À flor da Pele - Ensaio sobre gênero e corporeidade, p. 246 [245-264].

⁴³ Renato ORTIZ, Globalização, Mundialização, cultura e política. In: Landislau DOWBOR, Octavio IANNI e Paulo Edgar A. RESENDE (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp, acessado em 30 de junho de 2007. Para a questão dos territórios, veja a importante obra de Rogério HAESBAERT. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

vimento de desterritorialização e reterritorialização, simultaneamente ou não, pois “toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização”.⁴⁴

Esse movimento de desterritorialização e reterritorialização não é mero deslocamento ou mobilidade física. É deslocamento de relações e interações sócio-culturais e de pertencas religiosas, que, no caso de mulheres em situação de violência, mobiliza-as para uma nova pertença que responda aos próprios movimentos de busca de identidade religiosa e cultural, às necessidades existenciais e religiosas e à identificação de espaços que correspondam à constituição de novos territórios – em territorialidade física e relacional –, que sejam, conforme dita por uma das entrevistadas,⁴⁵ como as palavras que tragam para a vida.

⁴⁴ HAESBAERT, p. 131.

⁴⁵ Resposta de uma entrevistada, ao ser perguntada sobre o que esperava da religião, já que declarou ter se sentido frustrada pelo não acolhimento recebido de sua instituição que pertencia, e qual era a expectativa que tinha ao procurar a ministra religiosa,, responde: “Que as palavras dela me trouxessem para a vida.”

Uma mulher de destaque

JOEL DE CARVALHO VELOSO¹

INTRODUÇÃO

Sinto-me bastante honrado como líder eclesiástico cristão em ter sido premiado para oferecer minha contribuição nesta luta deflagrada pelas Católicas Pelo Direito de Decidir, que ousamos parafrasear chamando este movimento de “Mulheres pelo Direito de Decidir”. Costumamos dizer aos nossos (as) alunos (as) de teologia que ainda mantêm laços que os arraigam ao judaísmo, religião esta da qual descende o cristianismo, que essas religiões tratam a mulher como um ser de segunda classe, discriminando-a consciente ou inconscientemente. Este comportamento é orquestrado geralmente por homens que ocupam os principais cargos de liderança nestas religiões. Eles conduzem este processo de construção teológico-religiosa, de forma tão eficaz que conseguem a anuência da grande maioria feminina. Como teólogo e hermeneuta bíblico cogito: se a mulher, por ter sido criada para ser auxiliadora do homem, é um ser inferior, como explicarmos que Javé, o Deus todo-poderoso, seja inúmeras vezes colocado nas narrativas e hagiografias judaicas como auxiliar do ser humano ESER, que, em hebraico, significa AUXÍLIO. Deus, sendo o absoluto arquiteto e edificador do universo e de todos os seres existentes nos céus e na terra, é colocado como nosso auxílio. Apesar dos inúmeros outros atributos seus, como Senhor dos Exércitos, Senhor da Glória, Rei das Nações, Majestade Santa, Pai das Misericórdias, Deus de Justiça, Deus Provedor etc.. Deus é colocado como auxílio do ser humano.

Diante de tantos atributos que são dados ao Deus de Israel e, por conseguinte, o Deus do Judaísmo e, mais tarde, por entendimento teológico-cristão, ao Rei das Nações, restam-nos duas alternativas que são bastante reflexivas: ou Deus é inferior, seguindo parte da lógica cristã, ou a mulher é divina.

Não nos cabe fazer afirmativas ou juízos, porém ficamos à vontade para propor uma reflexão detidamente sobre este assunto, pois as interpretações

¹ Joel de Carvalho Veloso – Prof. de Teologia da Faculdade Batista Brasileira – FBB; Pastor da Denominação Batista da Convenção Batista Brasileira; Secretário do Instituto de Educação Teológica da Bahia – FBB. Membro Diretor da Orden de Guises de Paz do Brasil; Salvador-BA/BR.

bíblicas levaram a Igreja, ao longo dos anos, a cometer alguns equívocos, os quais deixaram profundas marcas na história do cristianismo, o que causou danos irreparáveis à humanidade cristã. Diríamos que talvez a igreja ou as igrejas cristãs tenham desculpas a pedir à comunidade cristã.

Partindo destes pressupostos, queremos levar nossas leitoras e leitores a refletirem conosco. Não temos a pretensão de trazer algo novo ou alvissareiro, não! Trazemos, sim, aquilo que já tornamos disponível como instrumento de reflexão no mundo do cristianismo, que são os textos sagrados convertidos através de criterioso trabalho realizado pelos seus tradutores e pelo trabalho acurado dos concílios.. Foi com este trabalho que chegamos à Bíblia, a qual nós cristãos chamamos de Palavra de Deus.

Por esses motivos tudo o que trataremos neste artigo será um grande convite à reflexão, uma vez que não queremos alimentar velhos conceitos pré-existentes. Também não queremos construir um novo conceito, pois o nosso intuito é levar nossos leitor e leitora a produzirem suas próprias concepções.. Nosso intuito é que cada um, através de suas próprias reflexões, após a leitura deste texto, possa chegar às suas próprias conclusões.

No capítulo dois do “Livro de Josué” encontramos a narrativa que dá ênfase à vida de Raabe, a mulher que será o principal alvo da nossa reflexão. E, por tal motivo, ela passa a ser a protagonista deste escrito.

É necessário situarmos os nossos leitores geográfica e historicamente no cenário dos fatos que estaremos a descrever nas próximas páginas. A nacionalidade de Raabe era cananéia, e Canaã fazia parte de um conjunto de Estados que constituíam o Reinado de Jericó – uma cidade que se destacava como fortaleza militar. Seus espessos muros a cercavam completamente, tornando-a assim quase invulnerável aos ataques inimigos. A nossa protagonista levava sua vida de prostituta ou mulher pública dentro desta cidade e sua casa se localizava em lugar bastante estratégico, isto é, precisamente à beira da muralha. Não sabemos, ao certo, o motivo da escolha dessa localização, mas é possível que a proximidade do muro fosse um elemento facilitador para que exercesse sua “profissão de prostituta”.

É necessário focar um fato bastante relevante nesta narrativa. Entretanto, apesar da vida pública que a nossa protagonista levava, seu nome poderia ser relatado sem que sua profissão fosse declinada, porém há interesse, por parte deste narrador, em deixar patente a atividade que ela exercia..

Sabemos que a prostituição era repudiada tanto pelas famílias como por grande parte das religiões. E a principal decorrência dessa profissão para as mulheres que a exerciam era não pertencerem a nenhum homem, o que as

distinguiu das outras mulheres. Por isso a prostituta era considerada meretriz e mulher pública. Porém algumas religiões condenavam severamente tais mulheres, chegando até a condená-las à morte.

Antes de avançarmos nesta história, trazemos à lembrança duas outras mulheres antecessoras de Raabe, não no que diz respeito à profissão, mas, sim, no tocante às ações por elas praticadas, pois estas guardam alguma similaridade entre si. Tratava-se de duas parteiras que, como Raabe, tiveram a coragem de enfrentar seus temíveis e poderosos monarcas, que eram, respectivamente, os reis do Egito e de Jericó. Sifrá e Puá eram duas parteiras egípcias que receberam ordem expressa do poderoso Rei do Egito, através de um decreto cruelíssimo, que obrigava ambas a assassinar todos os recém-nascidos do povo hebreu do sexo masculino. Tratava-se de uma medida de precaução para que o nascimento de homens não viesse a tornar possível a constituição de um exército com possibilidade de promover uma rebelião contra a nação egípcia. Os hebreus eram escravos sujeitos a trabalhos forçados, entre os quais a construção de pirâmides, que se tratava de um trabalho exaustivo e penoso.

A Bíblia me fascina, exercendo sobre mim um forte atrativo pelo fato de as histórias que narra não serem carregadas de sentido ou deixarem de ter sentido. Ela nem deixa de expor virtudes nem poupa debilidades. Não constrói finais felizes, quando, na realidade, algumas histórias tiveram finais infelizes e catastróficos; não omite os erros dos seus grandes personagens nem tampouco as punições que eles receberam por seus desatinos ou pecados cometidos diante de Javé.

Sifrá e Puá as parteiras assassinas exterminadoras de criança, narram as escrituras sagradas, de forma heróica tiveram a coragem de desobedecer a ordem do temível e poderoso rei do Egito. Elas eram sabedoras de que corriam o risco de perderem suas próprias vidas com este ato de desobediência civil. No entanto elas se mancomunaram para desobedecer o Faraó e contaram uma inverdade para justificar o aparecimento de crianças do sexo masculino. Em meio a elas nasce Moisés, que, depois de adotado e criado pela filha de Faraó, torna-se príncipe no reino e, mais tarde, vem a ser o grande profeta de Javé e condutor do povo de Israel no processo de sua libertação do domínio escravagista do Faraó.

Começa assim uma das mais belas e intrigantes histórias sobre o modo pelo qual Deus, através de sinais, maravilhas, terror e manifestações sobrenaturais, conduziu o processo de libertação do seu povo do jugo egípcio. A princípio, quando eram poucos, os hebreus foram acolhidos e até bem-tratados

pelos egípcios; porém, com o passar dos anos, este povo foi crescendo e, como não havia um único ministro da nação judaica, a situação tomou um rumo completamente diferente. No entanto, se trata de outra história, que só trouxemos à baila para mostrar as similaridades existentes entre as ações praticadas por essas três mulheres, que, não fazendo parte do povo hebreu, conseqüentemente do povo escolhido de Deus, desempenharam papéis relevantes e de alta preponderância neste processo revelador, libertador e salvador conduzido por Javé para libertar o seu povo.

Eis uma minibiografias dessas mulheres: Sifrá e Puá, ambas eram de nacionalidade egípcia e parteiras de profissão. Raabe nasceu em Canaã e era prostituta.

Como vemos, são poucos os dados de suas biografias, porém seus feitos ficaram registrados no livro mais importante do mundo. A terceira mulher, com “profissão” menos nobre, ou, dizendo melhor, cuja profissão era execrada pelas famílias e por um grande número de religiões, aparece na história do Antigo Testamento e, muito tempo depois, aparece com grande destaque no Novo Testamento, pois figura na galeria dos Heróis de Fé. O povo hebreu tinha por costume registrar os nomes das pessoas de acordo com fatos acontecidos. Aliás, esta era uma tradição muito respeitada e observada entre eles.

O nome Sifrá em hebraico significa Esplendor e o de Raabe, meretriz. Embora existam essas diferentes conotações entre esses dois nomes, ambas prestaram serviços inestimáveis ao povo de Deus. O significado Esplendor talvez se deva aos feitos prestados à nação judaica. A outra realiza feitos na mesma proporção ou, quem sabe, em proporções bem maiores, no entanto, o significado do seu nome continua o mesmo.

Fomos enfáticos ao dizer, no início deste artigo, que não formularíamos conceitos nem faríamos afirmações. Tínhamos apenas o intuito de levar as leitoras e os leitores a pensarem conosco, na possibilidade de construirmos juntos os próprios conceitos e deduções.

EQUÍVOCOS JUDAICOS E CRISTÃO.

Na história da humanidade podemos observar que, em determinadas épocas, cometemos equívocos. Sejam conscientes ou inconscientes, eles não deixam de ser equívocos, que implicam erros que causaram e causam mal e desconforto para o povo. Esteja este povo representado pela sociedade civil ou pelos segmentos religiosos.

Com o judaísmo não foi diferente. Um dos grandes equívocos do judaísmo foi pensar que Javé era Deus apenas de sua nação, tratando-se, portan-

to, na concepção judaica de um Deus nacionalista, que tinha compromisso de protegê-los e não o tinha de proteger as demais nações. Tal pensamento deve-se a uma promessa que Deus fizera a Abraão e, na pressa ou por qualquer outro interesse, quem a lia interrompeu a leitura ao constatar que a promessa que Deus fizera a Abraão contemplava todas as nações da Terra.

O cristianismo, religião que descende do judaísmo, com os seus muitos intérpretes é atualmente o pai da equivocidade. Além da herança do judaísmo, foram-se acrescentando a ele muitos equívocos, os quais têm enfraquecido o Reino de Deus e ofuscado a brilhante missão de Jesus Cristo enviado como cordeiro de Deus para salvação do mundo. O grande equívoco do cristianismo é ver Cristo como o cordeiro de Deus para salvar a minha religião ou a minha denominação e condenar as demais.

O INÍCIO DA LIBERTAÇÃO DE UM POVO

Propositadamente este é um capítulo à parte e, sem dúvida, levará a novas reflexões. Por isso, serão retomadas as coadjuvantes Sifrá e Puá.. Trata-se de duas mulheres egípcias que, como foi referido, eram parteiras; e, se por acaso se avaliar sua situação numa perspectiva política, elas eram potencialmente inimigas do povo hebreu. As duas parteiras faziam parte da nação que escravizava e oprimia o povo hebraico. Portanto, elas gozavam dos seus direitos, nacionalistas e civil, constatação esta que levanta a seguinte questão: o que levou essas duas mulheres a desobedecerem a seu rei para favorecer uma nação de escravos? A narrativa não traz à luz nenhum motivo plausível. Não havia sido feita qualquer espécie de acordo ou aliança e elas, por sua vez, não receberam presentes nem dotes em ouro ou prata, nem peita nem propina. Tudo aponta para o mais nobre sentimento que reside no ser humano e, com especialidade na mulher, que é o amor. Elas não eram rainhas, não eram ministras, não eram sacerdotisas e nem faziam parte da família real; eram simplesmente parteiras.

Há poucos dias, uma rede de televisão de grande porte no Brasil veiculou uma matéria sobre parteiras. Enquanto assistia à matéria lembrei-me que durante todo o tempo em que convivi com a parteira que ajudou minha mãe quando eu nasci, eu lhe pedia a bênção e a chamava de mãe. A parteira era e é a mãe de umbigo; e, observando bem a matéria sobre essas mulheres, pude perceber que se trata de uma atividade em extinção. Ficou claro no noticiário que as parteiras são mais do que “aparadeiras de crianças” como são chamadas em algumas regiões do Brasil. Elas são enfermeiras, assistentes

sociais, mediadoras de conflitos familiares, conselheiras, psicólogas e algumas até benzedoras. Com todos esses atributos e serviços prestados à sociedade e ao seu próximo, elas não são remuneradas, embora levem o seu serviço tão a sério que andam com os apetrechos de sua função e param o que estão fazendo para atender os chamados da sua clientela; sem medir as circunstâncias ou considerar os sacrifícios. Elas se consideram vocacionadas.

CHAMADAS POR DEUS.

Seriam Sifrá e Puá as duas parteiras chamadas por Deus para uma missão especial, ou seja, para serem mães de umbigo de crianças hebraicas e, portanto, mãe de umbigo de Moisés, o grande líder do povo hebraico que, ao deixar o cativeiro no Egito, demanda em busca da terra prometida, Canaã, na qual encontraremos a protagonista da nossa história. Será isso simplesmente casual? Será também simples casualidade o povo de Deus contar com a ajuda não só dessas duas mulheres, pois, para sermos justos, devemos lembrar também a filha de faraó que se torna mãe adotiva de Moisés – um hebreu que, antes de se tornar libertador do povo de Deus, é promovido ao posto de príncipe da nação egípcia, vindo mais tarde ser o grande guia do povo hebraico na caminhada do deserto em busca da terra prometida.

POR QUE EXISTEM DISCRIMINAÇÕES?

Para obtermos maior entendimento, faz-se necessário pontuar alguns aspectos dos fatos que nos propomos tratar. Torna-se difícil a compreensão de alguns assuntos sem os situarmos no interior do quadro histórico, geográfico, cultural e social em que surgiram. Sem esses elementos, a elaboração desta narração se assemelharia ao ato de compor ou escrever o poema, e, como já se verificou, não estamos realizando nem uma nem outra coisa. Nossa proposição é derramar luz sobre fatos reais para que novas leituras sejam feitas dos velhos textos que influenciaram e continuarão influenciando nossa história religiosa. O que precisamos é saber tirar lições, eliminar possíveis equívocos e nos abasteceremos destas fontes que indubitavelmente causaram profundas influências na formação religiosa, social moral e espiritual do nosso povo.

Necessitamos ser hábeis em discernimento para não sermos preconceituosos e discriminadores, pois a nossa visão é bastante limitada no que tange aos planos de Deus. E, quando nos apercebemos que funcionamos como juizes cerceadores da graça divina e deixamos de perceber o operar de Deus através

de outras pessoas e religiões, verificamos que estamos sempre dispostos a sacralizar as nossas ações e a demonizar as dos outros e de outras religiões. O agir e o operar de Deus transcendem as fronteiras das nações e os dogmas religiosos. Deus espera por nós para ter misericórdia de nós e nós humanos devemos aprender a esperar por Deus, ser mais criteriosos e prudentes, porque só assim seremos capazes de ver a grandeza e a fidelidade dos outros que nós não consideramos cristãos – embora suas atitudes, como as de Sifrá e Puá, demonstrem magnitude, embora elas não fizessem parte do povo de Deus. No entanto, elas agiram com compaixão para com o seu próximo. Nos ensinamentos de Jesus Cristo, ele diz ser impossível amar a Deus que não se vê se odeia-se o irmão que se vê e que, como eu, foi também criado à imagem e à semelhança de Deus.

Sifrá e Puá não eram hebréias, mas foram instrumentos de Deus para ajudar o seu povo. Raabe era prostituta e cananéia. Também foi instrumento de Deus para ajudar o povo hebraico. A pergunta que se faz é a seguinte: por que elas, justamente elas, de nações diferentes e, portanto, estrangeiras, embora com duas com profissão nobre, e a outra, além de estrangeira era prostituta, foram usadas por Deus de forma tão esplendorosa. Deixamos neste tópico uma advertência quanto à prática discriminatória e preconceituosa: esses elementos foram causadores de alguns desastres que até agora ainda pagamos as conseqüências.

O rei de Jericó, em sua tirania, submetia homens e mulheres a trabalhos forçados e entre esses trabalhos estava à prostituição. Conjuntos de cidades-estados formavam o reinado do qual Jericó era a principal cidade. E lá estava à jovem Raabe, bonita e opulenta, e que, com outras jovens, eram forçadas a se prostituir.. Achamos de bom alvitre lembrar a conversa que Raabe teve com os espiões:

Antes que eles se deitassem, Raabe subiu ao terraço e lhes disse: “Eu sei que Javé entregou a vocês esta terra. Estamos apavorados, e todos os habitantes dela tremem diante de vocês. Porque soubemos que Javé secou as águas do Mar Vermelho diante de vocês, quando saíram do Egito, e que vocês exterminaram dois reis amorreus da Transjordânia, Seon e Og Ao ouvirmos isso, ficamos desencorajados, e ninguém mais consegue respirar diante de vocês, porque Javé, seu Deus, é Deus tanto lá em cima no céu como cá embaixo na terra. Agora, jurem-me por Javé que, assim como eu os tratei com misericórdia, vocês também tratarão com misericórdia a minha família. “Dêem-me um sinal seguro de que vocês deixarão com vida meu pai, minha mãe, meus irmãos e irmãs e todos os meus familiares, e de que vocês nos livrarão da matança”. (Josué capítulo dois versículos de 08 a 13.)

A NOBREZA DE RAABE

Quando nos referimos à nobreza de Raabe, não levamos em conta o fato de ela ser prostituta, mas, sim, de ter-se tornado prostituta vitimada pelo contexto social de sua época bem como pela perversão do rei de Jericó.. Leva-se em conta também que ela poderia negociar apenas sua vida, mas não o fez, porque ela roga, em primeiro lugar, pela vida de seu pai e de sua mãe e de toda a sua família. Ela se coloca em último plano, depois dos familiares. Chegamos a esta conclusão por dedução, pois o texto não declina o pedido em seu nome.. Apesar de sua “profissão” ser forçada pelo sistema, isto não a isenta de ser considerada impura e mundana e de ser vitimada pelos seus próprios familiares.

Porém, antes que eles pudessem reunir-se para julgá-la, nasce um romance muito lindo entre Raabe e um príncipe judaico chamado Salmon, e talvez este tenha sido o motivo da nossa protagonista não ter sido apedrejada, pois o casamento lhe habilitava a um convívio digno no seio da sociedade de então. Além do fato de ela ter-se casado, ela o fez com um príncipe da nação que se tornara dominadora e cujos sobreviventes lhe deviam obediência, respeito e gratidão por terem sido poupados da morte.

UM GESTO DE AMOR

O apóstolo Paulo escrevendo à Igreja de Corinto, no Capítulo 13 de sua primeira epístola – provavelmente escrita na primavera do século 56 a.C. – descreve algo extraordinário.. Esta carta continha recomendações sobre a conduta cristã dos irmãos que ali moravam em uma das maiores metrópoles do Império Romano. Aliás, é bom situarmos a cidade de Corinto onde já existia uma Igreja cristã fundada pelo Apóstolo Paulo, que escrevia suas cartas como forma de pastoreio e doutrinação. Corinto figurava entre as quatro cidades mais importantes do Império Romano, que eram Roma, Corinto, Éfeso e Antióquia. No entanto, Corinto era a mais importante cidade da Grécia, situada no istmo deste país, orgulhosa de dois de seus portos pelos quais passavam o comércio do mundo. Foi terra de grande luxo e licenciosidade, o lugar do culto à deusa Vênus, que era acompanhado de ritos vergonhosos. O Apóstolo Paulo passou dezoito meses evangelizando nesta cidade ao final de sua segunda viagem missionária. Fundou aí a importante igreja para a qual escreveu as duas epístolas, uma quando se encontrava na cidade de Éfeso e a outra quando estava na Macedônia.

Oferecemos este enfoque o geográfico e histórico com a intenção de fazermos a citação do capítulo treze da primeira epístola escrita à Igreja de Corinto. O título do capítulo em pauta é “O Amor e o Dom Supremo”, e nessa epístola, entre outras, ele faz as seguintes afirmações: “Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor serei como o bronze que soa ou como o címbalo que retine”. “Ainda que eu tenha o dom de profetizar e conheça todos os mistérios e toda a ciência; ainda que eu tenha tamanha fé; a ponto de transportar montes, se não tiver amor nada serei”. “E ainda que eu distribua todos os meus bens entre os pobres e ainda que eu entregue meu próprio corpo para ser queimado, se não tiver amor nada disso me aproveitará”.

O amor é paciente, é benigno; o amor não arde em ciúme; não se inflama; não se ensoberbece; não se conduz inconvenientemente; não procura os seus interesses; não se exaspera e nem se ressentido do mal; não se alegra com a injustiça, mas, regozija-se com a verdade; tudo sofre tudo crê, tudo espera e tudo suporta. O amor jamais acaba; mas, havendo profecias, desaparecerão; havendo língua cessarão; havendo ciência passará porque em parte conhecemos e, em parte, profetizamos. Quando, porém, vier o que é perfeito, então o que é em parte será aniquilado. Quando eu era menino, falava como menino, sentia como menino; quando cheguei a ser homem, desisti das coisas próprias de menino, porque, agora, vemos como em espelho obscuramente; mas passaremos a ver face a face. Agora conhecemos em parte; então conhecerei com também serei conhecido. Agora, “pois, permanecem a fé a esperança e o amor, estes três; porém o maior deles é o amor”.

A Bíblia faz uma infinidade de atribuições a Javé. Porém a referência áurea e axiomática é a que diz que Deus é amor. Não adianta termos projetos mirabolantes com projeções extraordinárias para aliviarmos os conflitos angustiantes da humanidade, se tais projetos não estiverem calcados no amor de Javé. Prestemos bem a atenção ao texto bíblico no qual Javé faz revelação do seu amor, precisamente a citação do profeta Isaías, quando é afirmado que o amor que, em escala hierárquica, se aproxima do amor de Deus é o amor da mãe pelo filho, o que coloca o amor materno maior do que todos os outros amores. Aproxima-se, assim, a mulher de Deus bem mais do que o homem, que se arroja a ser o senhor da humanidade. Eis afirmações que comprovam isso: “Acaso pode uma mulher esquecer-se do filho que ainda mama; de sorte que não se compadeça do filho do seu ventre? Mais ainda: “que esta viesse a se esquecer dele, eu, todavia, não me esquecerei de ti”.(Isaias 49.15.)

Propositadamente o profeta começa sua perícopie com um advérbio, que tenta mostrar que a mulher amamentando seu filho, o seu filho e o seu amor,

é tão grande que somente uma casualidade pode afastar ou fazer com que ela se esqueça dele. Quem sabe uma depressão puerperal seria uma dessas casualidades? Deus, que está acima do macho e da fêmea nesta perícope, é colocado pelo profeta Isaias para provar ou expressar o seu grau de afetividade pela humanidade, aqui particularmente representada por Israel. O profeta parafraseia o amor de Deus com o amor da mulher que amamenta. O sentimento de Deus pela humanidade é visceral e vitalício, a perícope da Primeira Epístola aos Coríntios, capítulo treze, aponta para este amor.

CONCLUSÃO

Citamos, na introdução, uma mulher de destaque e foram incluídas outras mulheres de destaque e de grande relevância na composição da história judaico-cristã, no entanto poderiam ser citadas muitas outras; porém nos fixamos na história de uma mulher específica. Não se pode turvar o papel preponderante da mulher na construção da história da humanidade.. Talvez a hegemonia masculina reconheça a importância bem como a potencialidade feminina neste importante processo. E a melhor forma de combatê-las, ao invés de aliar-se a elas, é criar mecanismos de defesa baseados em fatos bíblicos isolados para justificá-la como seres de segunda classe. Precisamos abrir os olhos enquanto há tempo de nos redimir diante das mulheres. Mulheres anônimas, mulheres usadas, mulheres silenciadas, mulheres perplexas, mulheres amantes, mulheres amadas, mulher que entre todas as mulheres foi escolhida por Javé para ser a mãe do Nosso Senhor Jesus Cristo: mulher esta que é símbolo de resistência e de heroísmo. Mulheres que fizeram acontecer que fazem e ainda farão.

Raabe, nossa protagonista, encarna uma pequena amostra do grande amor de Deus, quando, ao fazer pacto com os espiões que conquistariam e tomariam sua terra, ela demonstra um amor muito grande por seus familiares na tentativa de estabelecer uma aliança em que ela intercede por seu pai, sua mãe seus irmãos, suas irmãs e seus familiares. Isto é o que a faz de Raabe uma mulher de destaque.. Sua condição de vida submetida a trabalhos forçados e desonrosos não arrancou do seu peito a magnitude do amor. Ela se preocupa com a proteção dos outros e nem sequer pede por ela mesma. Isto sem dúvida alguma deixou os espiões impressionados; no retorno de seus patrícios e na apresentação do relatório figurava um nome de mulher. Mulher esta que protegeu suas vidas escondendo-os da fúria do rei de Jericó e mostrando está informada dos grandes feitos realizados por Javé e, acima de tudo, que reconhecia Javé como Deus em cima de nós e cá embaixo na terra. Creio que o

relatório apresentado por Josué e Calebe despertou, em toda a nação judaica, interesse em conhecer esta mulher. Mulher destacada pela nobreza, altruísmo, dignidade e lealdade à sua família. Tornando-a especial pelo amor que devotava aos seus familiares.

Seres humanos: homens, mulheres, católicos, judeus, hindus, muçumanos, seja qual for a sua crença ou religião, direcionem suas ações de tal forma que elas sejam calcadas no amor. Sim, calcadas no amor como Dom Supremo de Deus. Um amor que não vise apenas à mesquinhez dos nossos interesses particulares, mas que seja capaz de visar o interesse do outro.

Quem sabe se, enquanto digitamos estas linhas, muitos de nós estamos sendo prostituídos por algum sistema tão perverso quanto o do rei de Jericó? Se esta for a nossa situação, tenhamos a magnitude de Raabe, Uma Mulher de Destaque.

Violência, religião e direitos humanos

YURY PUELLO OROZCO¹

“A diversidade e as diferenças não diminuem a igualdade, mas a reforçam e realçam. Desta maneira a igualdade está estreitamente alinhada com a justiça. Numa visão democrática radical de Igreja, igualdade significa igualdade de acesso, igual respeito, direitos iguais e igualdade de bem-estar igual. Deve ser concretizada com igualdade política, econômica, social, cultural, religiosa e eclesial.”

(Elisabeth S. Fiorenza)

Na América Latina, os direitos humanos têm um significado especial, em decorrência da história política, econômica, cultural e religiosa de violação dos mesmos; vários setores sociais têm muitas coisas a dizer sobre este assunto. Um dos setores sociais que coloca interrogações, faz questionamentos, promove debates e formula propostas são as organizações feministas. O lema “Sem as mulheres, os Direitos não são Humanos” tem levado as mulheres de Igreja a fazerem inevitáveis perguntas, entre outras, como é tratada a questão dos direitos das mulheres no âmbito da Igreja Católica; qual a experiência de direitos que têm as mulheres dentro da Igreja Católica; e se a Igreja Católica é um espaço de Direitos para as mulheres.

Considero que refletir sobre os Direitos Humanos na Igreja não é um assunto em moda, ou uma questão secundária. E é sua prática em relação à defesa dos Direitos Humanos que nos leva a questionar o posicionamento da Igreja com relação à defesa dos direitos das mulheres. Porque, se por um lado a Igreja Católica, especialmente no Brasil, se comprometeu profundamente em denunciar as injustiças e a defender os Direitos Humanos, por outro lado, não se pode dizer o mesmo quando se trata da defesa dos direitos das mulheres, especialmente aqueles que dizem respeito à sexualidade, à reprodução, à violência doméstica etc.

Esta dificuldade da Igreja em assumir a defesa dos direitos das mulheres não é algo conjuntural, que depende das pessoas que, em determinado momento, fazem parte da hierarquia. É algo mais profundo. Tem a ver com as

¹ Integrante da equipe de coordenação de Católicas pelo Direito de Decidir. Doutora em Ciências da Religião pela PUC/SP. Coordenadora do projeto “Diálogos Inter-religiosos no Brasil sobre a violência contra as mulheres”.

estruturas de sustentação da própria Igreja. Ivone Gebara (1992) afirma que: “A estrutura da Igreja é monoteísta patriarcale leva a uma série de conseqüências históricas que é necessário denunciar...”. Para ela, este monoteísmo leva à intransigência, ao sentido de propriedade da verdade e à sua manipulação e à concentração do poder sagrado nas mãos de uma minoria de homens. Leva também a uma visão androcêntrica do universo cristão, o que acarreta, como conseqüência, a exclusão do aporte das mulheres, “em igualdade de condições, do processo de manifestação primeira da divindade, assim como o processo histórico salvífico desta expressão salvífica da humanidade”.

Estas dificuldades não significam um caminho sem saída para as mulheres, sobretudo tratando-se dos Direitos Humanos. Precisamente, a consciência de uma realidade de subordinação e o processo de conquista de liberdade e de autonomia que as mulheres tomaram como tarefa tornou possível que elas hoje sintam a necessidade de reivindicar direitos próprios. As reivindicações das mulheres nos fazem recordar que a conquista dos Direitos Humanos resulta de conflitos e necessidades históricas dos sujeitos/as, e não de predeterminações naturais e estáticas.

Por isso as Teologias Feministas estão empenhadas em descobrir e dar sentido às experiências das mulheres em relação ao sagrado. As novas elaborações teológicas e as novas interpretações bíblicas lançam luzes na abordagem que fazem desta questão. Teologicamente, como o ser humano é criado à imagem e à semelhança de Deus, homens e mulheres participam igualmente desta semelhança com a divindade.

Para falar de direitos humanos das mulheres, hoje se torna imperativo desvendar em que medida eles são violados e que novas reivindicações surgem nos dias de hoje. Precisamente o problema da violência contra as mulheres, da forma como é tratado atualmente tanto pelo movimento de mulheres como pelos Estados (atualmente a maioria dos países latino-americanos tem avançado com a implementação de leis que dão respaldo às mulheres nos caso de violência cometido contra elas), precisa continuar sendo discutido. Porque, se por um lado ainda continuam alarmantes os índices de violência de gênero, por outro se apresenta como desafio superar padrões conceituais que colocam as mulheres, não como vítimas que precisam ser tuteladas pelo Estado, mas como sujeitos de direitos com capacidade de decidir e de buscar sua liberdade e autonomia. Neste sentido, quando entendemos que o problema da violência cometido contra as mulheres é um problema de violação dos direitos humanos, devemos buscar em todos os campos da sociedade as raízes que sustentam esta violência.

O campo religioso, transitado majoritariamente pelas mulheres, oferece um panorama complexo que sustenta e justifica, em muitos casos, a violência

cometida contra elas. Instituições e símbolos religiosos sustentam uma ideologia androcêntrica que nega a condição das mulheres como sujeito de direitos e as converte em vítimas de uma estrutura patriarcal religiosa.

Podemos analisar o caso da violência sexual cometida contra uma criança de 9 anos de idade, que, depois de ser abusada desde os 6 anos pelo padrasto, ficou grávida de gêmeos, apresentando a gravidez, em virtude de sua tenra idade, uma série de riscos a sua integridade física, a ponto de colocar em perigo sua própria vida. A mãe da menina, respaldada pelas leis brasileiras que permitem o aborto em casos como este, solicitou a interrupção da gravidez, e, tendo sido tal solicitação acolhida, este estado foi ininterrupto. Mas, infelizmente, o que mais chamou a atenção e se tornou um dos aspectos centrais deste episódio, na medida em que causou estupefação no mundo inteiro, não foi a preocupação com a vida da criança violentada, mas, sim, a posição da Igreja Católica. Os princípios de misericórdia e de compaixão foram silenciados! O que a criança e sua mãe receberam das mãos e da voz da hierarquia da Igreja foi o peso da autoridade de uma estrutura patriarcal: “A excomunhão”.

Este caso se tornou paradigmático para analisar a relação entre religião e violência contra as mulheres. Minha preocupação, neste texto, é expor como a violência cometida contra as mulheres se sustenta, se enraíza, em uma estrutura e em um pensamento religioso patriarcal.

Para analisar este problema levarei em conta que a história religiosa da humanidade está marcada, efetivamente, pela presença de uma ambigüidade específica. De fato, em muitas situações, podemos observar a presença da força religiosa contribuindo para o crescimento e a defesa de um mundo mais humano. Força religiosa que transmite valores éticos, que ajuda a criar laços de solidariedade, de compaixão e fortalece a esperança, especialmente nos momentos de adversidade. Em muitas experiências pessoais, contribuí para entender as situações-limite com as quais a vida se depara, especialmente ante o sofrimento e a morte.

Mas, quando se trata de outras dimensões da vida, especialmente a que diz respeito ao exercício da autonomia das mulheres, encontramos a justificação da violência, da opressão e da morte em nome de «Deus» ou do sagrado. Ou seja, a invocação a Deus como força positiva, capaz de oferecer a melhor contribuição para o bem da humanidade e para a defesa da vida, se constitui também em um recurso para justificar a violência, as guerras e as mortes contra esta mesma humanidade.

Essa mesma ambigüidade se verifica quando se trata de analisar o papel da religião na vida das mulheres. Se, por um lado, existe um pensamento religioso

que contribui para reforçar a situação de subordinação das mulheres na sociedade e na cultura, por outro lado, a religião também é o espaço no qual elas são a maioria e onde, muitas vezes, encontram amizade, compreensão, acolhida e consolo nas situações difíceis de sua vida. Efetivamente, a religião, como todo fenômeno humano, está atravessada por uma ambigüidade que modela pensamentos e comportamentos que se manifestam como elementos importantes da cultura.

Não obstante, é importante desvendar esta ambigüidade, especialmente quando ela limita a liberdade e os direitos das mulheres, e, muito mais ainda, quando se encontra presente na violência cometida contra elas. Muitas vezes, é difícil entender por que tantas mulheres não conseguem sair de uma vida marcada pela violência. Se a relação do casal começou inspirada em valores positivos e nobres, como o amor e a ternura, como é possível que tais valores cedam espaço para maus tratos (físico, psicológico, moral) e sofrimento.. Porém, o mais impressionante e incompreensível são as justificativas que as mulheres encontram para se manter nesta situação. Quando se pergunta por que não denunciam, por que continuam submetidas, as expressões mais frequentes são: perdão e medo. Medo que expressa o temor de uma pessoa frágil, vulnerável, que não se considera sujeito de direitos por se encontrar em uma sociedade que a atemoriza, que não a acolhe e nem a incorpora como cidadã plena.

O perdão é a manifestação da incorporação do valor cristão por excelência, valor que se exige especialmente das mulheres e é a chave para falar-se da ambigüidade da religião em suas vidas e do significado que ela adquire no cotidiano. Podemos afirmar que a palavra perdão é o fio que vincula o sentimento de amor ao sofrimento na relação das mulheres com seus parceiros. O termo perdão, que evoca o sagrado, é ambíguo e tem implicações concretas na vida e nos corpos das mulheres.

Na estrutura patriarcal na qual se sustenta a maioria das sociedades contemporâneas, cabe perguntar-se sobre o tipo de relações que, muitas vezes, se estabelecem entre homens e mulheres.. A que interesses servem relações sustentadas em desigualdades e no perdão unilateral da vítima? A quem favorece o fato de as mulheres serem educadas para colocar em primeiro lugar o sentimento de perdão em relação ao agressor, desprezando ou negando a própria dor e o sofrimento ?

De fato, quando analisamos, a partir da categoria de gênero, a relação das mulheres com a religião, descobre-se que, em decorrência do papel social e das expectativas que as sociedades patriarcais construíram para as mulheres, elas encontram na religião fundamentos que legitimam seu papel de esposa e mãe

de família. Não é sem razão, pois, que é nela, na religião, que buscam força, alívio e luzes para solucionar os problemas domésticos, já que, em sua formação religiosa, uma tarefa central é a mediação e a solução dos conflitos familiares. Pode-se afirmar que aquilo que identifica mais as mulheres com a religião, especialmente de acordo com a visão cristã do mundo, é a noção de «ser para os outros», «doar-se para os demais», «silenciar o próprio desejo» com o intuito de atender o desejo do marido ou dos filhos, e o sentido e a disponibilidade para o sacrifício em função do bem da família. A centralidade que estes valores ocupam na vida cotidiana das mulheres não somente faz com que adquiram o caráter de fortaleza espiritual como também que sejam assumidos como um meio para alcançar a salvação individual e familiar.

O sacrifício possui uma função importante na medida em que é usado para legitimar a manutenção das estruturas hierárquicas. Neste sentido, o sacrifício das mulheres é o meio através do qual se exerce poder sobre elas e se dá continuidade às instituições patriarcais. As consequências do comportamento sacrificial das mulheres se revela na negação de seus desejos e na perda de seus legítimos direitos. Ao querer desconstruir e desvelar os elementos religiosos que servem de base para sustentar as situações desumanas que vivem as mulheres não se pretende negá-los, e, sim, demonstrar como esses valores religiosos são interpretados e usados em sociedades androcêntricas. Demonstrar também como efetivamente as mulheres os incorporam e, especialmente, como são usados política e religiosamente para sustentar doutrinas, políticas públicas e legislações que aprofundam a desigualdade de gênero e, como consequência, a permanência das injustiças contra as mulheres.

Considero que a mudança de mentalidade da sociedade, e das mulheres, passa necessariamente pela colocação em evidência da influência negativa que as idéias religiosas exercem, na medida em que constituem formas de pensar, de ser, de estar no mundo, e, ao mesmo tempo, formam e constroem corpos e relações. As mulheres, nas mentalidades patriarcais, não podem ser destruidoras dos laços familiares, devem sofrer, suportar com paciência até os maus tratos, para manter viva a chama familiar. O corpo crucificado das mulheres se converte no símbolo da redenção dos pecados do sistema machista.

Presas entre dois senhores, o amor romântico e a violência sexual, as relações de casais são fortemente influenciadas e baseadas na concepção do amor romântico. É um jogo desigual no qual as mulheres são despossuídas do desejo para saciar o desejo do outro. A concepção do amor romântico tem implicado para as mulheres o desterro de si mesmas, sua anulação. A entrega total, o sentimento de completude e a crença na eternidade são os caminhos que são

indicados às mulheres para a vivência plena deste amor romântico. Indicadores analisados na perspectiva de gênero e religião revelam que são as mulheres que são convocadas para concretizar estes ideais em suas relações amorosas.

O amor sacrificial, resultado de uma prática de gênero desigual, transformou muitas mulheres em vítimas; a violência, nestes casos, é entendida como conseqüência desse amor. Não somente seu corpo é violado, mas também seus sentimentos, sua confiança e a relação que construiu.

As mulheres, ao ser o outro sem desejo, ao estar em função do outro, ao se sacrificar pelo outro, contribuem para o estabelecimento de relações hierárquicas e verticais, e, mais ainda, para a constituição de uma relação entre um objeto e um sujeito. Com o objeto, mulher, se pode manter qualquer tipo de relação, já que se trata de uma propriedade de alguém, de um objeto que tem dono e este pode destruir ou aniquilar o que lhe pertence. O que está em questão, novamente, não são valores ou sentimentos positivos para o outro ou para a outra; o assunto é a forma como esses valores são construídos e praticados em sociedades atravessadas por relações de gênero desigual.

SACRIFÍCIO, VIOLÊNCIA E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Por isso, quando se fala de sacrifício e da violência do corpo das mulheres, pergunta-se como as religiões e as instituições religiosas ainda permanecem coniventes com os casos recentes de violência sexual que continuam acontecendo contra muitas mulheres no mundo inteiro. Pergunta-se por que as religiões e instituições religiosas continuam sendo coniventes, continuam usando suas doutrinas e estruturas patriarcais para justificar e manter a situação de violência contra elas.

A forma como algumas instituições religiosas e representantes religiosos tratam a violência e o sofrimento das mulheres tem grande interesse para os sistemas patriarcais, na medida em que favorece sua manutenção, sua influência e importância na vida das pessoas. No entanto, na medida em que algo íntimo, como o corpo e a intimidade são violados, toda a humanidade das mulheres é afetada, porque se toca o limite do sagrado, que é a totalidade da vida humana. E as mulheres violadas, colocadas frente à frente com esta realidade, buscam refúgio, não em estruturas sociais, nem em pessoas que lembrem a experiência negativa que tiveram – elas entregam sua dor e buscam consolo e explicação para o inexplicável que aconteceu na suas vidas nas estruturas e representantes religiosos que concebem como sagrados. Elas os buscam porque entendem que eles não se encontram contaminados por desejos e práticas profanas. Precisamente nesta re-

alidade de dor e sofrimento buscam as religiões e as instituições religiosas com o objetivo de encontrar sentido para suas vidas especialmente nas situações-limites, nas quais a razão humana não dá conta da magnitude do vivido.

Os mecanismos de coerção e de violação contra as mulheres é a arma mortífera que possuem os sistemas patriarcais, motivo por que eles se solidarizam e criam cumplicidades com seus pares, pois protegendo-os se autoprotegem. Os pecados masculinos não são castigados, nem legislados nem excomungados: eles são perdoados, compreendidos, tolerados, minimizados. Uma instituição constituída por integrantes do sexo masculino dificilmente se poderá colocar no lugar das mulheres. As experiências das mulheres não podem ser entendidas nem compreendidas porque nem seus corpos, nem seus medos, nem suas violências, nem suas alegrias, são reconhecidas nem incorporadas como sujeitos dentro da instituição. Para a oficialidade católica, as experiências das mulheres não constituem fonte de reflexão teológica. O fato de que, por lei, as mulheres não fazem parte dessa estrutura, as exclui dos espaços nos quais se estabelecem as normas e os paradigmas, nos quais se elaboram as doutrinas e, principalmente, onde são tomadas as decisões.

A existência de leis canônicas e de doutrinas teológicas que justificam a exclusão das mulheres é a evidencia da presença de uma estrutura injusta e patriarcal que somente incorpora as mulheres como vítimas e como consumidoras de seus bens simbólicos e religiosos. Eles situam o problema nas mulheres, nos seus corpos, em sua sexualidade, nos seus desejos de autonomia, e lhes impõem a renúncia a tudo isto como parte do sacrifício necessário para a perpetuação das estruturas androcêntricas e do poder religioso patriarcal.

O PAPEL DO CORPO NO PROCESSO DE VIOLÊNCIA — CORPO MEU BEM, MEU MAL

Quando se trata do problema da violência contra as mulheres surgem necessariamente as perguntas sobre o papel que desempenha o corpo no processo de violência e qual a influência que nela exercem as religiões e sua maneira de ver os corpos. Se levarmos em conta a aversão que a maioria das religiões tem em relação ao corpo, surge uma suspeita inevitável: essa visão negativa e essa repulsa ao corpo não farão parte das raízes da violência? Se pensarmos como as religiões têm formados corpos e mentalidades, basta reconhecer a idéia que prevalece até hoje sobre o corpo, especialmente o feminino, qual seja, de ser ele fonte de pecado e cuja função principal é a reprodução humana. Enraízam-se nesta compreensão as dificuldades que tem a Igreja Católica de tomar parte das discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, e esta percepção negativa que

tem da sexualidade humana é uma herança da tradição e da moral sexual cristã, que condenou o desejo e o prazer sexual, vinculando o exercício da sexualidade à procriação e reduzindo, assim, a mulher à função reprodutiva. Como afirma a teóloga Mary Hunt, “O cristianismo, principalmente o catolicismo, tem entre os progressistas uma reputação bem-merecida por ser anti-corpo, anti-mulher e anti-sexo, ao longo de séculos de dogmas, doutrinas e relações que admitem outras poucas interpretações. Virtualmente todo o trabalho da ética sexual cristã não-feminista tem sido realizado sem referência ao amplo problema da violência contra as mulheres”.

Em nossa sociedade, temas relacionados com a sexualidade e a reprodução trazem, diariamente, para o cenário público os conflitos existentes entre as concepções de direito inerentes às políticas públicas e as concepções adotadas pelas instituições religiosas. Para um Estado de direito, as políticas públicas são direitos das (os) cidadãs (ãos); no entanto, para as instituições religiosas, a reprodução é um dom divino, e a sexualidade constitui um meio para alcançar o fim divino da reprodução.

Esta concepção religiosa justifica a desapropriação do corpo das mulheres e abre espaço para a violência contra elas quando querem exercer seus direitos de autonomia e liberdade. A violência nega às mulheres o direito sobre seus corpos, o direito de ser esse corpo. Existe uma visão tradicional que torna as mulheres e seus corpos culpados da violência que sofrem, embora, na verdade, a violência se encontre enraizada na sociedade, que se pauta por um sistema por si mesmo violento na medida em que a engendra, mas que atribui ao corpo da mulher a violência que ela própria, a sociedade, produz, e na qual aparecem, como importante componente, as instituições religiosas.

De fato, a vida das mulheres está ameaçada por múltiplas estruturas de violência (pobreza, racismo, heterossexismo...) entre as quais a estrutura religiosa desempenha papel importante com suas doutrinas, suas teologias e seus posicionamentos. Enquanto o catolicismo não assumir uma postura que leve em conta a noção de direitos e continuar condenando as mulheres por exercerem seu direito de decidir sobre a reprodução, essa instituição religiosa continuará presa a uma noção de corpo e de sexualidade que justifica e apóia a manutenção da violência contra as mulheres.

Ainda persiste, no âmbito do catolicismo oficial, uma grande dificuldade de pensar o corpo positivamente, como fonte de prazer e de autonomia. Como poderemos nos reconciliar com esse corpo que nos foi expropriado? Considera-se que o caminho é a reivindicação do respeito ao corpo como um direito humano das mulheres, uma vez que esta perspectiva contribuirá para

que as estruturas patriarcais não se perpetuem, precisamente, pela “desproteção” das mulheres. Atualmente encontra-se, inclusive dentro da hierarquia da Igreja Católica, pronunciamentos contra a violência de gênero. Esses discursos soam bem, já que fazem parte da tarefa religiosa de consolar e denunciar as práticas violentas da sociedade, especialmente contra as mulheres. Entretanto, esse compromisso público da Igreja de denunciar a violência contra as mulheres se extingue quando o ato de violência que se denuncia se faz acompanhar de gravidez.

A posição da Igreja Católica sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos se impõe. A lógica que sustenta seu posicionamento concebe como indissociáveis a sexualidade e a reprodução, e esta outra lógica não é senão a lógica tradicional da proibição, do controle e da interdição.

E, nas instituições religiosas, como se concretiza a violência contra as mulheres? Nas congregações religiosas femininas algumas mulheres são comprometidas com os direitos das mulheres, a partir de uma perspectiva feminista, tendo, pois, um posicionamento crítico em face das desigualdades e subordinações de gênero, tanto na sociedade quanto na igreja. No entanto, elas se vêem obrigadas a guardar silêncio, a omitir sua opinião frente em relação a certos temas fundamentais para a vida das mulheres que a hierarquia católica considera pecado.

Essa mesma ambigüidade está presente nas mulheres que estão comprometidas em instituições que trabalham com violência. É muito comum encontrar resistência entre elas no sentido de incorporar uma análise crítica frente ao pensamento religioso e reconhecê-lo como raiz e causa de muitas violências. Para essas mulheres existe incompatibilidade em unir estes dois elementos (violência e religião), porque histórica e religiosamente foram educadas para a ver na essência do religioso e em tudo o que advém da religião o bem supremo, o melhor dos mundos, a bondade em si mesma.

Desvendar o lado perverso das religiões e das instituições religiosas é muito difícil e doloroso, porque é uma forma de questionar e sacudir as certezas que, nos momentos de caos e sofrimento, nos animaram e consolaram.

À guisa de conclusão, serão apontados alguns aspectos considerados importantes ao se tratar de questões relacionadas com a justiça em relação às mulheres. Um desses aspectos diz respeito à necessidade de se inserir o problema da violência contra as mulheres dentro dos marcos de defesa dos Direitos Humanos, uma vez que sua abolição é condição imprescindível para que as mulheres alcancem a cidadania plena. É necessário compreender que a violência contra as mulheres é uma violência estrutural, não-episódica, já que faz

parte de uma lógica patriarcal que se revela nas desigualdades de gênero e nas conseqüências que essas desigualdades acarretam para as mulheres. Desvendar as raízes da violência contra as mulheres, especificamente as de origem religiosa, é uma questão de justiça e é, por esta razão, um imperativo, não somente acolher as mulheres vítimas de violência como também denunciar os agentes que a protagonizaram, sejam eles pessoas, símbolos ou instituições religiosas. É necessário que as religiões e seus representantes assumam sua responsabilidade frente ao problema, e, para tanto, é fundamental que se elaborem estudos e pesquisas que abordem a inter-relação entre gênero e religião.

Faz-se também necessário trabalhar a articulação violência e religião tendo presente dois aspectos: primeiro, o desvendamento dos aspectos das tradições religiosas que sustentam raízes da violência contra as mulheres, ou seja, aqueles aspectos que contribuem para explicar a razão de ser da violência contra as mulheres, e, segundo, destacar que existem elementos na religião que também podem contribuir para a erradicação do problema da violência contra as mulheres. Consideramos que ainda há muito a fazer no caminho da busca das raízes da violência no corpo religioso cristão católico, motivo pelo qual, através deste trabalho, propusemos nos centrar na explicitação dessas raízes.

BIBLIOGRAFÍA

- BUENDIA Gómez, Josefa. *Merce Rodoreda: Gritos y Silencios en La Plaza Del Diamante*. Madrid: Narcea, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- GIDDENS, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed UNESP.
- HIRSI ALI, Ayaan, *A virgem na jaula: um apelo á razão*. Trad. Ivan Weisz Kuck, Companhia das Letras, 2008.
- HUNT, Mary, *Sexo bom – sexo justo. Catolicismo feminista e Direitos Humanos*. Cadernos No 7. *Católicas pelo Direito de Decidir*, 2001. (Tradução própria do português)
- PIERUCCI, Antônio Flávio. “Reencantamento e Dessecularização: A propósito do auto-engano em Sociologia da Religião”. In: *Novos estudos CEBRAP* No. 49, novembro 1997.
- RUETHER, Rosemary, *Sexismo e Religião, Série teologia Sistemática*, EST, Editora Sinodal, São Leopoldo, 1993.

